



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA

PROCESSO ADMINISTRATIVO

DISPENSA LICITAÇÃO



Nº Processo Administrativo: Nº 25.026/2022

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

INÍCIO 18 / 4 / 2022

TÉRMINO 4 / 5 / 2022

DOTAÇÃO Nº: 2600

ELEMENTO: 33.90.91.00

FONTE: 02

DOCUMENTO DE ORIGEM:

CI 25.026/2022 CATA/SMS

LICITAÇÃO: Ata de Dispensa de Licitação nº DL 051/2022 SMS

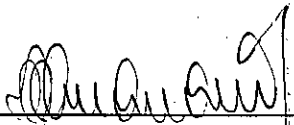
EMPRESA:


INSTITUTO DE PESQUISA SAÚDE E EDUCAÇÃO

VALOR:

R\$ 5.830.109,79

OBSERVAÇÕES:

  
Cláudio Correia Costa  
Coord. de Apoio Técnico Administrativo  
Mat: 10683-9

  
Zilmária Pereira dos Santos  
Responsável pelo processo  
Mat: 07-07164-7

**Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista**  
Governo do Estado da Bahia



**URGENTE**

**Tipo, Espécie, Número e Ano**

**Processo, PROCESSO 25026/2022 – Interno**

**Data de Abertura**

**18/04/2022**

**Requerente**

**ALCIDES JOSÉ DE SANTANA NETO**

**DETALHAMENTO**

**GEP Nº25026/2022 PEDIDO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO COM BASE NO ART-24, IV DA LEI 8666/93 PARA CONTRATAÇÃO DE CARATER EMERGENCIAL DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MEDICOS JUNTAMENTE COM A SMS.**



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA  
SECRETARIA DE SAÚDE  
DIRETORIA ADMINISTRATIVA



Protocolo - **25026/2022**

Ref. TR- Emergencial especialistas

Vitória da Conquista, 18 de abril de 2022

**De:** Diretoria Administrativa

**Para:** Diretoria Administrativa

Solicitamos de V.S.<sup>a</sup> encaminhamentos necessários para abertura de processo de dispensa de licitação, com fulcro no Art. 24, IV da Lei 8666/93, visando contratação emergencial de pessoa(s) jurídicas(s) especializada(s) objetivando a prestação de Serviços Médicos junto a Secretaria Municipal de Saúde.

Atenciosamente,

  
**HENRIQUE LIMA DE SOUZA**  
SERVIDOR  
24437-5  
DIRETORIA ADMINISTRATIVA - SM5

Endereço: Praça Joaquim Correia- Nº 55  
Centro - Vitória da Conquista - Ba - CEP: 45000-600  
Telefones: (77) 3424-8915 - (77) 3424-8901

1588



PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**VITÓRIA DA  
CONQUISTA**

02

8



# MUNICÍPIO DE VITÓRIA DA CONQUISTA

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

www.pmvc.ba.gov.br



## TERMO DE REFERÊNCIA

### 1. OBJETO

Prestação de serviços de médicos para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.

### 2. FINALIDADE DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação de serviços médicos, será utilizada pela Secretaria Municipal de Saúde de Vitória da Conquista - Bahia com o intuito de contratar a entidade Instituto de Pesquisa saúde e educação, CNPJ/ 63.110.431/0001-20, em caráter emergencial, na modalidade dispensa de licitação, para atendimento às demandas no município de Vitória da Conquista e municípios pactuados no tocante a necessidade de atendimento a pacientes atendidos pelo SUS.

A Constituição Federal de 1988 afirma que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos, ao acesso universal e igualitário às ações e serviços de saúde de promoção, proteção, tratamento e recuperação.

As ações e serviços obedecem aos princípios:

I- Universalidade de acesso aos serviços de saúde em todos os níveis de assistência.

II- Integralidade de assistência em todos os níveis de complexidade do sistema.

III- Igualdade da assistência à saúde por meio da conjugação dos recursos financeiros, tecnológicos, materiais e humanos do Estado e dos Municípios na prestação de serviços de assistência à saúde da população.

A necessidade da presente contratação emergencial se deu em decorrência do vencimento dos contratos dos Médicos contratados, e a prorrogação afrontaria dispositivos da lei orgânica municipal e princípios constitucionais.

Assim, o poder público municipal não pode deixar de prestar assistência médica a população conquistense e aos municípios pactuados.

A falta desses serviços trará danos aos munícipes, danos estes que podem ser irreparáveis

Por fim, a administração, no intuito de preservar o direito a saúde da população, Art. 6º CRFB/88, não correr o risco de adiar a contratação em questão, e informa que um novo



# MUNICÍPIO DE VITÓRIA DA CONQUISTA

## SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

www.pmvc.ba.gov.br



processo de chamamento público para credenciamentos desses serviços encontra-se em fase de construção do termo de referência.

### 3. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação fundamenta-se na Lei Federal nº 8.666/93 com base nos artigos. 24, IV c/c 26. *Nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoa [...]*

### 4. DAS EXIGÊNCIAS E JUSTIFICATIVAS DO ART. 26 DA 8.666/93

O Art. 26. da Lei 8.666/93 traz em seu parágrafo único a seguinte redação, *in litteris*:

Parágrafo único. O processo de dispensa, de inexigibilidade ou de retardamento, previsto neste artigo, será instruído, no que couber, com os seguintes elementos:

I - Caracterização da situação emergencial, calamitosa ou de grave e iminente risco à segurança pública que justifique a dispensa, quando for o caso; (Redação dada pela Lei nº 13.500, de 2017)

II - razão da escolha do fornecedor ou executante;

III - justificativa do preço.

### 5. DA ESCOLHA DO FORNECEDOR

Torna-se imperiosa a realização de Contratação do Instituto de pesquisa Saúde e Educação, CNPJ sob o nº 63.110.431/0001-20, em caráter emergencial na modalidade dispensa de licitação, para atendimento às demandas no município de Vitória da Conquista e municípios pactuados.

### 6. DA JUSTIFICATIVA DO PREÇO REFERENCIAL

Os valores ora definidos no presente termos para as consultas médicas encontra-se aprovadas pelo Conselho Municipal de saúde de Vitória da Conquista. Acrescido a taxa de administração conforme cotação.

### 7. DAS ESPECIFICAÇÕES, QUANTITATIVOS E PREÇOS

BLOCO 01 - CONSULTAS ESPECIALIZADAS							
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	VALOR UNITÁRIO	QUANTIDADE MENSAL ESTIMADA A SER CONTRATADA	VALOR MENSAL OE ACORDO QUANTIDADE DE MENSAL ESTIMADA	QUANTIDADE E TOTAL ESTIMADA A SER CONTRATADA	VALOR TOTAL DE ACORDO QUANTIDADE ESTIMADA OE PROCEDIMENTOS	VALOR TOTAL COM TAXA OE ADMINISTRAÇÃO (8%)
1	Consulta Medica Especializada - ALERGOLOGISTA/ IMUNOLOGISTA.	R\$ 46,00	50	R\$ 2.300,00	300	R\$ 13.800,00	R\$ 14.904,00
2	Consulta Medica Especializada - ANESTESIOLOGISTA.	R\$ 46,00	290	R\$ 13.340,00	1740	R\$ 80.040,00	R\$ 86.443,20

**MUNICÍPIO DE VITÓRIA DA CONQUISTA**

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

www.pnvc.ba.gov.br



3	Consulta Médica Especializada - <b>ANGIOLOGISTA/CIRURGIÃO VASCULAR.</b>	R\$ 46,00	290	R\$ 13.340,00	1740	R\$ 80.040,00	R\$ 86.443,20
5	Consulta Médica Especializada - <b>CARDIOLOGISTA</b>	R\$ 46,00	580	R\$ 26.680,00	3480	R\$ 160.080,00	R\$ 172.886,40
6	Consulta Médica Especializada - <b>CARDIOLOGISTA PEDIÁTRICO.</b>	R\$ 46,00	98	R\$ 4.508,00	588	R\$ 27.048,00	R\$ 29.211,84
7	Consulta Médica Especializada - <b>CIRURGIÃO PEDIÁTRICO.</b>	R\$ 46,00	190	R\$ 8.740,00	1140	R\$ 52.440,00	R\$ 56.635,20
8	Consulta Médica Especializada - <b>CIRURGIÃO DE CABEÇA E PESCOÇO.</b>	R\$ 46,00	290	R\$ 13.340,00	1740	R\$ 80.040,00	R\$ 86.443,20
9	Consulta Médica Especializada - <b>CIRURGIÃO GERAL.</b>	R\$ 46,00	590	R\$ 27.140,00	3540	R\$ 162.840,00	R\$ 175.867,20
10	Consulta Médica Especializada - <b>CIRURGIÃO GINECOLÓGICO</b>	R\$ 46,00	200	R\$ 9.200,00	1200	R\$ 55.200,00	R\$ 59.616,00
12	Consulta Médica Especializada - <b>CIRURGIÃO TORÁCICO.</b>	R\$ 46,00	100	R\$ 4.600,00	600	R\$ 27.600,00	R\$ 29.808,00
13	Consulta Médica Especializada - <b>COLOPROCTOLOGISTA.</b>	R\$ 46,00	290	R\$ 13.340,00	1740	R\$ 80.040,00	R\$ 86.443,20
14	Consulta Médica Especializada - <b>DERMATOLOGISTA</b>	R\$ 46,00	390	R\$ 17.940,00	2340	R\$ 107.640,00	R\$ 116.251,20
15	Consulta Médica Especializada - <b>ENDOCRINOLOGISTA E METABOLOGIA</b>	R\$ 46,00	580	R\$ 26.680,00	3480	R\$ 160.080,00	R\$ 172.886,40
16	Consulta Médica Especializada - <b>ENDOCRINOLOGISTA E METABOLOGIA PEDIÁTRICA.</b>	R\$ 46,00	80	R\$ 3.680,00	480	R\$ 22.080,00	R\$ 23.846,40
17	Consulta de Profissional de Nível Superior (exceto médico) especializado - <b>FONOAUDIÓLOGO.</b>	R\$ 14,49	290	R\$ 4.202,10	1740	R\$ 25.212,60	R\$ 27.229,61
18	Consulta Médica Especializada - <b>GASTROENTEROLOGISTA.</b>	R\$ 46,00	380	R\$ 17.480,00	2280	R\$ 104.880,00	R\$ 113.270,40
19	Consulta Médica Especializada - <b>GASTROENTEROLOGISTA PEDIÁTRICO.</b>	R\$ 46,00	95	R\$ 4.370,00	570	R\$ 26.220,00	R\$ 28.317,60
20	Consulta Médica Especializada - <b>GENETICISTA.</b>	R\$ 46,00	95	R\$ 4.370,00	570	R\$ 26.220,00	R\$ 28.317,60
21	Consulta Médica Especializada - <b>MÉDICO GERIATRA .</b>	R\$ 46,00	200	R\$ 9.200,00	1200	R\$ 55.200,00	R\$ 59.616,00
22	Consulta Médica Especializada - <b>GINECOLÓGICA E OBSTETRA</b>	R\$ 46,00	3120	R\$ 143.520,00	18720	R\$ 861.120,00	R\$ 930.009,60
23	Consulta Médica Especializada - <b>HEMATOLOGISTA.</b>	R\$ 46,00	190	R\$ 8.740,00	1140	R\$ 52.440,00	R\$ 56.635,20
24	Consulta Médica Especializada - <b>HEMATOLOGISTA PEDIÁTRICO.</b>	R\$ 46,00	100	R\$ 4.600,00	600	R\$ 27.600,00	R\$ 29.808,00
25	Consulta Médica Especializada - <b>HEPATOLOGISTA.</b>	R\$ 46,00	290	R\$ 13.340,00	1740	R\$ 80.040,00	R\$ 86.443,20
26	Consulta Médica Especializada - <b>INFECTOLOGISTA.</b>	R\$ 46,00	294	R\$ 13.524,00	1764	R\$ 81.144,00	R\$ 87.635,52
27	Consulta Médica Especializada - <b>MASTOLOGISTA.</b>	R\$ 46,00	290	R\$ 13.340,00	1740	R\$ 80.040,00	R\$ 86.443,20
28	Consulta Médica Especializada - <b>MÉDICO DO TRABALHO.</b>	R\$ 46,00	998	R\$ 45.908,00	5988	R\$ 275.448,00	R\$ 297.483,84
29	Consulta Médica Especializada - <b>NEFROLOGISTA</b>	R\$ 46,00	200	R\$ 9.200,00	1200	R\$ 55.200,00	R\$ 59.616,00
30	Consulta Médica Especializada em <b>NEFROLOGISTA PEDIÁTRICO.</b>	R\$ 46,00	100	R\$ 4.600,00	600	R\$ 27.600,00	R\$ 29.808,00
31	Consulta Médica Especializada - <b>NEUROCIRURGIÃO.</b>	R\$ 59,00	180	R\$ 10.620,00	1080	R\$ 63.720,00	R\$ 68.817,60

05  
1

**MUNICÍPIO DE VITÓRIA DA CONQUISTA**

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

www.pmvc.ba.gov.br



32	Consulta Médica Especializada - NEUROLOGISTA.	R\$ 59,00	490	R\$ 28.910,00	2940	R\$ 173.460,00	R\$ 187.336,80
33	Consulta Médica Especializada - NEUROPEDIATRA.	R\$ 59,00	600	R\$ 35.400,00	3600	R\$ 212.400,00	R\$ 229.392,00
34	Consulta Médica Especializada- OFTALMOLOGISTA PEDIÁTRICO.	R\$ 46,00	100	R\$ 4.600,00	600	R\$ 27.600,00	R\$ 29.808,00
35	Consulta Médica Especializada em ORTOPEDISTA.	R\$ 46,00	300	R\$ 13.800,00	1800	R\$ 82.800,00	R\$ 89.424,00
36	Consulta Médica Especializada - ORTOPEDISTA PEDIÁTRICO.	R\$ 46,00	100	R\$ 4.600,00	600	R\$ 27.600,00	R\$ 29.808,00
37	Consulta Médica Especializada - OTORRINOLARINGOLOGISTA.	R\$ 46,00	300	R\$ 13.800,00	1800	R\$ 82.800,00	R\$ 89.424,00
38	Consulta Médica Especializada - PNEUMOLOGISTA.	R\$ 46,00	476	R\$ 21.896,00	2856	R\$ 131.376,00	R\$ 141.886,08
39	Consulta Médica Especializada - PNEUMOLOGISTA PEDIÁTRICO.	R\$ 46,00	100	R\$ 4.600,00	600	R\$ 27.600,00	R\$ 29.808,00
40	Consulta Médica Especializada - PEDIATRA.	R\$ 46,00	2260	R\$ 103.960,00	13560	R\$ 623.760,00	R\$ 673.660,80
41	Consulta Médica Especializada - PSQUIATRA.	R\$ 46,00	1340	R\$ 61.640,00	8040	R\$ 369.840,00	R\$ 399.427,20
42	Consulta Médica Especializada - REUMATOLOGISTA.	R\$ 46,00	390	R\$ 17.940,00	2340	R\$ 107.640,00	R\$ 116.251,20
44	Consulta Médica Especializada - UROLOGISTA.	R\$ 46,00	590	R\$ 27.140,00	3540	R\$ 162.840,00	R\$ 175.867,20
45	Consulta de Profissional de Nível Superior (exceto médico) especializado - TERAPEUTA OCUPACIONAL.	R\$ 14,49	200	R\$ 2.898,00	1200	R\$ 17.388,00	R\$ 18.779,04
TOTAL						R\$ 4.998.156,60	R\$ 5.398.009,13

DADOS LOTE 02							
ITEM	SERVIÇOS	CARGA HORAR IA	QTD MENS AL	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR MENSAL (R\$)	TOTAL BRUTO SOLICITACAO	VALOR TOTAL COM TAXA DE ADMINISTRAÇÃO ( 8%)
1	SERVIÇO MÉDICO NA AUTORIZAÇÃO DE TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - MÉDICO REGULADOR/AUDI TOR	20H	1	R\$ 3.704,57	R\$ 3.704,57	R\$ 22.227,42	R\$ 24.005,61
2	SERVIÇO MÉDICO NA REGULAÇÃO DE ACESSO AOS EXAMES, CONSULTAS E PROCEDIMENTOS ESPECIALIZADOS A NÍVEL AMBULATORIAL - MÉDICO REGULADOR/AUDI TOR	40H	1	R\$ 7.409,13	R\$ 7.409,13	R\$ 44.454,78	R\$ 48.011,16
3	SERVIÇO MÉDICO NA AUTORIZAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR (AIH) E PROCEDIMENTOS DE ALTA COMPLEXIDADE (APAC) - MÉDICO AUTORIZADOR/AU	20H	2	R\$ 3.704,57	R\$ 7.409,14	R\$ 44.454,84	R\$ 48.011,23

06  
8

**MUNICÍPIO DE VITÓRIA DA CONQUISTA**

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

www.pmvc.ba.gov.br



	DITOR						
4	SERVIÇO MÉDICO NA AUTORIZAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR (AIH) E PROCEDIMENTOS DE ALTA COMPLEXIDADE (APAC), NAS ÁREAS DE CIRURGIA CARDÍACA E HEMODINÂMICA (ANGIOPLASTIA E CATETERISMO CARDÍACO) - MÉDICO CARDIOLOGISTA AUTORIZADOR/AUDITOR	40h	1	R\$ 7.409,13	R\$ 7.409,13	R\$ 44.454,78	R\$ 48.011,16
5	Serviço de Auditoria Médica na elaboração de relatórios, pareceres e autorização de Internação Hospitalar- MÉDICO AUDITOR	20h	2	R\$ 3.704,57	R\$ 7.409,14	R\$ 44.454,84	R\$ 48.011,23
6	Serviço de Auditoria Médica na elaboração de relatórios, pareceres e autorização de Internação Hospitalar- MÉDICO AUDITOR	40h	2	R\$ 7.409,13	R\$ 14.818,26	R\$ 88.909,56	R\$ 96.022,32
7	Serviço de investigação de obito materno, infantil e fetal e causa mal definida	20h	1	R\$ 3.704,57	R\$ 3.704,57	R\$ 22.227,42	R\$ 24.005,61

07  
8



**MUNICÍPIO DE VITÓRIA DA CONQUISTA**

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

www.pmvc.ba.gov.br



8	Serviço de medicina do Trabalho - Elaboração e emissão de parecer sobre nexo causal, realização de inspeção sanitária em saúde do trabalhador nos ambientes e estabelecimentos de trabalho Atividades educativas em saúde do trabalhador em caráter extra muro	40h	2	R\$ 7.409,13	R\$ 14.818,26	R\$ 88.909,56	R\$ 96.022,32
TOTAL LOTE 02:						R\$ 400.093,20	R\$ 432.100,66

O valor total para o período Contratado será de R\$ 5.830.114,03 ( cinco milhões oitocentos e trinta mil cento e quatorze reais e três centavos).

**8. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

Os recursos orçamentários necessários à custear a presente despesa encontra-se prevista na Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 2589/2022.

Rubrica Orçamentária: Órgão: 2600

Atividade: 1.201; 2.201; 2.205; 1.207; 1.208; 2.206; 1.210; 1.211; 1.212; 1.213; 2.210; 2.213; 2.214

Fonte de Recurso: Tesouro Municipal, Estadual e/ou Federal

Elemento de Despesa: 33.90.39

Sub Elemento: 99041; 99065; 99067

**9. PRAZO, LOCAL E CONDIÇÕES DE ENTREGA**

9.1. Os Serviços serão realizados em local a ser indicado pela Secretaria Municipal de Saúde.

9.2. O prestador contratado deverá possuir os materiais, equipamentos e insumos, necessários para realização das consultas;

9.3. O prestador contratado deverá atender às demais especificações contidas no Termo de Referência.

9.4. O prestador contratado deverá permitir o acompanhamento e a fiscalização da Contratante ou da comissão designada para tal.

08  
8



## MUNICÍPIO DE VITÓRIA DA CONQUISTA

### SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

www.pmvc.ba.gov.br



9.5. As despesas com materiais de consumo necessários a execução dos serviços será de responsabilidade do prestador contratado;

9.6. Os equipamentos, que se façam necessários ao perfeito e bom desempenho dos serviços, deverão ser disponibilizados pelo prestador contratado;

9.7. Os recursos humanos deverão ser disponibilizados pelo prestador contratado, conforme critérios para composição de quadro mínimo de profissionais necessários para prestação dos serviços contratados.

9.8. A execução dos serviços deverá ser feita através de profissionais especializados, devidamente capacitados, responsabilizando-se por quaisquer danos causados pelos mesmos, aos pacientes, decorrentes de omissão, negligência, imperícia ou imprudência;

9.9. É de responsabilidade do contratado a manutenção preventiva ou corretiva dos equipamentos, e no caso de defeitos desses, a Contratante deverá ser comunicada por escrito, em tempo hábil, não devendo interromper a manutenção do serviço prestado;

## 10. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

10.1. Comprovante atualizado no Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde (CNES) com a anexação da Ficha Resumida

10.1.1. Inscrição da entidade no CREMEB;

10.1.2. Documentação do responsável técnico: cópia do Registro Geral (R.G.), Cadastro de Pessoa Física (C.P.F.) e Registro no Conselho Profissional da Categoria;

10.1.3. Certificação de Inscrição e/ou Responsabilidade Técnica dos responsáveis pelos serviços/setores da unidade junto ao Conselho Profissional Médico

10.2. Comprovação fornecida pelo órgão licitante, de que recebeu os documentos, e, quando exigido, de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto do presente Termo de referência;

10.3. Comprovação de aptidão do desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da contratação, através da apresentação de pelo menos 02 (dois) Atestados de Capacidade Técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, atendendo o quanto previsto no art. 30, inciso II, § 10, inciso 1 da Lei 8.666/93

## 11. DO PAGAMENTO

11.1. Os pagamentos estão condicionados a apresentação e processamento da produção

11.2. Os serviços realizados deverão ser apresentados para processamento no Sistema indicado pelo Município de Vitória da Conquista para aprovação, conforme cronograma estipulado pela Secretaria de Saúde do Município, e posteriormente, para efetivação do pagamento pelo Setor Financeiro desta Secretaria, conforme valor aprovado.



## MUNICÍPIO DE VITÓRIA DA CONQUISTA

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

[www.pmvc.ba.gov.br](http://www.pmvc.ba.gov.br)



- 11.2.1. O prestador contratado deverá utilizar o sistema indicado pelo Município de Vitória da Conquista para realização do fechamento de sua produção mensal, que será validado e pago após a conferência com o relatório de produção emitido pelo sistema indicado pelo Município de Vitória da Conquista.
- 11.2.2. A nota fiscal será emitida após o processamento da produção pelo sistema indicado pelo Município de Vitória da Conquista, consoantes aos valores aprovados e após a apuração e validação do quantitativo da produção alcançada pelo Setor de Controle/Contas Médicas.
- 11.2.3. Todas as notas fiscais deverão vir acompanhadas das certidões de regularidade.
- 11.2.4. Os valores a serem pagos terão como referência os da Tabela de consultas, conforme Item 7 deste Termo de Referências;
- 11.2.5. Nos preços fixados estão incluídos todos os custos com material de consumo, salários, encargos sociais, previdenciários e trabalhistas de todo o pessoal da Contratada, como também fardamento, transporte de qualquer natureza, materiais empregados, inclusive ferramentas, utensílios e equipamentos utilizados, depreciação, aluguéis, administração, impostos, taxas, emolumentos e quaisquer outros custos que, direta ou indiretamente, se relacionem com o fiel cumprimento das obrigações assumidas.
- 11.2.6. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data da entrega da nota fiscal emitida de acordo com a prestação de serviço efetuada e aprovação da produção constante no sistema indicado pelo Município de Vitória da Conquista.
- 11.2.7. A Contratante se reserva o direito de recolher e/ou reter, no valor pago, tributos que sejam de sua competência ou dos quais seja responsável ou substituto tributário.
- 11.3. Os pagamentos poderão ser sustados pelo Contratante nos seguintes casos:
- 11.3.1. Não cumprimento das obrigações assumidas que possam de qualquer forma prejudicar o Contratante;
- 11.3.2. Inadimplência de obrigações da CONTRATADA para com o CONTRATANTE, por conta do estabelecido no contrato;
- 11.3.3. Não execução das condições estabelecidas no contrato;
- 11.4. O pagamento somente será efetuado após o "atesto" da Nota Fiscal, pelo servidor fiscal do contrato, ficando condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal apresentada pela Contratada e do regular cumprimento das obrigações assumidas;
- 11.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou nos documentos pertinente à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a



## MUNICÍPIO DE VITÓRIA DA CONQUISTA

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

www.pmvc.ba.gov.br



comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o Contratante.

- 11.6. Antes do pagamento, o Contratante realizará consulta on-line ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAD ou outro semelhante e, se necessário, aos sítios oficiais, para verificar a manutenção das condições de habilitação da Contratada, devendo o resultado ser impresso, autenticado e juntado ao processo de pagamento.
- 11.7. O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito em conta corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pela Contratada, ou por outro meio previsto na legislação vigente.
- 11.8. Será considerado como data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 11.9. O Contratante não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela Contratada, que porventura não tenha sido acordada no contrato.

### 12. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

- 12.1. O Município além das obrigações consideradas contidas neste Termo por determinação legal e das previstas em outras cláusulas, obriga-se a:
- 12.1.1. Controlar, fiscalizar, acompanhar e avaliar as ações e os serviços ajustados;
- 12.1.2. Estabelecer mecanismos de controle da oferta e demanda de ações e serviços de saúde;
- 12.1.3. Publicar o extrato do Contrato e dos aditamentos que houver em Diário Oficial.
- 12.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através dos servidores xxxx, Matrícula Funcional nº nº xxxxx e a servidora xxxxe, Matrícula Funcional nº xxxxxx9, especialmente designados, ou quem a estes substituir.

### 13. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 13.1.1. A contratada deverá garantir todas as consultas, necessárias ao tratamento dos pacientes encaminhados pela Secretaria de Saúde
- 13.1.2. A Contratada é responsável pela indenização de dano causado ao paciente, aos órgãos do SUS e a terceiros a eles vinculados, decorrentes de ação ou omissão voluntária ou de negligência, imperícia ou imprudência praticadas por seus profissionais ou prepostos, ficando assegurado ao Município o direito de regresso.
- 13.1.3. A fiscalização ou o acompanhamento da execução deste contrato pelos órgãos competentes do SUS não exclui, nem reduz a responsabilidade da Contratada nos termos da legislação referente a licitações e contratos administrativos.
- 13.1.4. A responsabilidade de que trata esta Cláusula estende-se aos casos de danos causados por defeitos relativos à prestação dos serviços, nos estritos termos do art. 14 da Lei 8.078, de 11.09.90 (Código de Defesa do Consumidor).



## MUNICÍPIO DE VITÓRIA DA CONQUISTA

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

www.pmvc.ba.gov.br



### 14. DAS PENALIDADES

- 14.1. O descumprimento, parcial ou total de qualquer das Cláusulas contidas no presente Termo de Referência sujeitará a Contratada as sanções previstas na legislação pertinente a licitações e contratos administrativos, garantida a prévia e ampla defesa em processo administrativo.
- 14.2. A inexecução parcial ou total do Contrato ensejará a suspensão ou a imposição da declaração de inidoneidade para licitar e contratar com o município e multa, de acordo com a gravidade da infração.
- 14.3. A multa será graduada de acordo com a gravidade da infração, nos seguintes limites máximos:
- 14.4. 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso sobre o valor da parte do serviço não realizado.
- 14.5. 0,7 (sete décimos por cento) sobre o valor da parte do serviço não realizado, por dia subsequente ao trigésimo.
- 14.6. A Contratante se reserva ao direito de descontar do pagamento devido à Contratada o valor de qualquer multa porventura imposta em virtude do descumprimento das condições estipuladas neste Termo de Referência.
- 14.7. As multas previstas nesta cláusula não têm caráter compensatório e o seu pagamento não eximirá a Contratada da responsabilidade por perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.
- 14.8. O descumprimento da Regulamentação do Sistema Único de Saúde - SUS, constatado em auditoria, sujeita o prestador de serviços infrator à aplicação das seguintes penalidades, em ordem de gravidade crescente:
  - 14.8.1. Advertência, para as infrações consideradas de natureza leve.
  - 14.8.2. Suspensão temporária do credenciamento, para as infrações consideradas de natureza grave ou nos casos de reincidência das infrações mencionadas no inciso anterior:
  - 14.8.3. Descredenciamento do estabelecimento de saúde, para as infrações consideradas de natureza gravíssima ou nos casos de reincidência das infrações mencionadas no inciso anterior.

### 15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

A Contratada não poderá cobrar do paciente ou de seus acompanhantes qualquer complementação aos valores pagos pelos serviços prestados nos termos deste Termo de Referência.

A Contratada responsabilizar-se-á por qualquer cobrança indevida, procedida por seus empregados ou prepostos, realizada em suas dependências em razão da execução do serviço contratado.

É vedada a cobrança a qualquer título à pacientes atendidos pelo Sistema Único de Saúde- SUS.

É de responsabilidade exclusiva e integral da Contratada a utilização de pessoal para execução do objeto deste Contrato, incluídos os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais fiscais e comerciais resultantes de vínculo empregatício, cujos ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos para a Contratante.

Vitória da Conquista - BA, 18 de abril de 2022.

  
Henrique Lima de Souza  
Coord. Contratos e Convênios  
Mat: 24437-6

**CAPÍTULO I - DA DENOMINAÇÃO, SEDE E FINS**

**ARTIGO 1º** - O INSTITUTO DE PESQUISA, SAÚDE E EDUCAÇÃO, TAMBÉM DESIGNADO PELA SIGLA, IPSE, DORAVANTE DENOMINADO INSTITUTO, CONSTITUÍDO EM 10 DE JANEIRO DE 2013 NA FORMA DE ASSOCIAÇÃO CIVIL, SEM FINS LUCRATIVOS DE UTILIDADE PÚBLICA, COM DURAÇÃO POR TEMPO INDETERMINADO E SEDE À RUA GRÉCIA, 145, SÃO JOÃO, FEIRA DE SANTANA, BAHIA, CEP Nº 44.051-698 E FORO NA COMARCA DE FEIRA DE SANTANA, COM AUTONOMIA ADMINISTRATIVA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL, E REGER-SE-Á PELO PRESENTE ESTATUTO SOCIAL, PELO CÓDIGO CIVIL, POR SEUS REGIMENTOS INTERNOS, E DEMAIS LEGISLAÇÕES APLICÁVEIS, ATENDENDO AS ADEQUAÇÕES DA LEI 13.019 DE 2014.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - O INSTITUTO DE PESQUISA SAÚDE E EDUCAÇÃO SUB-ROGA-SE EM TODOS OS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DO GREMIO RECREATIVO ESCOLA DE SAMBA UNIDOS DE PADRE OVÍDIO.

I - NA ÁREA CULTURAL SE APRESENTARÁ NOS EVENTOS E FESTIVIDADES, CARNAVALESCAS E MOMESCAS, REALIZADAS NOS MUNICÍPIOS, COM A NOMENCLATURA DE, G.R.E.S. PADRE OVÍDIO EM HOMENAGEM A UM PADRE DA IGREJA CATÓLICA, POREM SOB A RESPONSABILIDADE DA IPSE.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - O INSTITUTO TEM SEDE PRÓPRIA COM SEDE E FORO NA COMARCA DE FEIRA DE SANTANA, ESTADO DA BAHIA, PODENDO CONSTITUIR FILIAIS EM OUTRAS CIDADES DO ESTADO DA BAHIA, BEM COMO DA FEDERAÇÃO, COM ATUAÇÃO POR TODO TERRITÓRIO BRASILEIRO.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - É VEDADA FILIAÇÃO POLÍTICO/PARTIDÁRIA OU RELIGIOSA AO INSTITUTO.

**ART. 2º** - SÃO PRINCÍPIOS DO INSTITUTO, APLICÁVEIS A TODAS AS SUAS ATIVIDADES: LEGALIDADE, IMPESSOALIDADE, MORALIDADE, PUBLICIDADE, ECONOMICIDADE, EFICIÊNCIA E UNIVERSALIDADE DO ATENDIMENTO, SENDO VEDADO DIRIGIR SUAS ATIVIDADES EXCLUSIVAMENTE A SEUS ASSOCIADOS OU A CATEGORIA PROFISSIONAL.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - TEM COMO SUA MISSÃO, OFERECER SERVIÇOS DE EXCELENÇA E QUALIDADE NO ÂMBITO DA SAÚDE E NA ASSISTÊNCIA SOCIAL EM FORMA GRATUITA, INOVANDO NAS AÇÕES EDUCACIONAIS INCENTIVANDO A

PESQUISA EM SAÚDE PÚBLICA, ASSISTÊNCIA SOCIAL E OUTRAS POLÍTICAS PÚBLICAS.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - SUA VISÃO É SER LÍDER INOVADOR COM EXCELÊNCIA EM GESTÃO DE SERVIÇOS NA SAÚDE, ENSINO, PESQUISA E ASSISTÊNCIA SOCIAL. SER RECONHECIDO PELO COMPROMETIMENTO COM RESPONSABILIDADE SOCIAL. PAUTANDO-SE NA HUMANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS E VALORIZAÇÃO DOS ASSOCIADOS.

**ART. 3º** - SÃO OBJETIVOS DO INSTITUTO, POR MEIO DOS QUAIS TENCIONA ATENDER ÀS SUAS FINALIDADES:

I - PROMOÇÃO GRATUITA DA SAÚDE EM TODOS OS NÍVEIS DE ACORDO COM O QUE DISPÕE A LEI FEDERAL 8080/90, PODENDO REALIZAR TODOS OS PROCEDIMENTOS MÉDICOS, DE ENFERMAGEM, FISIOTERAPÊUTICOS, PSICOLÓGICOS E DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, ENTRE OUTROS NECESSÁRIOS AO CUIDADO INTEGRAL DOS PACIENTES;

II - PROMOÇÃO GRATUITA DA CULTURA, DEFESA E CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO, NA ÁREA DA SAÚDE;

III - PROMOÇÃO GRATUITA DA EDUCAÇÃO NA ÁREA DA SAÚDE EM TODOS OS NÍVEIS, OBSERVANDO-SE A FORMA COMPLEMENTAR DE PARTICIPAÇÕES DAS ORGANIZAÇÕES DE QUE TRATA A LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL, PODENDO CELEBRAR CONTRATOS, CONVÊNIOS E PARCERIAS, COM A INICIATIVA PRIVADA, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES PÚBLICAS OU PRIVADAS, QUE TENHAM COMO META AÇÕES DE EDUCAÇÃO PARA A SAÚDE PÚBLICA E DE ASSISTÊNCIA SOCIAL;

IV - GERIR LABORATÓRIOS PÚBLICOS DE SAÚDE E HEMOCENTROS;

V - PROMOÇÃO DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL;

VI - DESENVOLVER AÇÕES E PESQUISAS DE PLANEJAMENTO FAMILIAR;

VII - IMPLANTAÇÃO E OU GESTÃO DE BANCO DE SANGUE E HEMODERIVADOS;

VIII - PROMOÇÃO DE AÇÕES DE SAÚDE BUCAL, EM UNIDADES PRÓPRIAS OU DE TERCEIROS FIXOS OU MÓVEIS E GESTÃO DE CENTROS DE ESPECIALIDADES ODONTOLÓGICAS;

IX - PROMOÇÃO DO VOLUNTARIADO;

- ATUAR CONJUNTAMENTE COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EM TODOS OS NÍVEIS CELEBRANDO CONTRATOS E OU CONVÊNIOS PARA CUMPRIR OBJETIVOS ESTATUTÁRIOS EM AÇÕES DE APOIO NA ÁREA DA SAÚDE,

ATRAVÉS DE TREINAMENTOS, TERCEIRIZAÇÕES DE SERVIÇOS E DE PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS DO SEU QUADRO DE ASSOCIADOS;

XI - EM PARCERIA COM ENTIDADES PÚBLICAS O INSTITUTO, PODERÁ GERIR UNIDADES HOSPITALARES E DE ATENÇÃO À SAÚDE EM GERAL;

XII - MEDIANTE CONTRATO OU CONVÊNIO COM INSTITUIÇÕES PÚBLICAS OU PRIVADAS O INSTITUTO PODERÁ PRESTAR SERVIÇOS DE ATENDIMENTO MÉDICO E ODONTOLÓGICO AMBULATORIAL, CIRÚRGICO E DE APOIO AO DIAGNÓSTICO EM TODAS AS ESPECIALIDADES EM INSTALAÇÕES PRÓPRIAS OU DE TERCEIROS;

XIII - MEDIANTE CONTRATO OU CONVÊNIO COM INSTITUIÇÕES PÚBLICAS OU PRIVADAS O INSTITUTO PODERÁ REALIZAR SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE: CURSOS E TREINAMENTO EM TODOS OS NÍVEIS E MODALIDADES, CONCURSOS E VESTIBULARES;

XIV - MEDIANTE CONTRATO, CONVÊNIO COM INSTITUIÇÕES PÚBLICAS OU PRIVADAS, NACIONAIS OU INTERNACIONAIS DE FORMA DIRETA O INSTITUTO PODERÁ PRESTAR SERVIÇOS DE GESTÃO, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA E DE ELABORAÇÃO DE PROJETOS;

XV - EM PARCERIA COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA, INDIRETA, AUTÁRQUICA E FUNDACIONAL, PODERÁ PRESTAR SERVIÇOS EM GERAL ATRAVÉS DE PPP, CONCESSÃO, PERMISSÃO OU AUTORIZAÇÃO;

XVI - O INSTITUTO DESENVOLVERÁ AÇÕES DE PESQUISA EM DIVERSOS CAMPOS DA SAÚDE, BUSCANDO PARCERIAS ESTRATÉGICAS COM INSTITUIÇÕES PÚBLICAS OU PRIVADAS, NACIONAIS OU INTERNACIONAIS DE PESQUISA CIENTÍFICA;

XVII - CURSOS E TREINAMENTOS NA ÁREA DE SEGURANÇA PÚBLICA E DE TRÂNSITO;

XVIII - PROMOÇÃO DE AÇÕES DA SAÚDE NA ATENÇÃO BÁSICA, PODENDO GERIR OS PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA - (PSF);

XIX - PROMOÇÃO DE AÇÕES DA SAÚDE NA ATENÇÃO BÁSICA, PODENDO GERIR OS NÚCLEOS DE APOIO À SAÚDE DA FAMÍLIA (NASF);

XX - FIRMAR PARCERIAS COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, PARA FOMENTO E EXECUÇÃO DE ATIVIDADES RELATIVAS À ÁREA DE SAÚDE, INCLUSIVE FINANCIAMENTO DE HOSPITAIS, SANTAS CASAS E OUTROS SERVIÇOS DE SAÚDE;



XXI - PROMOÇÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL;

XXII - PROMOÇÃO DE AÇÕES SÓCIO ASSISTENCIAIS DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA, PODENDO GERIR OS CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS);

XXIII - PROMOÇÃO DE AÇÕES SÓCIO ASSISTENCIAIS DA PROTEÇÃO DE MÉDIA COMPLEXIDADE, PODENDO GERIR OS CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CREAS);

XXIV - O IPSE DESENVOLVERÁ AÇÕES DE PESQUISA EM DIVERSOS CAMPOS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, BUSCANDO PARCERIAS ESTRATÉGICAS COM INSTITUIÇÕES PÚBLICAS OU PRIVADAS, NACIONAIS OU INTERNACIONAIS DE PESQUISA CIENTÍFICA;

XXV - CURSOS E TREINAMENTOS NA ÁREA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL;

XXVI- PROMOÇÃO DE ATIVIDADES COM O FORNECIMENTO DE INFRAESTRUTURA DE APOIO E ASSISTÊNCIA A PACIENTE NO DOMICILIO;

XXVII - PROMOÇÃO DE SERVIÇOS ASSISTENCIAIS AS ATIVIDADES CONTINUADAS QUE VISEM À MELHORIA DE VIDA DA POPULAÇÃO E CUJAS AÇÕES, VOLTADAS PARA AS NECESSIDADES BÁSICAS, EM TODOS OS NÍVEIS DE GESTÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL;

XXVIII - FIRMAR TERMOS DE COLABORAÇÃO, TERMOS DE FOMENTO, ACORDOS DE COOPERAÇÃO E OUTROS INSTRUMENTOS LEGAIS, O INSTITUTO SE PRESTARÁ A RECEBER E ATENDER, SERVIÇOS, PROJETOS E PROGRAMAS DA REDE SUAS;

XXIX- AS ATIVIDADES CULTURAIS, ESPORTIVAS E DE LAZER TERÃO POR FOCO A CONSTITUIÇÃO DE ESPAÇOS DE CONVIVÊNCIA, FORMAÇÃO PARA A PARTICIPAÇÃO E CIDADANIA, DESENVOLVIMENTO DO PROTAGONISMO E DA AUTONOMIA DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES, A PARTIR DOS INTERESSES, DEMANDAS E POTENCIALIDADES DESSA FAIXA ETÁRIA, AS INTERVENÇÕES SERÃO REALIZADAS COMO FORMAS DE EXPRESSÃO, INTERAÇÃO, APRENDIZAGEM, SOCIABILIDADE E PROTEÇÃO SOCIAL;

XXX - PROMOÇÃO DE ATIVIDADES RELACIONADAS A ESGOTO, EXCETO A GESTÃO DE REDES;

XXXI - IMUNIZAÇÃO E CONTROLE DE PRAGAS;

XXXII - DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA POR CAMINHÕES;

XXXIII - ATIVIDADE MEDICA AMBULATORIAL COM RECURSOS PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES COMPLEMENTARES;

XXXIV - ATIVIDADE MEDICA AMBULATORIAL, RESTRITA A CONSULTAS.

75 3022.0048

Rua da grécia, 145  
Feira de Santana-BA  
CNPJ: 63.110.431/0001-20

- 8511-1 - ATIVIDADES DE ATENDIMENTO HOSPITALAR;
- 8512-0 - ATIVIDADES DE ATENDIMENTO A URGÊNCIAS E EMERGÊNCIA;
- 8513-8 - ATIVIDADES DE ATENÇÃO AMBULATORIAL;
- 8514-6 - ATIVIDADES DE SERVIÇOS DE COMPLEMENTAÇÃO DIAGNÓSTICA OU TERAPÊUTICA;
- 8515-4 - ATIVIDADES DE OUTROS PROFISSIONAIS DA ÁREA DE SAÚDE;
- 8516-2 - OUTRAS ATIVIDADES RELACIONADAS COM A ATENÇÃO À SAÚDE;
- 8630-5/01-01 - ATIVIDADE MÉDICA AMBULATORIAL COM RECURSOS PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES COMPLEMENTARES;
- 8630-5/03-02 - ATIVIDADE MÉDICA AMBULATORIAL RESTRITA A CONSULTAS, ATRAVÉS DE CONVÊNIO COM SUS;
- 8630-5/03 - ATIVIDADE MÉDICA AMBULATORIAL RESTRITA A CONSULTAS;
- 8630-5/03-01 - ATIVIDADE MÉDICA AMBULATORIAL RESTRITA A CONSULTAS, EXERCIDAS EM POLICLÍNICAS;
- 8630-5/03-02 - ATIVIDADE MÉDICA AMBULATORIAL RESTRITA A CONSULTAS, ATRAVÉS DE CONVÊNIO COM SUS;
- 8630-5/04-01 - ATIVIDADE ODONTOLÓGICA;
- 8630-5/04-02 - ATIVIDADE ODONTOLÓGICA, ATRAVÉS DE CONVÊNIO COM SUS.
- 8720-4/99-01 - ATIVIDADES DE ASSISTÊNCIA PSICOSSOCIAL E À SAÚDE A PORTADORES DE DISTÚRBIOS PSÍQUICOS, DEFICIÊNCIA MENTAL E DEPENDÊNCIA QUÍMICAS NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE;
- 8720-4/99-02 - ATIVIDADES DE ASSISTÊNCIA PSICOSSOCIAL E À SAÚDE A PORTADORES DE DISTÚRBIOS PSÍQUICOS, DEFICIÊNCIA MENTAL E DEPENDÊNCIA QUÍMICAS NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE, EM CONVÊNIO COM O SUS;
- 8730-1/99-00 - ATIVIDADES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL PRESTADAS EM RESIDÊNCIAS COLETIVAS E PARTICULARES NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE;
- 8610-1/02-02 - ATIVIDADES DE ATENDIMENTO EM PRONTO-SOCORRO E UNIDADES HOSPITALARES PARA ATENDIMENTO A URGÊNCIAS ATRAVÉS DE CONVÊNIO COM SUS;
- 8630-5/99-01 - ATIVIDADES DE ATENÇÃO AMBULATORIAIS NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE;
- 8630-5/99-03 - ATIVIDADES DE ATENÇÃO AMBULATORIAL NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE - APLICAÇÃO DE INJEÇÕES;
- 8630-5/99-02 - ATIVIDADES DE ATENÇÃO AMBULATORIAIS NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE, EM CONVÊNIO COM SUS;

- 8720-4/01-01 - ATIVIDADES DE CENTROS DE ASSISTÊNCIA PSICOSSOCIAL.
- 8800-6/00 SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL SEM ALOJAMENTO;
- 8720-4/01-02 - ATIVIDADES DE CENTROS DE ASSISTÊNCIA PSICOSSOCIAL, EM CONVÊNIO COM O SUS;
- 9313-1/00-00 - ATIVIDADES DE CONDICIONAMENTO FÍSICO;
- 8650-0/01-01 - ATIVIDADES DE ENFERMAGEM;
- 8650-0/01-02 - ATIVIDADES DE ENFERMAGEM, EM CONVÊNIO COM SUS;
- 8650-0/04-01 - ATIVIDADES DE FISIOTERAPIA;
- 8650-0/04-02 - ATIVIDADES DE FISIOTERAPIA EM CONVÊNIO COM SUS.
- 8650-0/06-01 - ATIVIDADES DE FONOAUDIOLOGIA;
- 8650-0/06-02 - ATIVIDADES DE FONOAUDIOLOGIA EM CONVÊNIO COM SUS;
- 8650-0/02-00 - ATIVIDADES DE PROFISSIONAIS DA NUTRIÇÃO;
- 7500-1/00 - ATIVIDADES VETERINÁRIAS;
- 8650-0/99-01 - ATIVIDADES DE PROFISSIONAIS DA ÁREA DE SAÚDE NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE;
- 8650-0/99-02 - ATIVIDADES DE PROFISSIONAIS DA ÁREA DE SAÚDE NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE EM CONVÊNIO COM SUS;
- 9319-1/99-01 - ATIVIDADES DE PROFISSIONAIS QUE ATUAM POR CONTA PRÓPRIA EM ATIVIDADES ESPORTIVAS;
- 8690-9/01-01 - ATIVIDADES DE PRÁTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES EM SAÚDE HUMANA;
- 8690-9/01-02 - ATIVIDADES DE PRÁTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES EM SAÚDE HUMANA ATRAVÉS DE CONVÊNIO COM SUS;
- 8650-0/03-00 - ATIVIDADES DE PSICOLOGIA E PSICANÁLISE;
- 8630-5/07-01 - ATIVIDADES DE REPRODUÇÃO HUMANA ASSISTIDA;
- 8630-5/07-02 - ATIVIDADES DE REPRODUÇÃO HUMANA ASSISTIDA EM CONVÊNIO COM SUS;
- 8650-0/07-01 - ATIVIDADES DE TERAPIA DE NUTRIÇÃO ENTERAL E PARENTERAL;
- 8650-0/07-02 - ATIVIDADES DE TERAPIA DE NUTRIÇÃO ENTERAL E PARENTERAL EM CONVÊNIO COM SUS;
- 8650-0/05-01 - ATIVIDADES DE TERAPIA OCUPACIONAL;
- 8650-0/05-02 - ATIVIDADES DE TERAPIA OCUPACIONAL EM CONVÊNIO COM SUS;
- 7500-1/00-00 - ATIVIDADES VETERINÁRIAS;
- 8650-2/02-00 - LABORATÓRIOS CLÍNICOS;

- **8640-2/01-00** - LABORATÓRIOS DE ANATOMIA PATOLÓGICA E CITOLÓGICA;
- **8690-9/99-00** - OUTRA ATIVIDADE DE ATENÇÃO À SAÚDE HUMANAS NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE;
- **7220-7/00-00** - PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EXPERIMENTAL EM CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS;
- **6550-2/00-00** - PLANOS DE SAÚDE;
- **8640-2/05-00** - SERVIÇOS DE DIAGNÓSTICO POR IMAGEM COM USO DE RADIAÇÃO IONIZANTE, EXCETO TOMOGRAFIA;
- **8640-2/07-00** - SERVIÇOS DE DIAGNÓSTICO POR IMAGEM SEM USO DE RADIAÇÃO IONIZANTE, EXCETO RESSONÂNCIA MAGNÉTICA;
- **8640-2/09-00** - SERVIÇOS DE DIAGNÓSTICO POR MÉTODOS ÓPTICOS - ENDOSCOPIA E OUTROS EXAMES ANÁLOGOS;
- **8640-2/08-00** - SERVIÇOS DE DIAGNÓSTICO POR REGISTRO GRÁFICO - ECG, EEG E OUTROS EXAMES ANÁLOGOS;
- **8640-2/03-00** - SERVIÇOS DE DIÁLISE E NEFROLOGIA;
- **8640-2/12-01** - SERVIÇOS DE HEMOTERAPIA;
- **8640-2/12-02** - SERVIÇOS DE HEMOTERAPIA EM CONVÊNIO COM SUS;
- **3250-7/06-02** - SERVIÇOS DE PRÓTESE DENTÁRIA, EM CONVÊNIO COM O SUS;
- **3250-7/06-01** - SERVIÇOS DE PRÓTESE DENTÁRIA, EXCETO EM CONVÊNIO COM O SUS;
- **8640-2/10-00** - SERVIÇOS DE QUIMIOTERAPIA;
- **8640-2/11-00** - SERVIÇOS DE RADIOTERAPIA;
- **8640-2/06-00** - SERVIÇOS DE RESSONÂNCIA MAGNÉTICA;
- **8640-2/04-00** - SERVIÇOS DE TOMOGRAFIA;
- **8621-6/02-00** - SERVIÇOS MÓVEIS DE ATENDIMENTO A URGÊNCIAS, EXCETO POR UTI MÓVEL;
- **8630-5/02-00** - ATIVIDADE MÉDICA AMBULATORIAL COM RECURSOS PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES COMPLEMENTARES;
- **7020-4/00-01** - ASSESSORIA, CONSULTORIA, ORIENTAÇÃO E ASSISTÊNCIA EM GESTÃO, NEGÓCIOS, ORGANIZAÇÃO, FINANÇAS, ECONOMIA E SUSTENTABILIDADE EM RELAÇÃO AO MEIO AMBIENTE;
- **7450-0** - SELEÇÃO, AGENCIAMENTO E LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA;
- **7475-5** - ATIVIDADES DE INVESTIGAÇÃO, VIGILÂNCIA E SEGURANÇA;
- **770-5** - ATIVIDADES DE LIMPEZA EM PRÉDIOS E DOMICÍLIOS;
- **770-0** - ATIVIDADES DE APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA;

**75 3022.0048**Rua da grécia, 145  
Feira de Santana-BA  
CNPJ: 63.110.431/0001-20

- 7511-6 - ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EM GERAL;
- 7450-0 - SELEÇÃO, AGENCIAMENTO E LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA;
- 8021-7 - EDUCAÇÃO MÉDIA DE FORMAÇÃO GERAL;
- 8022-5 - EDUCAÇÃO MÉDIA DE FORMAÇÃO TÉCNICA E PROFISSIONAL;
- 8030-6 - EDUCAÇÃO SUPERIOR;
- 8092-6 - EDUCAÇÃO SUPLETIVA;
- 8621-6 - UNIDADES MÓVEIS DE ATENDIMENTO A URGÊNCIA LIGADAS A PLANOS DE SAÚDE, EXCETO UTI MOVEL;
- 8621-06/02 - UNIDADES MÓVEIS TERRESTRE PARA ATENDIMENTO A EMERGENCIAS, EXCETO UTI;
- 8621-6 UTI MÓVEL;
- 86.30-5 ATIVIDADES DE ATENÇÃO AMBULATORIAL EXECUTADAS POR MÉDICOS E ODONTÓLOGOS;
- 8093-4 - EDUCAÇÃO CONTINUADA OU PERMANENTE E APRENDIZAGEM PROFISSIONAL;
- 8094-2 - ENSINO À DISTÂNCIA;
- 8095-0 - EDUCAÇÃO ESPECIAL;
- 8712-3/00 - ATIVIDADE DE FORNECIMENTO DE INFRAESTRUTURA DE APIO ASSISTÊNCIAL A PACIENTE NO DOMICILIO;
- 3702-9/00 - ATIVIDADES RELACIONADAS A ESGOTO, EXCETO A GESTÃO DE REDES;
- 8122-2/00 - IMUNIZAÇÃO E CONTROLE DE PRAGAS URBANAS;
- 4120-4/00 - CONSTRUÇÃO DE EDIFICIOS;
- 3600-6/02 - DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA POR CAMINHÕES;
- 7499-3 - OUTRAS ATIVIDADES DE SERVIÇOS PRESTADOS PRINCIPALMENTE ÀS EMPRESAS, NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE.

XXXI - COM RECURSOS PRÓPRIOS OU DE TERCEIROS, O IPSE IMPLANTARÁ OS SERVIÇOS DE:

- a) MÉDICOS ESPECIALIZADOS;
- b) ODONTOLOGIA
- c) ENFERMAGEM, INCLUINDO ENFERMAGEM DE RESGATE;
- d) PSICOLOGIA;
- e) NUTRIÇÃO;
- f) EDUCAÇÃO FÍSICA;
- g) TERAPIA OCUPACIONAL;



h) FISIOTERAPIA;

i) FARMÁCIA;

j) ASSISTÊNCIA SOCIAL;

k) BIOMEDICINA;

l) FONODIOLOGIA;

m) VETERINÁRIO;

n) TÉCNICO EM RADIOLOGIA;

o) ENGENHEIRO;

p) AGRÔNOMO;

q) QUÍMICO.

**ART. 4º** - A FIM DE CUMPRIR SUAS FINALIDADES, PODERÁ ORGANIZAR-SE EM TANTAS UNIDADES DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUANTAS SE FIZEREM NECESSÁRIAS.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO.** TODOS OS SERVIÇOS E ESTABELECIMENTOS MANTIDOS OU ADMINISTRADOS PELA INSTITUIÇÃO DEVERÃO SER REGULAMENTADOS SEGUNDO OS PRECEITOS DESTE ESTATUTO E DO REGIMENTO INTERNO DA ENTIDADE, BEM COMO OBSERVAR OS PRINCÍPIOS E NORMAS LEGAIS QUE REGEM O SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE E OS SERVIÇOS DE SAÚDE EM GERAL.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - O INSTITUTO NÃO DISTRIBUI ENTRE OS SEUS SÓCIOS OU ASSOCIADOS, CONSELHEIROS, DIRETORES, EMPREGADOS OU DOADORES EVENTUAIS EXCEDENTES OPERACIONAIS, BRUTOS OU LÍQUIDOS, DIVIDENDOS, BONIFICAÇÕES, PARTICIPAÇÕES OU PARCELAS DO SEU PATRIMÔNIO, AUFERIDOS MEDIANTE O EXERCÍCIO DE SUAS ATIVIDADES, E O APLICA INTEGRALMENTE NA CONSECUÇÃO DO SEU OBJETIVO SOCIAL.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - PARA CUMPRIR SEU PROPÓSITO A ENTIDADE ATUARÁ POR MEIO DA EXECUÇÃO DIREITA DE PROJETOS, PROGRAMAS OU PLANOS DE AÇÕES, DA DOAÇÃO DE RECURSOS FÍSICOS, HUMANOS E FINANCEIROS, OU PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS INTERMEDIÁRIOS DE APOIO A OUTRAS ORGANIZAÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS, EMPRESAS PRIVADAS E A ÓRGÃOS PÚBLICOS QUE ATUEM EM ÁREAS AFINS.

**ART. 5º** - O INSTITUTO TERÁ REGIMENTO INTERNO QUE, APROVADO PELA ASSEMBLEIA GERAL, DISCIPLINARÁ O SEU FUNCIONAMENTO.

**ART. 6º** - A FIM DE CUMPRIR SUAS FINALIDADES, O INSTITUTO SE ORGANIZARÁ EM TANTAS UNIDADES DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, QUANTAS SE FIZEREM



NECESSÁRIAS, AS QUAIS SE REGERÃO POR ESTAS DISPOSIÇÕES ESTATUTÁRIAS.

## **CAPITULO II - DOS ASSOCIADOS**

**ART. 7º** - O INSTITUTO É CONSTITUÍDO POR NÚMERO ILIMITADO DE ASSOCIADOS.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - A ADMISSÃO E A EXCLUSÃO DOS ASSOCIADOS É ATRIBUIÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL.

**ART. 8º** - SÃO DIREITOS DOS ASSOCIADOS QUITES COM SUAS OBRIGAÇÕES SOCIAIS:

I - VOTAR E SER VOTADO PARA OS CARGOS ELETIVOS;

II - TOMAR PARTE NAS ASSEMBLEIAS GERAIS.

**ART. 9º** - SÃO DEVERES DOS ASSOCIADOS:

I - CUMPRIR AS DISPOSIÇÕES ESTATUTÁRIAS E REGIMENTAIS;

II - ACATAR AS DECISÕES DA DIRETORIA;

III - PAGAR MENSALMENTE A TAXA DE CONTRIBUIÇÃO DE ASSOCIADOS VARIÁVEL DE ACORDO A ATIVIDADE PROFISSIONAL, REFERENTE A CUSTOS ADMINISTRATIVOS.

**ART. 10º** - OS ASSOCIADOS NÃO RESPONDEM, NEM MESMO SUBSIDIARIAMENTE, PELOS ENCARGOS DA INSTITUIÇÃO.

## **CAPITULO III - DA ADMINISTRAÇÃO**

**ART. 11º** - O INSTITUTO SERÁ ADMINISTRADO POR:

I - ASSEMBLEIA GERAL;

II - DIRETORIA;

III - CONSELHO FISCAL.

**ART. 12º** - A ASSEMBLEIA GERAL, ÓRGÃOS SOBERANOS DA INSTITUIÇÃO, SE CONSTITUIRÁ DOS SÓCIOS EM PLENO GOZO DE SEUS DIREITOS ESTATUTÁRIOS.

**ART. 13º** - COMPETE A ASSEMBLEIA GERAL:

I - ELEGER E DESTITUIR A DIRETORIA E O CONSELHO FISCAL;

II - DECIDIR SOBRE REFORMAS DO ESTATUTO, NA FORMA DO ART. 34

III - DECIDIR SOBRE A EXTINÇÃO DA INSTITUIÇÃO, NOS TERMOS DO ARTIGO

IV - APROVAR O REGIMENTO INTERNO.

**ART. 14º** - A ASSEMBLEIA GERAL SE REALIZARÁ, ORDINARIAMENTE, UMA VEZ

POUR NO PARA

I - APROVAR PROPOSTA DE PROGRAMAÇÃO ANUAL DA INSTITUIÇÃO, SUBMETIDA PELA DIRETORIA; II - APRECIAR O RELATÓRIO ANUAL DA DIRETORIA;

III - DISCUTIR E HOMOLOGAR AS CONTAS E O BALANÇO APROVADO PELO CONSELHO FISCAL;

IV - O QUE OCORRER.

**ART. 15º** - A ASSEMBLEIA GERAL SE REALIZARÁ, EXTRAORDINARIAMENTE, QUANDO CONVOCADA:

I - PELA DIRETORIA;

II - PELO CONSELHO FISCAL;

III - POR REQUERIMENTO DE 2/3 DOS ASSOCIADOS QUITES COM AS OBRIGAÇÕES SOCIAIS.

**ART. 16º** - A CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA SERÁ FEITA POR MEIO DE EDITAL AFIXADO NA SEDE DA INSTITUIÇÃO E/OU PUBLICADO NA IMPRESSA LOCAL, POR CIRCULARES OU OUTROS MEIOS CONVENIENTES COM ANTECEDÊNCIA MÍNIMA DE 10 (DEZ) DIAS.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - QUALQUER ASSEMBLEIA SE INSTALARÁ EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO COM A MAIORIA DOS SÓCIOS E, EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO, COM PELO MENOS 1/3 DOS SEUS ASSOCIADOS.

**ART. 17º** - A INSTITUIÇÃO ADOTARÁ PRÁTICAS DE GESTÃO ADMINISTRATIVA, NECESSÁRIAS E SUFICIENTES, A COIBIR OBTENÇÃO, DE FORMA INDIVIDUAL OU COLETIVA, DE BENEFÍCIOS E VANTAGENS PESSOAIS, EM DECORRÊNCIA DA PARTICIPAÇÃO NOS PROCESSOS DECISÓRIOS.

**ART. 18º** - A DIRETORIA SERÁ CONSTITUÍDA POR UM PRESIDENTE, UM SECRETÁRIO, UM TESOUREIRO, UM DIRETOR EXECUTIVO, UM DIRETOR RESPONSÁVEL TÉCNICO DE SERVIÇOS MÉDICOS, UM DIRETOR RESPONSÁVEL TÉCNICO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS, UM DIRETOR JURÍDICO, UM DIRETOR RESPONSÁVEL TÉCNICO DE SERVIÇOS ODONTOLÓGICOS, UM DIRETOR RESPONSÁVEL TÉCNICO DE SERVIÇOS DE PSICOLOGIA, UM DIRETOR RESPONSÁVEL TÉCNICO DE SERVIÇO SOCIAL, UM DIRETOR RESPONSÁVEL TÉCNICO DE SERVIÇOS DE NUTRIÇÃO, UM DIRETOR RESPONSÁVEL TÉCNICO DE SERVIÇOS DE FISIOTERAPIA, UM DIRETOR RESPONSÁVEL TÉCNICO DE SERVIÇOS DE EDUCAÇÃO FÍSICA, UM DIRETOR RESPONSÁVEL TÉCNICO DE SERVIÇOS DE ENFERMAGEM, UM DIRETOR RESPONSÁVEL TÉCNICO DE SERVIÇOS DE FARMÁCIA, UM DIRETOR RESPONSÁVEL TÉCNICO DE SERVIÇOS DE MEDICINA VETERINÁRIA, UM DIRETOR RESPONSÁVEL TÉCNICO DE

75 3022.0048

Rua da grécia, 145  
Feira de Santana-BA  
CNPJ: 63.110.431/0001-20



SERVIÇOS DE FONOAUDIOLOGIA, UM DIRETOR RESPONSÁVEL TÉCNICO DE SERVIÇOS DE RADIOLOGIA.

**PARÁGRAFO ÚNICO** – O MANDADO DA DIRETORIA SERÁ DE 04 (QUATRO ANOS), SENDO PERMITIDA MAIS DE UMA REELEIÇÃO CONSECUTIVA.

**ART. 19º** – COMPETE A DIRETORIA:

- I – ELABORAR E SUBMETER À ASSEMBLEIA GERAL A PROPOSTA DE PROGRAMAÇÃO ANUAL DA INSTITUIÇÃO;
- II – EXECUTAR A PROGRAMAÇÃO ANUAL DE ATIVIDADES DA INSTITUIÇÃO;
- III – ELABORAR E APRESENTAR À ASSEMBLEIA GERAL O RELATÓRIO ANUAL;
- IV – REUNIR-SE COM INSTITUIÇÕES PÚBLICAS E PRIVADAS PARA MÚTUA COLABORAÇÃO EM ATIVIDADES DE INTERESSE EM COMUM;
- V – CONTRATAR E DEMITIR FUNCIONÁRIOS.

**ART. 20º** – A DIRETORIA SE REUNIRÁ NO MÍNIMO UMA VEZ POR MÊS.

**ART. 21º** – COMPETE AO PRESIDENTE:

- I – REPRESENTAR O IPSE JUDICIAL E EXTRAJUDICIALMENTE;
- II – CUMPRIR E FAZER CUMPRIR O ESTATUTO;
- III – PRESIDIR A ASSEMBLEIA GERAL;
- IV – CONVOCAR E PRESIDIR AS REUNIÕES DA DIRETORIA;
- V – ABRIR CONTA EM BANCOS E INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS INCLUSIVE NA CAIXA ECONOMICA FEDERAL JUNTO COM O TESOUREIRO;
- VI – MOVIMENTAR CONJUNTAMENTE COM O TESOUREIRO A CONTA CORRENTE DO INSTITUTO E DEMAIS DOCUMENTOS FINANCEIROS;
- VII – OUTORGAR A TERCEIROS A PRATICAR ATOS OU ADMINISTRAR INTERESSES DO INSTITUTO.

**ART. 22º** – COMPETE AO SECRETARIO:

- I – SUBSTITUIR O DIRETOR GERAL EM SUAS FALTAS OU IMPEDIMENTOS;
- II – ASSUMIR A PRESIDÊNCIA EM CASO DE VACÂNCIA, ATÉ O SEU TÉRMINO;
- III – PRESTAR DE MODO GERAL SUA COLABORAÇÃO A ASSEMBLEIA GERAL;
- IV – SECRETARIAR AS REUNIÕES DA DIRETORIA E DA ASSEMBLEIA GERAL E REDIGIR AS ATAS;
- V – PUBLICAR TODAS AS NOTÍCIAS DAS ATIVIDADES DA ENTIDADE.

**ART. 23º** – COMPETE AO TESOUREIRO:

- I – ARRECADAR E CONTABILIZAR AS CONTRIBUIÇÕES DOS ASSOCIADOS, RENDAS, AUXÍLIOS E DONATIVOS, MANTENDO EM DIA A ESCRITURAÇÃO DA INSTITUIÇÃO;
- II – ASSESSORAR AS CONTAS AUTORIZADAS PELO DIRETOR GERAL;

III - APRESENTAR RELATÓRIOS DE RECEITAS E DESPESAS, SEMPRE QUE FOREM SOLICITADOS;

IV - APRESENTAR AO CONSELHO FISCAL A ESCRITURAÇÃO DA INSTITUIÇÃO, INCLUINDO OS RELATÓRIOS DE DESEMPENHO FINANCEIRO E CONTÁBIL E SOBRE AS OPERAÇÕES PATRIMONIAIS REALIZADAS;

V - CONSERVAR, SOB SUA GUARDA E RESPONSABILIDADE OS DOCUMENTOS RELATIVOS À TESOURARIA;

VI - RESPONSABILIZAR-SE PELO ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO CONTÁBIL E AS RESPONSABILIDADES FISCAIS DA INSTITUIÇÃO RESPONDENDO PELA OMISSÃO;

VII - MOVIMENTAR CONJUNTAMENTE COM O DIRETOR GERAL A CONTA CORRENTE DO IPSE.

**ART. 24º - COMPETE AO DIRETOR EXECUTIVO:**

I - SUBSTITUIR O SECRETÁRIO EM SUAS FALTAS OU IMPEDIMENTOS;

II - ASSUMIR O MANDATO, EM CASO DE VACÂNCIA, ATÉ O SEU TÉRMINO;

III - ASSUMIR A TESOURARIA, EM CASO DE VACÂNCIA, ATÉ O SEU TÉRMINO

III - PRESTAR, DE MODO GERAL, SUA COLABORAÇÃO A ASSEMBLEIA GERAL;

IV - ELABORAR E COORDENAR OS PROJETOS DO IPSE.

**ART. 25º - COMPETE AO MÉDICO - DIRETOR RESPONSÁVEL TÉCNICO DE SERVIÇOS MÉDICOS:**

I - REPRESENTAR O IPSE, JUNTO AOS ÓRGÃOS DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DE SERVIÇOS MÉDICOS E DE SAÚDE TAIS COMO VIGILÂNCIA SANITÁRIA, CREMEB ENTRE OUTROS;

II - COORDENAR TODAS AS ATIVIDADES DE SERVIÇOS DE SAÚDE DO IPSE;

III - PRESTAR, DE MODO GERAL, SUA COLABORAÇÃO A ASSEMBLEIA GERAL;

IV - ELABORAR E COORDENAR OS PROJETOS DE SAÚDE DO IPSE.

**ART. 26º - COMPETE AO ENFERMEIRO - DIRETOR RESPONSÁVEL TÉCNICO DE SERVIÇOS DE ENFERMAGEM:**

I - COMPETE AO REPRESENTAR O IPSE, JUNTO AOS ÓRGÃOS DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DE SERVIÇOS MÉDICOS E DE SAÚDE TAIS COMO VIGILÂNCIA SANITÁRIA, COREN ENTRE OUTROS;

II - COORDENAR TODAS AS ATIVIDADES DE SERVIÇOS DE SAÚDE DO IPSE;

- PRESTAR, DE MODO GERAL, SUA COLABORAÇÃO A ASSEMBLEIA GERAL;

ELABORAR E COORDENAR OS PROJETOS DE EDUCAÇÃO E PROMOÇÃO DE

DE.

**ART. 27º - COMPETE AO ADVOGADO - DIRETOR JURÍDICO:**

I – COMPETE AO REPRESENTAR O IPSE EM JUÍZO;

II – DAR SEU PARECER EM TODOS OS CONTRATOS E OUTRAS AVENÇAS DO IPSE;

III – PRESTAR, DE MODO GERAL, SUA COLABORAÇÃO A ASSEMBLEIA GERAL;

IV – ELABORAR E COORDENAR OS PROJETOS NA ÁREA JURÍDICA DO IPSE.

**PARÁGRAFO ÚNICO** – OS SEGUINTE DIRETORES RESPONSÁVEIS TÉCNICOS NOMEADOS PELA DIRETORIA E TERÃO AS SUAS ATRIBUIÇÕES FIXADAS NO REGIMENTO INTERNO QUE SÃO:

- a) DIRETOR RESPONSÁVEL TÉCNICO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVO;
- b) DIRETOR RESPONSÁVEL TÉCNICO DE SERVIÇOS ODONTOLÓGICOS;
- c) DIRETOR RESPONSÁVEL TÉCNICO DE SERVIÇOS DE PSICOLOGIA;
- d) DIRETOR RESPONSÁVEL TÉCNICO DE SERVIÇO SOCIAL;
- e) DIRETOR RESPONSÁVEL TÉCNICO DE SERVIÇOS DE NUTRIÇÃO;
- f) DIRETOR RESPONSÁVEL TÉCNICO DE SERVIÇOS DE FISIOTERAPIA;
- g) DIRETOR RESPONSÁVEL TÉCNICO DE SERVIÇOS DE EDUCAÇÃO FÍSICA.
- h) DIRETOR RESPONSÁVEL TÉCNICO DE SERVIÇOS DE ENFERMAGEM;
- i) DIRETOR RESPONSÁVEL TÉCNICO DE SERVIÇOS DE FARMÁCIA;
- j) DIRETOR RESPONSÁVEL TÉCNICO DE SERVIÇOS DE MEDICINA VETERINÁRIA;
- k) DIRETOR RESPONSÁVEL TÉCNICO DE SERVIÇOS DE FONOAUDIOLOGIA;
- l) DIRETOR RESPONSÁVEL TÉCNICO DE SERVIÇOS DE RADIOLOGIA.

**ART. 28º** – O CONSELHO FISCAL SERÁ CONSTITUÍDO POR 03 (TRÊS) MEMBROS E SEUS RESPECTIVOS SUPLENTE, ELEITOS PELA ASSEMBLEIA GERAL.

**§1º** – O MANDATO DO CONSELHO FISCAL SERÁ COINCIDENTE COM O MANDATO DA DIRETORIA.

**§2º** – EM CASO DE VACÂNCIA, O MANDATO SERÁ ASSUMIDO PELO RESPECTIVO SUPLENTE, ATÉ O SEU TÉRMINO.

**ART. 29º** – COMPETE AO CONSELHO FISCAL:

I – EXAMINAR OS LIVROS DE ESCRITURAÇÃO DA INSTITUIÇÃO;

II – OPINAR SOBRE OS BALANÇOS E RELATÓRIOS DE DESEMPENHO FINANCEIRO E CONTÁBIL E SOBRE AS OPERAÇÕES PATRIMONIAIS REALIZADAS, EMITINDO PARECERES PARA OS ORGANISMOS SUPERIORES DA ENTIDADE;

III - REQUISITAR AO TESOUREIRO, A QUALQUER TEMPO, DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA DAS OPERAÇÕES ECONÔMICO-FINANCEIRAS REALIZADAS PELA INSTITUIÇÃO;

IV - CONTRATAR E ACOMPANHAR O TRABALHO DE EVENTUAIS AUDITORES EXTERNOS INDEPENDENTES;

V - CONVOCAR EXTRAORDINARIAMENTE A ASSEMBLEIA GERAL;

**PARÁGRAFO ÚNICO** - O CONSELHO FISCAL SE REUNIRÁ ORDINARIAMENTE A CADA 02 (DOIS) MESES E, EXTRAORDINARIAMENTE, SEMPRE QUE NECESSÁRIO.

#### **CAPITULO IV - DOS RECURSOS FINANCEIROS**

**ART. 30º** - OS RECURSOS FINANCEIROS NECESSÁRIOS A MANUTENÇÃO DA INSTITUIÇÃO PODERÁ SER OBTIDOS POR:

I - TERMOS DE PARCERIA, CONVÊNIOS E CONTRATOS FIRMADOS COM O PODER PÚBLICO PARA FINANCIAMENTO DE PROJETOS NA SUA ÁREA DE ATUAÇÃO;

II - CONTRATOS E ACORDOS FIRMADOS COM EMPRESAS E AGÊNCIAS NACIONAIS E INTERNACIONAIS;

III - DOAÇÕES, LEGADOS E HERANÇAS;

IV - RENDIMENTOS DE APLICAÇÕES DE SEUS ATIVOS FINANCIAMENTOS E OUTROS, PERTINENTES AO PATRIMÔNIO SOB A SUA ADMINISTRAÇÃO;

V - CONTRIBUIÇÃO DOS ASSOCIADOS;

VI - RECURSOS PROVENIENTES DE CONTRATO DE GESTÃO EFETUADO COM O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, ESTADUAL OU FEDERAL;

VII - ATRAVÉS DE TERMOS DE COLABORAÇÃO, TERMOS DE FOMENTO, ACORDOS DE COOPERAÇÃO E OUTROS INSTRUMENTOS LEGAIS, O IPSE SE PRESTARÁ A RECEBER E ATENDER, DENTRO DE SUAS POSSIBILIDADES ESTRUTURAIS O PÚBLICO ALVO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL ATRAVÉS DO SUAS - SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E SEUS EQUIPAMENTOS SOCIAIS NA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA, NA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE.

VIII - RECEBIMENTO DE DIREITOS AUTORAIS E ETC.

#### **CAPITULO V - DO PATRIMÔNIO**

**ART. 31º** - O PATRIMÔNIO DO IPSE SERÁ CONSTITUÍDO DE BENS MÓVEIS, IMÓVEIS, VEÍCULOS, SEMOVENTES, AÇÕES E TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA.

**PRIMEIRO** - O INSTITUTO NÃO DISTRIBUI ENTRE OS SEUS ASSOCIADOS, DIRETORES, CONSELHEIROS, CONSELHEIROS FISCAIS, EMPREGADOS, DOADORES OU TERCEIROS EVENTUAIS RESULTADOS, SOBRAS, EXCEDENTES OPERACIONAIS, BRUTOS OU LÍQUIDOS, DIVIDENDOS, ISENÇÕES DE QUALQUER NATUREZA, PARTICIPAÇÕES OU PARCELAS DO SEU PATRIMÔNIO, AUFERIDOS MEDIANTE O EXERCÍCIO DE SUAS ATIVIDADES, E QUE OS APLICA INTEGRALMENTE NA CONSECUÇÃO DO RESPECTIVO OBJETO SOCIAL, DE FORMA IMEDIATA OU POR MEIO DA CONSTITUIÇÃO DE FUNDO PATRIMONIAL OU FUNDO DE RESERVA.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - É PROIBIDA A DISTRIBUIÇÃO DE BENS OU DE PARCELA DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM QUALQUER HIPÓTESE, INCLUSIVE EM RAZÃO DE DESLIGAMENTO, RETIRADA OU FALECIMENTO DE ASSOCIADO OU MEMBRO DO INSTITUTO.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - OS LEGADOS E DOAÇÕES QUE FOREM DESTINADOS AO INSTITUTO, BEM COMO OS EXCEDENTES FINANCEIROS DE CORRENTES DE SUAS ATIVIDADES DEVEM SER INTEGRALMENTE INCORPORADOS AO SEU PATRIMÔNIO, DEVENDO SER INVESTIDOS NO DESENVOLVIMENTO DE SUAS ATIVIDADES.

**PARÁGRAFO QUARTO** - NO CASO DE DISSOLUÇÃO OU EXTINÇÃO, O EVENTUAL PATRIMÔNIO REMANESCENTE DEVE SER DESTINADO A ENTIDADE SEM FINS LUCRATIVOS CONGÊNERE.

**PARÁGRAFO QUINTO** - NA HIPÓTESE DE O INSTITUTO OBTER TÍTULO DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL (OS), NOS TERMOS DA LEI Nº 3.735 DE 06 DE SETEMBRO DE 2017 DO MUNICÍPIO DE FEIRA DE SANTANA, BAHIA, CASO A ASSOCIAÇÃO VENHA A SER POSTERIORMENTE EXTINTA OU DESQUALIFICADA, OS ELEMENTOS DO ACERVO PATRIMONIAL DEVEM SER TRANSFERIDOS A OUTRA ORGANIZAÇÃO SOCIAL QUALIFICADA NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE FEIRA DE SANTANA, DA MESMA ÁREA DE ATUAÇÃO, OU AO PATRIMÔNIO DA UNIÃO, DOS ESTADOS, DO DISTRITO FEDERAL OU DOS MUNICÍPIOS, NA PROPORÇÃO DOS RECURSOS E BENS PRO ESTES ALOCADOS.

**PARÁGRAFO SEXTO** - NA HIPÓTESE DE O INSTITUTO OBTER TÍTULO DE ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL DE INTERESSE PÚBLICO (OSCIP), NOS TERMOS DA LEI 9.790 DE 1999, CASO A ASSOCIAÇÃO VENHA A SER POSTERIORMENTE DISSOLVIDA, O RESPECTIVO PATRIMÔNIO LÍQUIDO SERÁ TRANSFERIDO A OUTRA PESSOA JURÍDICA QUALIFICADA NOS TERMOS DA REFERIDA LEI.

**PARÁGRAFO SÉTIMO** - AINDA NA HIPÓTESE DE O INSTITUTO OBTER TÍTULO DE ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL DE INTERESSE PÚBLICO (OSCIP), NOS TERMOS DA LEI 9.790 DE 1999, CASO A PESSOA JURÍDICA PERCA A QUALIFICAÇÃO INSTITUÍDA PELA REFERIDA LEI, O RESPECTIVO ACERVO PATRIMONIAL DISPONÍVEL, ADQUIRIDO COM RECURSOS PÚBLICOS DURANTE O PERÍODO EM QUE PERDUROU AQUELA QUALIFICAÇÃO, SERÁ TRANSFERIDO A OUTRA PESSOA JURÍDICA QUALIFICADA NOS TERMOS DA LEI 9.790 DE 1999, PREFERENCIALMENTE QUE TENHA O MESMO OBJETO SOCIAL.

**PARÁGRAFO OITAVO** - NA HIPÓTESE DE O INSTITUTO OBTER QUALIFICAÇÃO PREVISTA PELA LEI ESTADUAL DA BAHIA Nº 8.647 DE 2003 E, POSTERIORMENTE, VIR A PERDÊ-LA, A DESQUALIFICAÇÃO IMPORTARÁ REVERSÃO DOS BENS CUJO USO LHESS TENHA SIDO PERMITIDO PELO ESTADO DA BAHIA E DOS VALORES ENTREGUES PARA UTILIZAÇÃO, SEM PREJUÍZO DE OUTRAS SANÇÕES CABÍVEIS.

**PARÁGRAFO NONO** - NA HIPÓTESE DE O INSTITUTO OBTER QUALIFICAÇÃO PREVISTA EM DISPOSITIVO NORMATIVO ORIUNDO DE QUALQUER ESTADO DA FEDERAÇÃO BRASILEIRA E, POSTERIORMENTE, VIER A PERDÊ-LA, OS BENS AUFERIDOS EM CONSEQUÊNCIA DO EMPREGO DESSE TÍTULO TERÃO DESTINAÇÃO CONDIZENTE COM O QUANTO ESTABELECIDO NO RESPECTIVO DISPOSITIVO NORMATIVO.

**ART. 32º** - O INSTITUTO NÃO REMUNERA, POR QUALQUER FORMA, MEMBROS DO CONSELHO FISCAL, MEMBROS DA DIRETORIA, NEM QUALQUER ESPÉCIE DE DIRIGENTE PELOS SERVIÇOS PRESTADOS, EXCETO NO CASO EM QUE ATUEM EFETIVAMENTE NA GESTÃO EXECUTIVA E DESDE QUE CUMPRIDOS OS REQUISITOS PREVISTOS NOS ARTIGOS 3º E 16º DA LEI Nº 9.790, DE 23 DE MARÇO DE 1999, RESPEITADOS COMO LIMITES MÁXIMOS OS VALORES PRATICADOS PELO MERCADO NA REGIÃO CORRESPONDENTE À SUA ÁREA DE ATUAÇÃO, DEVENDO SEU VALOR SER FIXADO PELA ASSEMBLEIA GERAL.

#### **CAPÍTULO VI – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS**

**ART. 33º** – A PRESTAÇÃO DE CONTAS DA INSTITUIÇÃO OBSERVARÁ NO MÍNIMO:

I – OS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DE CONTABILIDADE E AS NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE;

– A PUBLICIDADE, POR QUALQUER MEIO EFICAZ, NO ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO FISCAL, AO RELATÓRIO DE ATIVIDADES E DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA ENTIDADE, INCLUINDO AS CERTIDÕES NEGATIVAS DE

DÉBITOS JUNTO AO INSS E AO FGTS, COLOCANDO-OS À DISPOSIÇÃO PARA O EXAME DE QUALQUER CIDADÃO;

III - A REALIZAÇÃO DE AUDITORIA, INCLUSIVE POR AUDITORES EXTERNOS INDEPENDENTES SE FOR O CASO, DA APLICAÇÃO DOS EVENTUAIS RECURSOS OBJETO DE TERMO DE PARCERIA, CONFORME PREVISTO EM REGULAMENTO;

IV - A PRESTAÇÃO DE CONTAS DE TODOS OS RECURSOS E BENS DE ORIGEM PÚBLICA RECEBIDOS SERÁ FEITA, CONFORME DETERMINA O PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 70 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.

#### **CAPITULO VI - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**ART. 34º** - O IPSE SERÁ DISSOLVIDO POR DECISÃO DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, ESPECIALMENTE CONVOCADA PARA ESSE FIM, QUANDO SE TORNAR IMPOSSÍVEL À CONTINUAÇÃO DE SUAS ATIVIDADES.

**ART. 35º** - O PRESENTE ESTATUTO FOI APROVADO NA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 09 DE JANEIRO DE 2018 E ALTERADO NA ASSEMBLEIA DO DIA 19 DE JULHO DE 2021 PODERÁ SER NOVAMENTE REFORMADO, A QUALQUER TEMPO, POR DECISÃO DA MAIORIA ABSOLUTA DOS SÓCIOS, EM ASSEMBLEIA GERAL E ENTRARÁ EM VIGOR NA DATA DE SEU REGISTRO EM CARTÓRIO.

**ART. 36º** - OS CASOS OMISSOS SERÃO RESOLVIDOS PELA DIRETORIA E REFERENDADOS PELA ASSEMBLEIA GERAL.

FEIRA DE SANTANA-BAHIA, 22 DE OUTUBRO DE 2021.




**ROBSON DE LIMA FERREIRA**

**PRESIDENTE**  
**CPF: 018.062.185-85**



**EDINALDO MIRANDA MATOS JUNIOR**

**TESOUREIRA**  
**CPF: 16272146-31**

  
**IGOR SOARES DE MATOS LARANJEIRA**  
**OAB/BA: 27728**



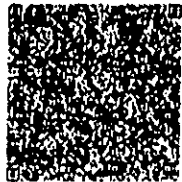
CARTÓRIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS DE FEIRA DE SANTANA/BA.  
C: (75) 3823-9932 / 96133-5132 / atendimento@cartoriofeiradeantana.com.br / www.cartoriofeiradeantana.com.br

Protocolo PJ: 058055 Livro: Página: 72  
Registro: 1111 Av-20 Livro: 440 Página: 65

DAJE: 032512 Série: 002 Emissor: 37  
Selo: 0037.AB026098-7 Cod. Validação: P891N56DNH  
Quota: Emol: R\$182,77 Fie: R\$129,79 FEC: R\$49,95  
Det: R\$4,84 PQE: R\$7,27 MP: R\$3,78  
Total: R\$378,40

FEIRA DE SANTANA - BA 18/11/2021

Ana Carolina Cardoso Ramos  
Escritor(a) Autorizada

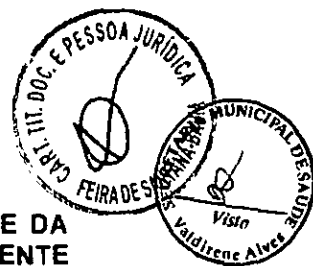






INSTITUTO DE PESQUISA SAÚDE E EDUCAÇÃO

**ATA DE ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE ELEIÇÃO E POSSE DA NOVA DIRETORIA, APRESENTAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL REFERENTE AO ANO DE 2020 E BALANCETE ATÉ SETEMBRO DE 2021, REVISÃO DO ESTATUTO DO INSTITUTO DE PESQUISA SAÚDE E EDUCAÇÃO-IPSE.**



AOS VINTE E DOIS DIAS DO MÊS DE OUTUBRO DE DOIS MIL E VINTE E UM, ÀS OITO HORAS, NA RUA DA GRÉCIA, 145, SÃO JOÃO, DE FEIRA DE SANTANA, REUNIRAM-SE OS SÓCIOS QUE ATENDERAM A PUBLICAÇÃO DA CONVOCAÇÃO DESTA ASSEMBLEIA, PUBLICADA NO QUADRO DE AVISOS NA SEDE SOCIAL, COM A SEGUINTE ORDEM DO DIA: A) ELEIÇÃO E POSSE DOS NOVOS MEMBROS DA DIRETORIA, B) APRESENTAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL REFERENTE AO ANO DE 2020 E BALANCETE ATÉ SETEMBRO DE 2021 C) REVISÃO DO ESTATUTO D) O QUE OCORRER. ABERTA A SESSÃO, PELO SENHOR ANDERSON LOPES SANTOS, ATUAL PRESIDENTE, COLOCOU QUE O MOTIVO PRINCIPAL DA CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA, SERIA PARA SE DESPEDIR DO INSTITUTO ONDE FICOU À FRENTE DURANTE ANOS, E QUE DEVIDO A EXPANSÃO DAS ATIVIDADES DO IPSE PARA OUTRO ESTADO NÃO ESTÁ DANDO CONTA DE ACOMPANHAR AS ATIVIDADES, SENDO QUE TEM AS SUAS ATIVIDADES PESSOAIS E PROBLEMAS DE SAÚDE NA FAMÍLIA. SENDO ASSIM DEIXOU VAGO A SUA FUNÇÃO, EM SEGUIDA COM A PALAVRA A SENHORA LUZINETE, ATUAL TESOUREIRA QUE COLOCOU À DISPOSIÇÃO TAMBÉM SEU CARGO, POIS A MESMA TEM ALGUNS PROBLEMAS DE SAÚDE E TEM QUE SE AUSENTAR PARA FAZER EXAMES. APÓS A PALAVRA FOI CONVOCADO AS PESSOAS QUE TERIAM O INTERESSE EM OCUPAR OS CARGOS VAGOS, FOI DADO O INTERVALO DE 10 MINUTOS, APÓS A RETOMADA DANDO INÍCIO A VOTAÇÃO FOI ELEITO POR UNANIMIDADE COMO PRESIDENTE O SR. ROBSON DE LIMA FERREIRA, BRASILEIRO, SOLTEIRO, COMERCIANTE, PORTADOR DO CPF:018.062.185-85, RG: 10.046.042-97, RESIDENTE E DOMICILIADO NA RUA TOMAZINA, 90, BAIRRO CAMPO LIMPO, CONJUNTO MORADA DAS ÁRVORES, FEIRA DE SANTANA/BA, CEP:44.149-999. EM SEGUIDA, FOI ELEITO COMO TESOUREIRO EDINALDO MIRANDA MATOS JUNIOR, BRASILEIRO, SOLTEIRO, COMERCIANTE, PORTADOR DO CPF:065.025.355-85, RG: 16272146-31, RESIDENTE E DOMICILIADO NA VIA LOCAL D, 27, CASA 2 BAIRRO CALUMBI, CONJUNTO FEIRAI IX, FEIRA DE SANTANA/BA, CEP: 44.009-510. SENDO COLOCADO TAMBÉM DUAS VAGAS NO CONSELHO FISCAL, FICANDO: LORENA DA SILVA COELHO, BRASILEIRA, SOLTEIRA, COMERCIANTE, PORTADORA DO CPF:009.472.785-67, RG:0908277679, RESIDENTE E DOMICILIADA NA RUA DO MÉXICO, 1836, TOMBA, FEIRA DE

75 3022.0048  
Rua da grécia, 145  
Feira de Santana-BA  
CNPJ: 63.110.431/0001-20

*Robson de Lima Ferreira*  
*Edinaldo Miranda Matos Junior*  
*Lorena da Silva Coelho*



v3.0 - DAUTIN Blockchain Documentos Digitais e Serviços Ltda EPP certifica em 19/11/2021 11:12:13 que o documento de hash (SHA-256) fd13c194bb193d87771de2297b4f1c106edce85e1cbcd836fa001d796915abc3 foi validado em 19/11/2021 09:51:49 através da transação blockchain 0x943dd9d98e946d675066e653b8eb0407afd625dca7ac4cc5a850e7ed491c1f2 e pode ser verificado em <https://www.dautin.com/FileCheck> (NID: 38364)





INSTITUTO DE PESQUISA E EDUCAÇÃO

SANTANA/BA, CEP: 44090-640, E LAZARO KAIC LOPES BORGUES ALMEIDA, BRASILEIRO, SOLTEIRO, ESTUDANTE, RESIDENTE E DOMICILIADO NA RUA MIGUEL CALMON, 602, JARDIM CRUZEIRO, FEIRA DE SANTANA/BA, CEP: 44.024-108. COMO FORAM ELEITOS POR UNANIMIDADE TODOS OS NOMES CITADOS ACIMA FORAM ELEITOS E EMPOSSADOS. EM SEGUIDA PASSAMOS PARA A APRESENTAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL, NO QUAL MOSTROU A ATUAL SITUAÇÃO FINANCEIRA. APÓS, COM A PALAVRA A ANTIGA TESOUREIRA LUZINETE MOSTRANDO A SITUAÇÃO FINANCEIRA À NOVA DIRETORIA E ENTREGANDO A ELES O BALANÇO 2020 E O BALANCETE DO ANO DE 2021, ATÉ O MÊS DE SETEMBRO. EM SEGUIDA, FOI ENTREGUE UMA CÓPIA DO ESTATUTO À TODOS OS PRESENTES E FEITA A SUA LEITURA, COMO NÃO HAVIA ALTERAÇÕES E NADA MAIS PARA TRATAR, EU LUZINETE MARQUES DOS SANTOS, ADOC DESTA ASSEMBLEIA LAVRO A PRESENTE ATA QUE VAI ASSINADA POR MIM, E PELOS OS PRESENTES QUE ASSIM DESEJAREM, AOS VINTE E DOIS DIAS DO MÊS DE OUTUBRO DE DOIS MIL E VINTE E UM.

*Edinildo miranda matos junior*

CARTÓRIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS DE FEIRA DE SANTANA/BA  
T (75) 3022-5932 / 86134-6132 / atendimento: cartorio@registrofeiraba.com.br / www.cartoriofeiraba.com.br

Protocolo PJ: 650365 Livro: 72  
Registro: 1111 Av-20 Livro: 440 Página: 65

DAJE: 032512 Serie: 002 Emissor: 37  
Selo: 0037.AB025006-7 Cod. Validador: PBR#2500711  
Quota: Emol: R\$182,77 Fis: R\$129,79 FFG: R\$49,95  
Det: R\$4,84 PGE: R\$7,27 MP: R\$3,78  
Total: R\$378,40  
FEIRA DE SANTANA - BA 16/11/2021

Ana Carolina Cardoso Ramos  
Escritor(a) Autorizada

75 3022.0048  
Rua da grécia, 145  
Feira de Santana-BA  
CNPJ: 63.110.431/0001-20



v3.0 - DUTIN Blockchain Documentos Digitais e Serviços Ltda EPP certifica em 19/11/2021 11:12:13 que o documento de hash (SHA-256) fd13c194bb193d87771de2297b4f1c106edce85a1cbcd836fa001d796915abc3 foi validado em 19/11/2021 09:51:49 através da transação blockchain 0x943dd9d98e946d875068e653b8eb0407afd625dca7ac4cc5a850e7ed491c1f2 e pode ser verificado em <https://www.deutin.com/FileCheck> (NID: 38364)



Rua XV de Novembro, 64 - Sala 21  
Edifício Pedro Francisco Vargas  
Centro, Itajaí - Santa Catarina  
(47) 3514-7599 | (47) 99748-2223  
www.dautin.com | dautin@dautin.com



## CERTIFICADO DE PROVA DE AUTENTICIDADE ELETRÔNICA

A DAUTIN BLOCKCHAIN DOCUMENTOS DIGITAIS E SERVIÇOS LTDA, especificada neste ato apenas como **Dautin Blockchain Co.** CERTIFICA para os devidos fins de direito que, o arquivo digital especificado com o tipo documental **Autenticação** e representado pela função hash criptográfica conhecida como SHA-256, de código **fd13c194bb193d87771de2297b4f1c106edce85e1cbcd836fa001d796915abc3** foi autenticado de acordo com as Legislações e normas vigentes<sup>1</sup> através da rede blockchain Ethereum Classic, sob o identificador único denominado NID **38364** dentro do sistema.

A autenticação eletrônica do documento intitulado **"ATA NOVA 2021"**, cujo assunto é descrito como **"ATA NOVA 2021"**, faz prova de que em **19/11/2021 09:52:10**, o responsável **Instituto de Pesquisa Saúde e Educação (63.110.431/0001-20)** tinha posse do arquivo com as mesmas características que foram reproduzidas na prova de autenticidade, sendo de Instituto de Pesquisa Saúde e Educação a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a DAUTIN Blockchain Co.

Este CERTIFICADO foi emitido em **19/11/2021 10:15:21** através do sistema de autenticação eletrônica da empresa DAUTIN Blockchain Co. de acordo com o Art. 10, § 2º da MP 2200-2/2001, Art. 107 do Código Civil e Art. 411, em seus §§ 2º e 3º do Código de Processo Civil, estando dessa maneira de acordo para o cumprimento do Decreto 10278/2020.

Para mais informações sobre a operação acesse o site <https://www.dautin.com> e informe o código da transação blockchain **0x943dd9d98e946d675066e653b8eb0407afd625dca7ac4cc5a850e7ed491c1ff2**. Também é possível acessar a consulta através da rede blockchain em <https://blockscout.com/etc/mainnet/>

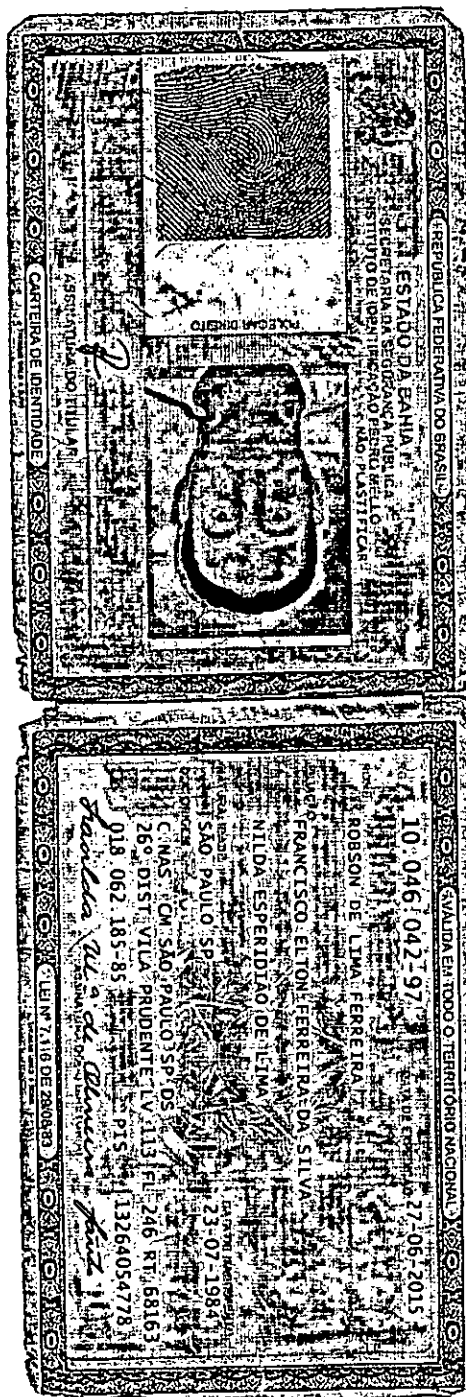
<sup>1</sup> Legislação Vigente: Medida Provisória nº 2200-2/2001, Código Civil e Código de Processo Civil.

**DAUTIN**  
BLOCKCHAIN



Presidência da República Casa Civil  
Subchefia para Assuntos Jurídicos  
MEDIDA PROVISÓRIA 2.200-2  
DE 24 DE AGOSTO DE 2001.





v3.0 - DAUTIN Blockchain Documentos Digitais e Serviços Ltda EPP certifica em 16/11/2021 11:37:07 que o documento de hash (SHA-256)  
bcd1bb72beec920aa9cebeaac37e13294357b3160da6167d8e08c23d9bfb9a34 foi validado em 16/11/2021 11:20:16 através da transação blockchain  
0x6c05277441748a8327ffa4e0f2e5e65dc68fe11983ebb010bfbdc9b9b765f7a e pode ser verificado em <https://www.dautin.com/FileCheck> (NID: 37610)



Rua XV de Novembro, 64 - Sala 21  
Edifício Pedro Francisco Vargas  
Centro, Itajaí - Santa Catarina  
(47) 3514-7599 | (47) 99748-2223  
www.dautin.com | dautin@dautin.com



## CERTIFICADO DE PROVA DE AUTENTICIDADE ELETRÔNICA

A DAUTIN BLOCKCHAIN DDCUMENTOS DIGITAIS E SERVIÇOS LTDA, especificada neste ato apenas como **Dautin Blockchain Co.** CERTIFICA para os devidos fins de direito que, o arquivo digital especificado com o tipo documental **Autenticação** e representado pela função hash criptográfica conhecida como SHA-256, de código **23df322dd09cad0c4a50760c232986e54e87340cec215d779a8a18f50e7a3c46** foi autenticado de acordo com as Legislações e normas vigentes<sup>1</sup> através da rede blockchain Ethereum Classic, sob o identificador único denominado NID **38365** dentro do sistema.

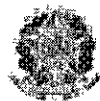
A autenticação eletrônica do documento intitulado **"ESTATUTO 2021"**, cujo assunto é descrito como **"ESTATUTO 2021"**, faz prova de que em **19/11/2021 09:52:53**, o responsável **Instituto de Pesquisa Saúde e Educação (63.110.431/0001-20)** tinha posse do arquivo com as mesmas características que foram reproduzidas na prova de autenticidade, sendo de Instituto de Pesquisa Saúde e Educação a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a DAUTIN Blockchain Co.

Este CERTIFICADO foi emitido em **19/11/2021 09:54:04** através do sistema de autenticação eletrônica da empresa DAUTIN Blockchain Co. de acordo com o Art. 10, § 2º da MP 2200-2/2001, Art. 107 do Código Civil e Art. 411, em seus §§ 2º e 3º do Código de Processo Civil, estando dessa maneira de acordo para o cumprimento do Decreto 10278/2020.

Para mais informações sobre a operação acesse o site <https://www.dautin.com> e informe o código da transação blockchain **0x97922e717e8a94f886a3e60fe91122dd3296d0ec69b905aeff36fa2156a788e0**. Também é possível acessar a consulta através da rede blockchain em <https://blockscout.com/etc/mainnet/>

<sup>1</sup> Legislação Vigente: Medida Provisória nº 2200-2/2001, Código Civil e Código de Processo Civil.

**DAUTIN**  
BLOCKCHAIN



Presidência da República Casa Civil  
Subchefia para Assuntos Jurídicos  
MEDIDA PROVISÓRIA 2.200-2  
DE 24 DE AGOSTO DE 2001.





**PREFEITURA MUNICIPAL DE OURIÇANGAS**  
Praça Santo Antônio, S/N – centro- Ouriçangas – Bahia  
CNPJ/MF 13.648.043/0001-20  
Tele/fax: (0\*\*75) 3447-2112/2158



### ATESTADO

Atestamos para os devidos fins, que o Instituto de Pesquisa Saúde e Educação- IPSE, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº 063.110.431/0001-20, estabelecido na Rua da Grécia, nº 14S, Bairro São João, CEP 48.1700-000, Feira de Santana-BA, foi contratada pela Prefeitura Municipal de Ouriçangas, Estado da Bahia, inscrita no CNPJ nº 13.648.043/0001-20, localizada à Praça Santo Antônio, S/N- Centro, Ouriçangas-BA, através do Fundo Municipal de Saúde de Ouriçangas, neste ato representado por seu Secretário de Municipal o Sr. Raimundo Nogueira Barbosa, residente e domiciliado nesta cidade, com o objetivo de: Contratação de Empresa para prestação de serviços de Unidade Móvel, aptos a exercerem suas respectivas funções de acordo com suas áreas de atuação, com o objetivo de atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Ouriçangas-BA nas ações de saúde, conforme descrito no edital e seus anexos. Com início em 01 de outubro de 2019 e término em 30 de novembro de 2019, com um valor de R\$150.000,00 (cento e cinquenta mil reais).

Os profissionais que fazem parte do quadro de funcionários são:

FUNÇÃO DA UNIDADE MÓVEL
Médico Ginecologia
Médico Ultrassonografia
Exame Complementar Mamografia
Odontologista
Prótese dentária
Exames complementares de odontologia
Médico Cardiologista
Exame Complementar cardiológicos
Exames Laboratoriais
Exame citopatológico

Atestamos ainda que, à empresa cumpriu todas as obrigações contratuais, nada tendo que desabone a conduta de seus profissionais, demonstrando capacidade técnica operacional.

Ouriçangas-BA, em 01 de dezembro de 2020

  
Raimundo Nogueira Barbosa  
Secretário Municipal  
Fundo Municipal de Saúde  
Sec. Municipal de Saúde  
Data: 003/2017



34



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA**  
**FRIA Setor de Licitações e Contratos**



**ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA**

Pelo presente contrato de Prestação de Serviço, o Município de Água Fria, Estado da Bahia, inscrita no CNPJ nº 13.606.702/0001-65, localizada à Rua Rui Barbosa, nº 10, centro, Água Fria/Bahia, CEP 48.170-000, através do Fundo Municipal de Saúde de Água Fria neste ato representado por seu Prefeito Municipal o Sr. Manoel Alves dos Santos e Simone Cerqueira Martins, residente e domiciliada nesta cidade, doravante denominada de CONTRATANTE, e do outro lado a **EMPRESA INSTITUTO DE PESQUISA SAÚDE E EDUCAÇÃO**, CNPJ nº. 63.110.431/0001-20, estabelecida à Rua da Grécia, nº 145, São João, Feira de Santana – Bahia, CEP 44.051-698, representada pelo Sr. Anderson Lopes Santos, portador de RG nº 09.645.547 04 SSP/BA e CPF nº 012.181.095-05, a seguir denominada **CONTRATADO**, com o Objeto: contratação de empresa especializada na prestação de serviços de Unidade Móvel em saúde através da Assessoria e consultoria Técnica e mão de obra dos profissionais de saúde, todos aptos a exercerem suas respectivas funções de acordo com suas áreas de atuação, com o objetivo de atender as necessidades dos diversos programas e serviços relacionados à prefeitura municipal de Água Fria-ba, o valor do Serviço ofertado foi de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), o contrato teve a duração de 60 dias iniciando dia 30 de setembro de 2019 a 29 de novembro de 2019.

Atesto ainda que a empresa cumpriu com todos as obrigações contratuais, nada tendo que desabone a conduta de seus profissionais, demonstrando capacidade operacional dos serviços prestados.

Água Fria 01 de dezembro de 2019.

Simone Cerqueira Martins  
Secretária Mun. de Saúde  
Portaria nº 005/2017  
*Simone Cerqueira Martins*  
**SIMONE CERQUEIRA MARTINS**  
**SECRETARIA DE SAÚDE**



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA**  
**FRIA Setor de Licitações e Contratos**



**ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA**

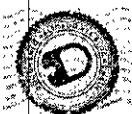
Pelo presente contrato de Prestação de Serviço, o Município de Água Fria, Estado da Bahia, inscrita no CNPJ nº 13.606.702/0001-65, localizada à Rua Rui Barbosa, nº 10, centro, Água Fria/Bahia, CEP 48.170-000, através do Fundo Municipal de Saúde de Água Fria neste ato representado por seu Prefeito Municipal o Sr. Manoel Alves dos Santos e Simone Cerqueira Martins, residente e domiciliada nesta cidade, doravante denominada de **CONTRATANTE**, e do outro lado a **EMPRESA INSTITUTO DE PESQUISA SAÚDE E EDUCAÇÃO**, CNPJ nº. 63.110.431/0001-20, estabelecida à Rua da Grécia, nº 145, São João, Feira de Santana – Bahia, CEP 44.051-698, representada pelo Sr. Anderson Lopes Santos, portador de RG nº 09.645.547 04 SSP/BA e CPF nº 012.181.095-05, a seguir denominada **CONTRATADO**, com o Objeto: contratação de empresa especializada na prestação de serviços de Unidade Móvel em saúde através da Assessoria e consultoria Técnica e mão de obra dos profissionais de saúde, todos aptos a exercerem suas respectivas funções de acordo com suas áreas de atuação, com o objetivo de atender as necessidades dos diversos programas e serviços relacionados à prefeitura municipal de Água Fria-ba, o valor do Serviço ofertado foi de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), o contrato teve a duração de 60 dias iniciando dia 30 de setembro de 2019 a 29 de novembro de 2019.

Atesto ainda que a empresa cumpriu com todos as obrigações contratuais, nada tendo que desabone a conduta de seus profissionais, demonstrando capacidade operacional dos serviços prestados.

Água Fria 01 de dezembro de 2019.

Simone Cerqueira Martins  
Secretária Mún. de Saúde  
Portaria nº 005/2017  
*Simone Cerqueira Martins*  
**SIMONE CERQUEIRA MARTINS**  
**SECRETARIA DE SAÚDE**

Rua Rui Barbosa, nº 10 – centro – Água Fria – Bahia - CEP 48.170-000  
E-mail: [copel2aguafria@gmail.com](mailto:copel2aguafria@gmail.com)  
Tel: 75 3294/2181 – Fax: 75 3294-2109 – CNPJ nº 13.606.702/0001-65







### ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins, que o Instituto de Pesquisa Saúde e Educação – IPSE, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº 63.110.431/0001-20, estabelecida na Rua da Grécia, 145, São João CEP: 44.051-698, Feira de Santana-BA, foi contratada pela Prefeitura Municipal de Coração de Maria, CNPJ nº 13.883.996/0001-72, com sede na Praça Araújo Pinho, 14, Centro, CEP: 44.250-000, Coração de Maria, para a prestação de terceirização de mão de obra especializada e correlatos para atender as necessidades do Programa de Saúde da Família – PSF, CAPS e Secretaria Municipal de Saúde do Município de Coração de Maria, com prazo de 12 (doze) meses, iniciando em 21 de Maio de 2018 e término em 21 de Maio de 2019, com um valor global de R\$ R\$ 2.820.980,87 (dois milhões oitocentos e vinte mil novecentos e oitenta mil reais e oitenta e sete centavos).

Cumpra salientar que os serviços começaram a ser prestados a partir do dia 03 de Setembro de 2018, após a Ordem de Serviços.

São 11 (onze) profissionais que fazem parte do quadro de funcionários, elencados abaixo:

Assistente Social – 01, Auxiliar Administrativo – 01, Auxiliar de Serviços Gerais – 01, Enfermeiro – 01, Farmacêutico – 01, Médico (Diversas Especialidades) – 02, Motorista – 01, Odontóloga – 01, Técnico em Enfermagem – 01 e Vigilante – 01.

Atestamos ainda que, a empresa está cumprindo todas as obrigações contratuais, nada tendo que desabone a conduta dos seus profissionais, demonstrando capacidade técnica e operacional.

Coração de Maria-BA, 02 de Outubro de 2018.

Cor. Maria-Be

**JOSÉ JORGE FIGUEIREDO DA SILVA**  
Secretário de Saúde

2º OFÍCIO

**ALESSANDRO FALCÃO SANTOS**  
Responsável Técnico  
CRA/BA 29021

RCA 12/18

**CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DA BAHIA - CRA/BA.**  
O presente ATESTADO / DECLARAÇÃO é parte integrante do Contrato.  
Nº 1736 de 26/11/18  
expedido por este Conselho.  
Salvador, 26/11/18  
Adm. Gerson de Almeida Dias  
Chefe Setor de Administração e Registro  
CRA/BA 018

**2º TABELIONATO DE NOTAS DE FUNÇÃO DE PROTESTO DE CORAÇÃO DE MARIA - BA**  
Rua Florisberto Figueiredo, 57 - A - Centro  
Coração de Maria - BA - Tel: (75) 3248-2282  
e-mail: tabelionato@racformadigital.com  
Tabela Maria, 02/10/2018  
Reconheço por semelhança a(s) assinatura(s) de  
**JOSÉ JORGE FIGUEIREDO DA SILVA**  
Coração de Maria, 02/10/2018  
Luís de Carvalho Brito Gomes  
Escrivente

**Selo de Autenticidade**  
Tabela de Autenticidade do Estado de Bahia  
Abto Notarial ou de Registro  
0028.AB044882-1

**2º TABELIONATO DE NOTAS DE FEIRA DE SANTANA - BA**  
Rua do Rio de Coração, 1432 - Centro - Feira de Santana - BA - CEP 44010-000 - DDD 75  
Rua Volante São Carlos - Tabela  
Reconheço por Semelhança 0001 firma(s) de  
**ALESSANDRO FALCÃO SANTOS**  
Selo: R\$ 2,00 Taxa: R\$ 2,00 Total: R\$ 4,00  
Selo(s): 0041.AC428129-6  
Em Testemunho  
**HEMILTON SANTOS SILVA - ESCRIVENTE**  
FEIRA DE SANTANA - BA 13/10/2018  
e-mail: edm22@uol.com.br



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
ESTADO DA PARAÍBA  
CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS  
FUNDADO EM 1888

PRIMEIRO REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO E ÓBITOS E PRIVATIVO DE CASAMENTOS, INTERDIÇÕES E TUTELAS DA COMARCA DE JOÃO PESSOA

Av. Epitácio Pessoa, 1145 Bairro dos Estados 58030-00, João Pessoa PB  
Tel.: (83) 3244-5404 / Fax: (83) 3244-5484  
<http://www.azevedobastos.not.br>  
E-mail: [cartorio@azevedobastos.not.br](mailto:cartorio@azevedobastos.not.br)



**DECLARAÇÃO DE SERVIÇO DE AUTENTICAÇÃO DIGITAL**

O Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti, Oficial do Primeiro Registro Civil de Nascimentos e Óbitos e Privativo de Casamentos, Interdições e Tutelas com atribuição de autenticar e reconhecer firmas da Comarca de João Pessoa Capital do Estado da Paraíba, em virtude de Lei, etc...

DECLARO ainda que, para garantir transparência e segurança jurídica de todos os atos oriundos da atividade Notarial e Registral no Estado da Paraíba, foi instituído pela Lei nº 10.132, de 06 de novembro de 2013, a aplicação obrigatória de um Selo Digital de Fiscalização Extrajudicial em todos os atos de notas e registro, composto de um código único (por exemplo: Selo Digital: ABC12345-X1X2) e dessa forma, cada autenticação processada pela nossa Serventia pode ser verificada e confirmada tantas vezes quanto for necessário através do site do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, endereço <https://corregedoria.tjpb.jus.br/selo-digital/>.

A autenticação digital do documento faz prova de que, na data e hora em que ela foi realizada, a empresa INSTITUTO DE PESQUISA SAUDE E EDUCACAO tinha posse de um documento com as mesmas características que foram reproduzidas na cópia autenticada, sendo da empresa INSTITUTO DE PESQUISA SAUDE E EDUCACAO a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a este Cartório.

Nesse sentido, declaro que a INSTITUTO DE PESQUISA SAUDE E EDUCACAO assumiu, nos termos do artigo 8º, §1º, do Decreto nº 10.278/2020, que regulamentou o artigo 3º, inciso X, da Lei Federal nº 13.874/2019 e o artigo 2º-A da Lei Federal 12.682/2012, a responsabilidade pelo processo de digitalização dos documentos físicos, garantindo perante este Cartório e terceiros, a sua autoria e integridade.

De acordo com o disposto no artigo 2º-A, §7º, da Lei Federal nº 12.682/2012, o documento em anexo, identificado individualmente em cada Código de Autenticação Digital¹ ou na referida sequência, poderá ser reproduzido em papel ou em qualquer outro meio físico.

Esta DECLARAÇÃO foi emitida em **15/01/2021 16:52:20 (hora local)** através do sistema de autenticação digital do Cartório Azevedo Bastos, de acordo com o Art. 1º, 10º e seus §§ 1º e 2º da MP 2200/2001, como também, o documento eletrônico autenticado contendo o Certificado Digital do titular do Cartório Azevedo Bastos, poderá ser solicitado diretamente a empresa INSTITUTO DE PESQUISA SAUDE E EDUCACAO ou ao Cartório pelo endereço de e-mail [autentica@azevedobastos.not.br](mailto:autentica@azevedobastos.not.br) Para informações mais detalhadas deste ato, acesse o site <https://autdigital.azevedobastos.not.br> e informe o Código de Autenticação Digital

Esta Declaração é válida por **tempo indeterminado** e está disponível para consulta em nosso site.

¹Código de Autenticação Digital: 86980412181139260370-1

²Legislações Vigentes: Lei Federal nº 8.935/94, Lei Federal nº 10.406/2002, Medida Provisória nº 2200/2001, Lei Federal nº 13.105/2015, Lei Estadual nº 8.721/2008, Lei Estadual nº 10.132/2013, Provimento CGJ N° 003/2014 e Provimento CNJ N° 100/2020.

O referido é verdade, dou fé.

**CHAVE DIGITAL**

00005b1d734fd94f057f2d69fe6bc05bb9b2c2df7b3a75e9252bf260a9450c640f60fabfee6f45b6308ee5e2129a5d09b5d32c82a463a641d7e92b21b912ed2947bd8ac1becf213f155a82244b4a696a



Presidência da República  
Casa Civil  
Medida Provisória nº 2.200-2,  
de 24 de agosto de 2001.





ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPICURU  
Praça da Bandeira, 58, Centro, CEP: 48475-000, Itapicuru/BA  
CNPJ: 13.647.557/0001-60

### ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

O **MUNICÍPIO DE ITAPICURU**, Estado da Bahia, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 13.647.557/0001-60 com sede na Praça da Bandeira, nº 58, Centro, Itapicuru/BA, CEP: 48475-000, representada neste ato pelo Chefe do Poder Executivo, Senhor José Moreira de Carvalho Neto, inscrito no CPF/MF sob o nº 146.121.355-04, residente e domiciliado neste município, por intermédio da **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**, representada neste ato pelo Secretário Municipal, Sr. **JOSÉ CALDAS DE ALMEIDA**, brasileiro, inscrito no CPF sob o n.º 054.793.205-72, e o **INSTITUTO DE PESQUISA SAÚDE E EDUCAÇÃO**, pessoa jurídica de direito privado, sem finalidade lucrativa, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 63.110.431/0001-20, com sede na Rua da Grécia, 145, Bairro São João, Feira de Santana, Bahia, CEP 44.051-698, selecionada por meio do Chamamento Público nº 001/2021, Processo Administrativo nº 082/2021, neste ato representada pelo Sr. Anderson Lopes Santos, inscrito no CPF/MF sob o n.º 012.181.095-05, doravante denominada **OSC CELEBRANTE**, formaliza o presente Termo de Fomento, que se regerá pela Lei nº. 13.019/2014, que regulamenta o regime jurídico das parcerias entre a saúde pública e as Organizações da Sociedade Civil, e pelo Decreto Municipal nº. 033/2021, mediante as cláusulas e condições discriminadas, tendo como objetivo do presente Termo o fomento de projetos voltados a modernização administrativa e oferta de serviços de relevância pública em saúde e outros setores no âmbito municipal, conforme detalhado no Plano de Trabalho, a ser realizado no Município de Itapicuru, abrangendo as áreas de interesse, com o prazo de vigência deste Termo de Fomento será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, mediante termo aditivo com início 04 de maio de 2021, com o valor de R\$ 12.620.279,67 (doze milhões, seiscentos e vinte mil duzentos e setenta e nove reais e sessenta e sete centavos).

Os profissionais que fazem parte da execução do projeto:

FUNÇÃO	QUANTIDADE
ACD (AUXILIAR DENTARIO)	15
AGENTE ADMINISTRATIVO	10
AGENTE ADMINISTRATIVO	13
AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS	26
APOIO TECNICO	02
ASSISTENTE SOCIAL	05
ATENDENTE DE FARMÁCIA	15
AUXILIAR SERVIÇOS GERAIS	20
CONDUTOR DE VEICULOS	15
COORDENADOR NESP	01
COORDENADORA	01
COPEIRA	01
COZINHEIRA	05
DIGITADOR	10
ENFERMEIRA NIVEL 3	10
ENFERMEIRO	07
ENFERMEIRO CCIH/NESP	01
ENFERMEIRO NIVEL II	01

1



428




ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPICURU  
Praça da Bandeira, 58, Centro, CEP: 48475-000, Itapicuru/BA  
CNPJ: 13.647.557/0001-60


FARMACÊUTICA	
FISIOTERAPEUTA	05
GINECOLOGISTA	02
MARCADOR	05
MÉDICO CLÍNICO	11
MÉDICO ESPECIALISTA	10
MÉDICO PLANTONISTA	62
MÉDICO PSIQUIATRA	02
MÉDICO VETERINÁRIO	01
NUTRICIONISTA	02
ODONTÓLOGA	08
OFICINEIRA	01
PSICOLOGA	03
RECEPÇÃO	30
TEC. ENFERMAGEM	50
TEC. INFORMAÇÃO	02
TEC. VIG SANITÁRIA	03
TEC. LABORATORIAL	01
TECNICO DE RADIOLOGIA	05
VIGIA	17

Atestamos ainda que, a empresa cumpriu todas as obrigações contratuais, nada tendo em vista que desabone a conduta dos seus profissionais, demonstrando capacidade técnica e operacional.

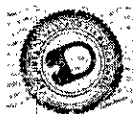
Feira de Santana 01 de dezembro de 2021.

  
José Moreira de C. Neto  
Prefeito Municipal de  
Itapicuru - Bahia

JOSÉ MOREIRA DE CARVALHO NETO  
PREFEITO

  
ALESSANDRO FALCÃO SANTOS  
ADMINISTRADOR  
CRA Nº 29021

Alessandro Falcão Santos  
Administrador  
CRA/BA: 29021





ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPICURU  
Praça da Bandeira, 58, Centro, CEP: 48475-000, Itapicuru/BA  
CNPJ: 13.647.557/0001-60

### ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

O **MUNICÍPIO DE ITAPICURU**, Estado da Bahia, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 13.647.557/0001-60 com sede na Praça da Bandeira, nº 58, Centro, Itapicuru/BA, CEP: 48475-000, representada neste ato pelo Chefe do Poder Executivo, Senhor José Moreira de Carvalho Neto, inscrito no CPF/MF sob o nº 146.121.355-04, residente e domiciliado neste município, por intermédio da **SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**, representada neste ato pelo Secretário Municipal, Sr. Paulo Sérgio Barreto Borges, e o **INSTITUTO DE PESQUISA SAÚDE E EDUCAÇÃO**, pessoa jurídica de direito privado, sem finalidade lucrativa, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 63.110.431/0001-20, com sede na Rua da Grécia, 145, Bairro São João, Feira de Santana, Bahia, CEP 44.051-698, selecionada por meio do Chamamento Público nº 001/2021, Processo Administrativo nº 082/2021, neste ato representada pelo Sr. Anderson Lopes Santos, brasileiro, inscrito no CPF sob o n.º 012.181.095-05, doravante denominada **OSC CELEBRANTE**, formaliza o presente Termo de Fomento, que se regerá pela Lei nº. 13.019/2014, que regulamenta o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as Organizações da Sociedade Civil, e pelo Decreto Municipal nº. 033/2021, mediante as cláusulas e condições discriminadas. Cujo o Objetivo é Constitui objeto do presente Termo o fomento de projetos voltados a modernização administrativa e oferta de serviços de relevância pública em administração e outros setores no âmbito municipal, conforme detalhado no Plano de Trabalho, a ser realizado no Município de Itapicuru, abrangendo as áreas de interesse, o presente contrato o prazo de vigência deste Termo de Fomento será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, mediante termo aditivo com início 04 de maio de 2021, com o valor global de R\$ 7.803.834,12 (sete milhões oitocentos e três mil oitocentos e trinta e quatro reais e doze centavos).

Os profissionais que fazem parte da execução do projeto:

FUNÇÃO	QUANTIDADE
AG. ADMINISTRATIVO	20
AGENTE ADMINISTRATIVO	76
AGENTE DE LIMPEZA URBANA CHEFE	05
AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS	06
AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS	91
ARQUIVISTA	02
AUX. SERVIÇOS GERAIS	50
AUXILIAR ADMINISTRATIVO	30
CONDUTOR DE VEICULO	13
CONDUTOR DE TRATOR	05
COVEIRO	02
COPEIRA	05
ELETRICISTA	05
MOTORISTA	20
ENG. AGRÔNOMO	02
ENC. DE OBRAS	05

1



v3.0 - DAUTIN Blockchain Documentos Digitais e Serviços Ltda EPP certifica em 02/12/2021 14:33:05 que o documento de hash (SHA-258)  
9c0044516650bb55d443aee1004502e3960743e1d1226b50e913e586cc3c1816 foi validado em 02/12/2021 14:26:45 através da transação blockchain  
0xf59013a1c621c68c535077bb03c6d3db01c5488a627e2e073407e707d812bcf0 e pode ser verificado em <https://www.dautin.com/FileCheck> (NID: 40098)



44



ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPICURU  
Praça da Bandeira, 58, Centro, CEP: 48475-000, Itapicuru/BA  
CNPJ: 13.647.557/0001-60

OPERADOR DE PATROL	05
OPER. PÁ CARREGADEIRA	05
OP. PÁ CARREGADEIRA	05
POCEIRO	32
PEDREIRO	05
PODADOR	05
RECEPCIONISTA	20
TEC AGRICOLA	05
TÉCNICO AGRICOLA	05
VIGIA	22
VIGIA CHEFE	05
VIGILANTE	20

Atestamos ainda que, a empresa cumpriu todas as obrigações contratuais, nada tendo em vista que desabone a conduta dos seus profissionais, demonstrando capacidade técnica e operacional.

Feira de Santana 01 de dezembro de 2021.

Paulo Sérgio Barreto Borges  
Sec. Municipal de Administração  
Decreto nº 112/2021  
Prefeitura Municipal de Itapicuru

**PAULO SÉRGIO BARRETO BORGES**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Alessandro Falcão Santos  
Administrador  
CRA/BA: 29021

*Alessandro Falcão Santos*  
**ALESSANDRO FALCÃO SANTOS**  
ADMINISTRADOR  
CRA Nº 29021



usd



ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA  
FRIA Setor de Licitações e Contratos



ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins, que o Instituto de Pesquisa Saúde e Educação – IPSE, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº 63.110.431/0001-20, estabelecida na Rua Grécia, nº 145, Bairro São João, CEP: 44051-698, Feira de Santana/BA, foi contratada pela Prefeitura Município de Água Fria, Estado da Bahia, inscrita no CNPJ nº 13.606.702/0001-65, localizada à Rua Rui Barbosa, nº 10, centro, Água Fria/Bahia, CEP 48.170-000, através do Fundo Municipal de Saúde de Água Fria neste ato representado por seu Prefeito Municipal o Sr. Manoel Alves dos Santos e Simone Cerqueira Martins, residente e domiciliada nesta cidade, regido pelo contrato de prestação de serviço nº 017/2019 REF: Pregão Presencial nº 008/2019, Processo Administrativo nº 0021/2019, com o objetivo de: Contratação de Empresa Especializada na prestação de serviços dos profissionais da Secretaria de Saúde, aptos a exercerem suas respectivas funções de acordo com suas áreas de atuação, com o objetivo de atender as necessidades dos diversos programas e serviços relacionados à Prefeitura Municipal de Água Fria-BA, conforme descrito no edital e seus anexos. Com início em 12 de Março de 2019 e término em 12 de Março de 2020, com um valor de R\$ 2.289.537,56 (dois milhões duzentos e oitenta e nove mil quinhentos e trinta e sete reais e cinquenta e seis centavos).

Os 11 profissionais que fazem parte do quadro de funcionários são:

(02) Médico de diversas especialidades, (01) Nutricionista, (01) Psicólogo, (01) Enfermeiro, (01) Fisioterapeuta, (01) Terapeuta ocupacional, (01) Educador Físico, (01) Biomédico, (01) Veterinário, (01) Tecnólogo em Radiologia.

Atestamos ainda que, a empresa cumpriu todas as obrigações contratuais, nada tendo que desabone a conduta dos seus profissionais, demonstrando capacidade técnica e operacional.

Feira de Santana 30 de Maio de 2019.

Simone Cerqueira Martins  
Secretária Mun. de Saúde  
Portaria Nº 005/2017

*Simone Cerqueira Martins*  
SIMONE CERQUEIRA MARTINS  
SECRETARIA DE SAÚDE

*Alessandro Falcão Santos*  
Administrador  
CRA/BA: 29021

*Alessandro Falcão Santos*  
ALESSANDRO FALCÃO SANTOS  
ADMINISTRADOR  
CRA/BA: 29021

RCA Nº 109/19

CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO  
DA BAHIA - CRA/BA.

O presente ATESTADO / DECLARAÇÃO  
é parte integrante da Certidão.

Nº 0911, de 11/06/2019  
expedida por este Conselho.

Salvador, 11/06/2019

Adm. Alexandre Azevedo Bastos  
CRA/BA nº 8.331

Rua Rui Barbosa, nº 10 – centro – Água Fria – Bahia - CEP 48.170-000  
E-mail: copel2aquafrica@gmail.com

CARTÓRIO

Autenticação Digital Código: 86982606203652539931-1  
Data: 26/06/2020 12:44:35  
Valor Total do Ato: R\$ 4,58  
Selo Digital Tipo Normal C: AKD24481-JNQB;

Cartório Azevedo Bastos

Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145  
Bairro dos Estados, João Pessoa - PB  
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.net.br  
<https://azevedobastos.net.br>

Bel. Valber Azevedo de Miranda Cavalcanti  
Tutor

TJPB

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
ESTADO DA PARAÍBA  
CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS  
FUNDADO EM 1888

PRIMEIRO REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO E ÓBITOS E PRIVATIVO DE CASAMENTOS, INTERDIÇÕES E TUTELAS DA COMARCA DE JOÃO PESSOA

Av. Epitácio Pessoa, 1145 Bairro dos Estados 58030-00, João Pessoa PB  
Tel.: (83) 3244-5404 / Fax: (83) 3244-5484  
<http://www.azevedobastos.not.br>  
E-mail: [cartorio@azevedobastos.not.br](mailto:cartorio@azevedobastos.not.br)



DECLARAÇÃO DE SERVIÇO DE AUTENTICAÇÃO DIGITAL

O Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti, Oficial do Primeiro Registro Civil de Nascimentos e Óbitos e Privativo de Casamentos, Interdições e Tutelas com atribuição de autenticar e reconhecer firmas da Comarca de João Pessoa Capital do Estado da Paraíba, em virtude de Lei, etc...

DECLARO ainda que, para garantir transparência e segurança jurídica de todos os atos oriundos da atividade Notarial e Registral no Estado da Paraíba, foi instituído pela Lei Nº 10.132, de 06 de novembro de 2013, a aplicação obrigatória de um Selo Digital de Fiscalização Extrajudicial em todos os atos de notas e registro, composto de um código único (por exemplo: Selo Digital: ABC12345-X1X2) e dessa forma, cada autenticação processada pela nossa Serventia pode ser verificada e confirmada tantas vezes quanto for necessário através do site do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, endereço <https://corregedoria.tjpb.jus.br/selo-digital/>.

A autenticação digital do documento faz prova de que, na data e hora em que ela foi realizada, a empresa INSTITUTO DE PESQUISA SAUDE E EDUCACAO tinha posse de um documento com as mesmas características que foram reproduzidas na cópia autenticada, sendo da empresa INSTITUTO DE PESQUISA SAUDE E EDUCACAO a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a este Cartório.

Nesse sentido, declaro que a INSTITUTO DE PESQUISA SAUDE E EDUCACAO assumiu, nos termos do artigo 8º, §1º, do Decreto nº 10.278/2020, que regulamentou o artigo 3º, inciso X, da Lei Federal nº 13.874/2019 e o artigo 2º-A da Lei Federal 12.682/2012, a responsabilidade pelo processo de digitalização dos documentos físicos, garantindo perante este Cartório e terceiros, a sua autoria e integridade.

De acordo com o disposto no artigo 2º-A, §7º, da Lei Federal nº 12.682/2012, o documento em anexo, identificado individualmente em cada Código de Autenticação Digital<sup>1</sup> ou na referida sequência, poderá ser reproduzido em papel ou em qualquer outro meio físico.

Esta DECLARAÇÃO foi emitida em **15/01/2021 16:50:40 (hora local)** através do sistema de autenticação digital do Cartório Azevêdo Bastos, de acordo com o Art. 1º, 10º e seus §§ 1º e 2º da MP 2200/2001, como também, o documento eletrônico autenticado contendo o Certificado Digital do titular do Cartório Azevêdo Bastos, poderá ser solicitado diretamente a empresa INSTITUTO DE PESQUISA SAUDE E EDUCACAO ou ao Cartório pelo endereço de e-mail [autentica@azevedobastos.not.br](mailto:autentica@azevedobastos.not.br) Para informações mais detalhadas deste ato, acesse o site <https://autdigital.azevedobastos.not.br> e informe o Código de Autenticação Digital

Esta Declaração é válida por **tempo indeterminado** e está disponível para consulta em nosso site.

<sup>1</sup>Código de Autenticação Digital: 86982606203652539931-1

<sup>2</sup>Legislações Vigentes: Lei Federal nº 8.935/94, Lei Federal nº 10.406/2002, Medida Provisória nº 2200/2001, Lei Federal nº 13.105/2015, Lei Estadual nº 8.721/2008, Lei Estadual nº 10.132/2013, Provimento CGJ Nº 003/2014 e Provimento CNJ Nº 100/2020.

O referido é verdade, dou fé.

CHAVE DIGITAL

00005b1d734fd94f057f2d69fe6bc05bb9b2c2df7b3a75e9252bf260a9450c64748965ef56987a64d4f41d86360ebb48d8ecaf673a0907d97a76b49da7d2686a47bd8ac1becf213f155a82244b4a696a



Presidência da República  
Casa Civil  
Medida Provisória Nº 2.200-2,  
de 24 de agosto de 2001.







ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA  
FRIA Setor de Licitações e Contratos



ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins, que o Instituto de Pesquisa Saúde e Educação – IPSE, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº 63.110.431/0001-20, estabelecida na Rua Grécia, nº 145, Bairro São João, CEP: 44051-698, Feira de Santana/BA, foi contratada pela Prefeitura Município de Água Fria, Estado da Bahia, inscrita no CNPJ nº 13.606.702/0001-65, localizada à Rua Rui Barbosa, nº 10, centro, Água Fria/Bahia, CEP 48.170-000, através do Fundo Municipal de Saúde de Água Fria neste ato representado por seu Prefeito Municipal o Sr. Manoel Alves dos Santos e Josinaldo Rodrigues de Jesus, residente e domiciliada nesta cidade, para prestação regido pelo contrato de prestação de serviço nº 0026/2019-REF: Pregão Presencial nº 008/2019, Processo Administrativo nº 0021/2019, com o objetivo de: Contratação de Empresa Especializada na prestação de serviços dos profissionais da Secretaria de Assistência Social, aptos a exercerem suas respectivas funções de acordo com suas áreas de atuação, com o objetivo de atender as necessidades dos diversos programas e serviços relacionados à Prefeitura Municipal de Água Fria-BA, conforme descrito no edital e seus anexos, com início em 12 de Março de 2019 e término em 12 de Março de 2020, com um valor de R\$ 282.292,48 (duzentos e oitenta e dois mil duzentos e noventa e dois reais e quarenta e oito centavos).

Os 7 profissionais que fazem parte do quadro de funcionários são:

(01) Motorista Categoria D, (01) Cuidador, (01) Oficineiro, (01) Operador de Bomba, (01) Eletricista, (01) Recepcionista, (01) Operador de Máquinas.

Atestamos ainda que, a empresa cumpriu todas as obrigações contratuais, nada tendo que desabone a conduta dos seus profissionais, demonstrando capacidade técnica e operacional.

Feira de Santana 30 de Maio de 2019.

Josinaldo Rodrigues de Jesus  
Secretário de Assistência Social  
Portaria nº 022/2017

JOSINALDO RODRIGUES DE JESUS  
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL

Alessandro Falcão Santos  
ADMINISTRADOR  
CRA/BA: 29021

RCA Nº 110/19

CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO  
DA BAHIA - CRA/BA.

O presente ATESTADO / DECLARAÇÃO  
é parte integrante da Certidão.

Nº 0912 de 11/06/2019

expedida por este Conselho.

Salvador, 11/06/2019

Adm. Alexandre Falcão Santos  
CRA-BA nº 8.331

Rua Rui Barbosa, nº 10 – centro – Água Fria – Bahia - CEP 48.170-000  
E-mail: copel2aguafria@gmail.com  
Tel: 75 3294/2181 – Fax: 75 3294-2109 – CNPJ nº 13.606.702/0001-65

CARTÓRIO

Autenticação Digital Código: 86982606201752124086-1

Data: 26/06/2020 12:44:34

Valor Total do Ato: R\$ 4,56

Selo Digital Tipo Normal C: AKD24480-L61B

Cartório Azevedo Bastos

Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145  
Bairro dos Estados, João Pessoa - PB

(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.net.br  
https://azevedobastos.net.br

Bel. Valber Azevedo de Miranda Cavalcanti

TUPB

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
ESTADO DA PARAÍBA  
CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS  
FUNDADO EM 1888

PRIMEIRO REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO E ÓBITOS E PRIVATIVO DE CASAMENTOS, INTERDIÇÕES E TUTELAS DA COMARCA DE JOÃO PESSOA



Av. Epitácio Pessoa, 1145 Bairro dos Estados 58030-00, João Pessoa PB  
Tel.: (83) 3244-5404 / Fax: (83) 3244-5484  
<http://www.azevedobastos.not.br>  
E-mail: [cartorio@azevedobastos.not.br](mailto:cartorio@azevedobastos.not.br)



DECLARAÇÃO DE SERVIÇO DE AUTENTICAÇÃO DIGITAL

O Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti, Oficial do Primeiro Registro Civil de Nascimentos e Óbitos e Privativo de Casamentos, Interdições e Tutelas com atribuição de autenticar e reconhecer firmas da Comarca de João Pessoa Capital do Estado da Paraíba, em virtude de Lei, etc...

DECLARO ainda que, para garantir transparência e segurança jurídica de todos os atos oriundos da atividade Notarial e Registral no Estado da Paraíba, foi instituído pela Lei nº 10.132, de 06 de novembro de 2013, a aplicação obrigatória de um Selo Digital de Fiscalização Extrajudicial em todos os atos de notas e registro, composto de um código único (por exemplo: Selo Digital: ABC12345-X1X2) e dessa forma, cada autenticação processada pela nossa Serventia pode ser verificada e confirmada tantas vezes quanto for necessário através do site do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, endereço <https://corregedoria.tjpb.jus.br/selo-digital/>.

A autenticação digital do documento faz prova de que, na data e hora em que ela foi realizada, a empresa INSTITUTO DE PESQUISA SAUDE E EDUCACAO tinha posse de um documento com as mesmas características que foram reproduzidas na cópia autenticada, sendo da empresa INSTITUTO DE PESQUISA SAUDE E EDUCACAO a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a este Cartório.

Nesse sentido, declaro que a INSTITUTO DE PESQUISA SAUDE E EDUCACAO assumiu, nos termos do artigo 8º, §1º, do Decreto nº 10.278/2020, que regulamentou o artigo 3º, inciso X, da Lei Federal nº 13.874/2019 e o artigo 2º-A da Lei Federal 12.682/2012, a responsabilidade pelo processo de digitalização dos documentos físicos, garantindo perante este Cartório e terceiros, a sua autoria e integridade.

De acordo com o disposto no artigo 2º-A, §7º, da Lei Federal nº 12.682/2012, o documento em anexo, identificado individualmente em cada Código de Autenticação Digital¹ ou na referida sequência, poderá ser reproduzido em papel ou em qualquer outro meio físico.

Esta DECLARAÇÃO foi emitida em 15/01/2021 16:51:15 (hora local) através do sistema de autenticação digital do Cartório Azevedo Bastos, de acordo com o Art. 1º, 10º e seus §§ 1º e 2º da MP 2200/2001, como também, o documento eletrônico autenticado contendo o Certificado Digital do titular do Cartório Azevedo Bastos, poderá ser solicitado diretamente a empresa INSTITUTO DE PESQUISA SAUDE E EDUCACAO ou ao Cartório pelo endereço de e-mail [autentica@azevedobastos.not.br](mailto:autentica@azevedobastos.not.br) Para informações mais detalhadas deste ato, acesse o site <https://autdigital.azevedobastos.not.br> e informe o Código de Autenticação Digital

Esta Declaração é válida por tempo indeterminado e está disponível para consulta em nosso site.

¹Código de Autenticação Digital: 86982606201752124086-1

²Legislações Vigentes: Lei Federal nº 8.935/94, Lei Federal nº 10.406/2002, Medida Provisória nº 2200/2001, Lei Federal nº 13.105/2015, Lei Estadual nº 8.721/2008, Lei Estadual nº 10.132/2013, Provimento CGJ N° 003/2014 e Provimento CNJ N° 100/2020.

O referido é verdade, dou fé.

CHAVE DIGITAL

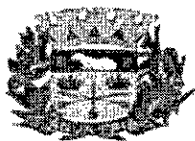
00005b1d734fd94f057f2d69fe6bc05bb9b2c2df7b3a75e9252bf260a9450c64cd087deaaa9d9fa9689f93b4f3596aefdefc4c6004e5e2819ce4061bfbf5cf9347bd8ac1becf213f155a82244b4a696a



Presidência da República  
Casa Civil  
Medida Provisória nº 2.200-2,  
de 24 de agosto de 2001.



49



ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA  
FRIA Setor de Licitações e Contratos



ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Pelo presente contrato de Prestação de Serviço, o Município de Água Fria, Estado da Bahia, inscrita no CNPJ nº 13.606.702/0001-65, localizada à Rua Rui Barbosa, nº 10, centro, Água Fria/Bahia, CEP 48.170-000, através do Fundo Municipal de Saúde de Água Fria neste ato representado por seu Prefeito Municipal o Sr. Manoel Alves dos Santos e Simone Cerqueira Martins, residente e domiciliada nesta cidade, doravante denominada de CONTRATANTE, e do outro lado a **EMPRESA INSTITUTO DE PESQUISA SAÚDE E EDUCAÇÃO**, CNPJ nº. 63.110.431/0001-20, estabelecida à Rua da Grécia, nº 145, São João, Feira de Santana – Bahia, CEP 44.051-698, representada pelo Sr. Anderson Lopes Santos, portador de RG nº 09.645.547 04 SSP/BA e CPF nº 012.181.095-05, a seguir denominada **CONTRATADO**, com o Objeto: contratação de empresa especializada na prestação de serviços de Gestão em saúde através da Assessoria e consultoria Técnica ao Hospital Maternidade Luiz Eduardo Magalhães e locação de mão de obra dos profissionais de saúde, todos aptos a exercerem suas respectivas funções de acordo com suas áreas de atuação, com o objetivo de atender as necessidades dos diversos programas e serviços relacionados à prefeitura municipal de Água Fria-ba.

Atesto ainda que a empresa cumpriu com todos as obrigações contratuais, nada tendo que desabone a conduta de seus profissionais, demonstrando capacidade operacional dos serviços prestados.

Água Fria 12de março de 2019.

Simone Cerqueira Martins  
Secretária Mun. da Saúde  
Portaria nº 005/2017

SIMONE CERQUEIRA MARTINS  
SECRETARIA DE SAÚDE

Rua Rui Barbosa, nº 10 – centro – Água Fria – Bahia - CEP 48.170-000  
E-mail: [copel2aguafria@gmail.com](mailto:copel2aguafria@gmail.com)  
Tel: 75 3294/2181 – Fax: 75 3294-2109 – CNPJ nº 13.606.702/0001-65



CARTÓRIO  
Autenticação Digital Código: 86980707200033122185-1  
Data: 07/07/2020 08:56:50  
Valor Total do Ato: R\$ 4,56  
Seio Digital Tipo Normal C: AKE86177-D2P3;



Cartório Azevêdo Bastos  
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145  
Baixo dos Estados, João Pessoa - PB  
(83) 3244-5404 - [cartorio@azevedobastos.net.br](mailto:cartorio@azevedobastos.net.br)  
<https://azevedobastos.net.br>

Bel. Vêlber Azevêdo de Miranda Cavalcanti  
Tutor



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
ESTADO DA PARAÍBA  
CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS  
FUNDADO EM 1888

PRIMEIRO REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO E ÓBITOS E PRIVATIVO DE CASAMENTOS, INTERDIÇÕES E TUTELAS DA COMARCA DE JOÃO PESSOA

Av. Eptácio Pessoa, 1145 Bairro dos Estados 58030-00, João Pessoa PB  
Tel.: (83) 3244-5404 / Fax: (83) 3244-5484  
<http://www.azevedobastos.not.br>  
E-mail: [cartorio@azevedobastos.not.br](mailto:cartorio@azevedobastos.not.br)



DECLARAÇÃO DE SERVIÇO DE AUTENTICAÇÃO DIGITAL

O Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti, Oficial do Primeiro Registro Civil de Nascimentos e Óbitos e Privativo de Casamentos, Interdições e Tutelas com atribuição de autenticar e reconhecer firmas da Comarca de João Pessoa Capital do Estado da Paraíba, em virtude de Lei, etc...

DECLARO ainda que, para garantir transparência e segurança jurídica de todos os atos oriundos da atividade Notarial e Registral no Estado da Paraíba, foi instituído pela Lei nº 10.132, de 06 de novembro de 2013, a aplicação obrigatória de um Selo Digital de Fiscalização Extrajudicial em todos os atos de notas e registro, composto de um código único (por exemplo: Selo Digital: ABC12345-X1X2) e dessa forma, cada autenticação processada pela nossa Serventia pode ser verificada e confirmada tantas vezes quanto for necessário através do site do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, endereço <https://corregedoria.tjpb.jus.br/selo-digital/>.

A autenticação digital do documento faz prova de que, na data e hora em que ela foi realizada, a empresa INSTITUTO DE PESQUISA SAUDE E EDUCACAO tinha posse de um documento com as mesmas características que foram reproduzidas na cópia autenticada, sendo da empresa INSTITUTO DE PESQUISA SAUDE E EDUCACAO a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a este Cartório.

Nesse sentido, declaro que a INSTITUTO DE PESQUISA SAUDE E EDUCACAO assumiu, nos termos do artigo 8º, §1º, do Decreto nº 10.278/2020, que regulamentou o artigo 3º, inciso X, da Lei Federal nº 13.874/2019 e o artigo 2º-A da Lei Federal 12.682/2012, a responsabilidade pelo processo de digitalização dos documentos físicos, garantindo perante este Cartório e terceiros, a sua autoria e integridade.

De acordo com o disposto no artigo 2º-A, §7º, da Lei Federal nº 12.682/2012, o documento em anexo, identificado individualmente em cada Código de Autenticação Digital<sup>1</sup> ou na referida sequência, poderá ser reproduzido em papel ou em qualquer outro meio físico.

Esta DECLARAÇÃO foi emitida em **14/04/2021 16:38:41 (hora local)** através do sistema de autenticação digital do Cartório Azevedo Bastos, de acordo com o Art. 1º, 10º e seus §§ 1º e 2º da MP 2200/2001, como também, o documento eletrônico autenticado contendo o Certificado Digital do titular do Cartório Azevedo Bastos, poderá ser solicitado diretamente a empresa INSTITUTO DE PESQUISA SAUDE E EDUCACAO ou ao Cartório pelo endereço de e-mail [autentica@azevedobastos.not.br](mailto:autentica@azevedobastos.not.br) Para informações mais detalhadas deste ato, acesse o site <https://autdigital.azevedobastos.not.br> e informe o Código de Autenticação Digital

Esta Declaração é válida por **tempo indeterminado** e está disponível para consulta em nosso site.

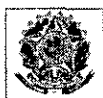
<sup>1</sup>Código de Autenticação Digital: 86980707200033122185-1

<sup>2</sup>Legislações Vigentes: Lei Federal nº 8.935/94, Lei Federal nº 10.406/2002, Medida Provisória nº 2200/2001, Lei Federal nº 13.105/2015, Lei Estadual nº 8.721/2008, Lei Estadual nº 10.132/2013, Provimento CGJ nº 003/2014 e Provimento CNJ nº 100/2020.

O referido é verdade, dou fé.

CHAVE DIGITAL

00005b1d734fd94f057f2d69fe6bc05b2a1bf5dca19ecb56027e76d71ac1e30c7cf3d67691b6582dcb75f0a88264868b6ace42083e0de57b44d94fb94703536947bd8ac1becf213f155a82244b4a696a



Presidência da República  
Casa Civil  
Medida Provisória nº 2.200-2  
de 24 de agosto de 2001.



512

**INSTITUTO DE PESQUISA, SAÚDE E EDUCAÇÃO-IPSE**  
**RELAÇÃO DOS MEMBROS DA DIRETORIA E CONSELHO FISCAL**

**PRESIDENTE:**

NOME: Robson de Lima Ferreira

RG: 10.046.042-97

CPF: 018.062.185-85

ENDEREÇO: Rua Tomazina, nº 90 - Campo Limpo, Conjunto Morada das Árvores - FS/Ba

TEL.: (75) 99277-4365

**SECRETARIA:**

NOME: Pollyana da Silva Coelho

RG: 469293561

CPF: 075 179.994-78

ENDEREÇO: Rua Miguel Calmom, nº - Jardim Cruzeiro - FS/Ba

TEL.: (75) 98231-5430

**TESOUREIRO:**

NOME: Edinaldo Miranda Matos Junior

RG: 1627214631

CPF: 065.025.355-85

ENDEREÇO: Via local D, nº 27, Calumbi-FS/Ba

TEL.: (75) 98231-0477

**CONSELHO FISCAL - EFETIVO E SUPLENTE**

NOME: Lorena da Silva Coelho

RG: 0908277679

CPF: 009.472.785-67

ENDEREÇO: Rua do Mexico, 1836, Bairro Tomba, Feira de Santana/BA

NOME: Michel Marques dos Santos Lopes

RG: 16138973-24

CPF: 071.347.255-37

ENDEREÇO: Rua Barreiras, nº 226, Bairro Jardim Cruzeiro - FS/Ba

NOME: Lázaro Kaic Lopes Borges Almeida

RG: 16.138.972-43

CPF: 075.970.955-62

ENDEREÇO: Rua Miguel Calmon, 602, Bairro Jardim Cruzeiro - FS/Ba

Feira de Santana, 22 de outubro de 2021.



**ROBSON DE LIMA FERREIRA**

**PRESIDENTE**

**CPF. Nº 018.062.185-85**

**63.110.431/0001-20**  
INSTITUTO DE PESQUISA SAÚDE  
E EDUCAÇÃO  
Rua da Grécia, 145  
São João-CEP: 44.051-698  
Tel.: (75) 3022-0048  
Feira de Santana-BA

**75 3022.0048**  
Rua da grécia, 145  
Feira de Santana-BA  
CNPJ: 63.110.431/0001-20



Rua XV de Novembro, 64 - Sala 21  
Edifício Pedro Francisco Vargas  
Centro, Itajaí - Santa Catarina  
(47) 3514-7599 | (47) 99748-2223  
www.dautin.com | dautin@dautin.com



## CERTIFICADO DE PROVA DE AUTENTICIDADE ELETRÔNICA

A DAUTIN BLOCKCHAIN DOCUMENTOS DIGITAIS E SERVIÇOS LTDA, especificada neste ato apenas como **Dautin Blockchain Co.** CERTIFICA para os devidos fins de direito que, o arquivo digital especificado com o tipo documental **Autenticação** e representado pela função hash criptográfica conhecida como SHA-256, de código **7b9cfb825195fcd1077f96ecf788242175c5221bef9a46977ea0c2f518f9a656** foi autenticado de acordo com as Legislações e normas vigentes<sup>1</sup> através da rede blockchain Ethereum Classic, sob o identificador único denominado NID **38363** dentro do sistema.

A autenticação eletrônica do documento intitulado **"RELAÇÃO DE MEMBROS 2021"**, cujo assunto é descrito como **"RELAÇÃO DE MEMBROS 2021"**, faz prova de que em **19/11/2021 09:51:34**, o responsável **Instituto de Pesquisa Saúde e Educação (63.110.431/0001-20)** tinha posse do arquivo com as mesmas características que foram reproduzidas na prova de autenticidade, sendo de Instituto de Pesquisa Saúde e Educação a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a DAUTIN Blockchain Co.

Este CERTIFICADO foi emitido em **19/11/2021 10:15:14** através do sistema de autenticação eletrônica da empresa DAUTIN Blockchain Co. de acordo com o Art. 10, § 2º da MP 2200-2/2001, Art. 107 do Código Civil e Art. 411, em seus §§ 2º e 3º do Código de Processo Civil, estando dessa maneira de acordo para o cumprimento do Decreto 10278/2020.

Para mais informações sobre a operação acesse o site <https://www.dautin.com> e informe o código da transação blockchain **0x41043aa7baf6294fc013ce9613723a31ff8da55c3a0d5a3c260941b43ac1b3b7**. Também é possível acessar a consulta através da rede blockchain em <https://blockscout.com/etc/mainnet/>

<sup>1</sup> Legislação Vigente: Medida Provisória nº 2200-2/2001, Código Civil e Código de Processo Civil.

**DAUTIN**  
BLOCKCHAIN



Presidência da República Casa Civil  
Subchefia para Assuntos Jurídicos  
MEDIDA PROVISÓRIA 2.200-2  
DE 24 DE AGOSTO DE 2001.



**ATA DE ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE ELEIÇÃO E POSSE DA NOVA DIRETORIA, APRESENTAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL REFERENTE AO ANO DE 2020 E BALANCETE ATÉ SETEMBRO DE 2021, REVISÃO DO ESTATUTO DO INSTITUTO DE PESQUISA SAÚDE E EDUCAÇÃO-IPSE.**

AOS VINTE E DOIS DIAS DO MÊS DE OUTUBRO DE DOIS MIL E VINTE E UM, ÀS OITO HORAS, NA RUA DA GRÉCIA, 145, SÃO JOÃO, DE FEIRA DE SANTANA, REUNIRAM-SE OS SÓCIOS QUE ATENDERAM A PUBLICAÇÃO DA CONVOCAÇÃO DESTA ASSEMBLEIA, PUBLICADA NO QUADRO DE AVISOS NA SEDE SOCIAL, COM A SEGUINTE ORDEM DO DIA: A) ELEIÇÃO E POSSE DOS NOVOS MEMBROS DA DIRETORIA, B) APRESENTAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL REFERENTE AO ANO DE 2020 E BALANCETE ATÉ SETEMBRO DE 2021 C) REVISÃO DO ESTATUTO D) O QUE OCORRER. ABERTA A SESSÃO, PELO SENHOR ANDERSON LOPES SANTOS, ATUAL PRESIDENTE, COLOCOU QUE O MOTIVO PRINCIPAL DA CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA, SERIA PARA SE DESPEDIR DO INSTITUTO ONDE FICOU À FRENTE DURANTE ANOS, E QUE DEVIDO A EXPANSÃO DAS ATIVIDADES DO IPSE PARA OUTRO ESTADO NÃO ESTÁ DANDO CONTA DE ACOMPANHAR AS ATIVIDADES, SENDO QUE TEM AS SUAS ATIVIDADES PESSOAIS E PROBLEMAS DE SAÚDE NA FAMÍLIA, SENDO ASSIM DEIXOU VAGO A SUA FUNÇÃO, EM SEGUIDA COM A PALAVRA A SENHORA LUZINETE, ATUAL TESOUREIRA QUE COLOCOU À DISPOSIÇÃO TAMBÉM SEU CARGO, POIS A MESMA TEM ALGUNS PROBLEMAS DE SAÚDE E TEM QUE SE AUSENTAR PARA FAZER EXAMES. APÓS A PALAVRA FOI CONVOCADO AS PESSOAS QUE TERIAM O INTERESSE EM OCUPAR OS CARGOS VAGOS, FOI DADO O INTERVALO DE 10 MINUTOS, APÓS A RETOMADA DANDO INÍCIO A VOTAÇÃO FOI ELEITO POR UNANIMIDADE COMO PRESIDENTE O SR. ROBSON DE LIMA FERREIRA, BRASILEIRO, SOLTEIRO, COMERCIANTE, PORTADOR DO CPF:018.062.185-85, RG: 10.046.042-97, RESIDENTE E DOMICILIADO NA RUA TOMAZINA, 90, BAIRRO CAMPO LIMPO, CONJUNTO MORADA DAS ÁRVORES, FEIRA DE SANTANA/BA, CEP:44.149-999. EM SEGUIDA, FOI ELEITO COMO TESOUREIRO EDINALDO MIRANDA MATOS JUNIOR, BRASILEIRO, SOLTEIRO, COMERCIANTE, PORTADOR DO CPF:065.025.355-85, RG: 16272146-31, RESIDENTE E DOMICILIADO NA VIA LOCAL D, 27, CASA 2 BAIRRO CALUMBI, CONJUNTO FEIRAI IX, FEIRA DE SANTANA/BA, CEP: 44.009-510. SENDO COLOCADO TAMBÉM DUAS VAGAS NO CONSELHO FISCAL, FICANDO: LORENA DA SILVA COELHO, BRASILEIRA, SOLTEIRA, COMERCIANTE, PORTADORA DO CPF:009.472.785-67, RG:0908277679, RESIDENTE E DOMICILIADA NA RUA DO MÉXICO, 1836, TOMBA, FEIRA DE



SANTANA/BA, CEP: 44090-640, E LAZARO KAIC LOPES BORGUES ALMEIOA, BRASILEIRO, SOLTEIRO, ESTUOANTE, RESIOENTE E OOMICILIAOO NA RUA MIGUEL CALMON, 602, JAROIM CRUZEIRO, FEIRA DE SANTANA/BA, CEP:44.024-108. COMO FORAM ELEITOS POR UNANIMIOAOE TOOOS OS NOMES CITAOOS ACIMA FORAM ELEITOS E EMPOSSAOOS. EM SEGUIOA PASSAMOS PARA A APRESENTAÇÃO OO BALANÇO PATRIMONIAL, NO QUAL MOSTROU A ATUAL SITUAÇÃO FINANCEIRA. APÓS, COM A PALAVRA A ANTIGA TESOUREIRA LUZINETE MOSTRANOO A SITUAÇÃO FINANCEIRA À NOVA DIRETORIA E ENTREGANOO A ELES O BALANÇO 2020 E O BALANCETE OO ANO OE 2021, ATÉ O MÊS OE SETEMBRO. EM SEGUIOA, FOI ENTREGUE UMA CÓPIA OO ESTATUTO À TOOOS OS PRESENTES E FEITA A SUA LEITURA, COMO NÃO HAVIA ALTERAÇÕES E NAOA MAIS PARA TRATAR, EU LUZINETE MARQUES OOS SANTOS, AOOC OESTA ASSEMBLEIA LAVRO A PRESENTE ATA QUE VAI ASSINADA POR MIM, E PELOS OS PRESENTES QUE ASSIM OESEJAREM, AOS VINTE E DOIS DIAS OO MÊS OE OUTUBRO OE OOIS MIL E VINTE E UM.

*Adel. Lopo. Lta, Luzinete Marques de Santo, Pedro de Souza Ferreira  
Edimildo Miranda matos junior*

CARTÓRIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS DE FEIRA DE SANTANA/BA  
T: (75) 3022-5932 / 85138-5122 / atendimento@cartoriofcpvfeiradepes.com.br / www.cartoriofcpvfeiradepes.com.br

Protocolo P.J: 058055 | Livro: Página: 72  
Registro: 1111 Av-20 Livro: 440 Página: 65

DAJE: 032512 Série: 002 Emissor: 37  
Selo: 0037.AB025096-7 Cod. Validação: P891N56DNH  
Custas: Emol: R\$162,77 Fir: R\$129,79 FEC: R\$49,95  
Def: R\$4,84 PGE: R\$7,27 MP: R\$3,78  
Total: R\$378,40  
FEIRA DE SANTANA - BA 16/11/2021

Ana Carolina Cardoso Ramos  
Escrevente Autorizada



75 3022.0048  
Rua da grécia, 145  
Feira de Santana-BA  
CNPJ: 63.110.431/0001-20





## REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



## CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO <b>63.110.431/0001-20</b> MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA <b>06/04/1992</b>
NOME EMPRESARIAL <b>INSTITUTO DE PESQUISA SAUDE E EDUCACAO</b>		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) <b>IPSE</b>		PORTE <b>DEMAIS</b>
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL <b>94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente</b>		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS <b>32.50-7-06 - Serviços de prótese dentária</b> <b>36.00-6-02 - Distribuição de água por caminhões</b> <b>37.02-9-00 - Atividades relacionadas a esgoto, exceto a gestão de redes</b> <b>43.99-1-03 - Obras de alvenaria</b> <b>65.50-2-00 - Planos de saúde</b> <b>69.11-7-01 - Serviços advocatícios</b> <b>70.20-4-00 - Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica</b> <b>72.20-7-00 - Pesquisa e desenvolvimento experimental em ciências sociais e humanas</b> <b>74.90-1-05 - Agenciamento de profissionais para atividades esportivas, culturais e artísticas</b> <b>75.00-1-00 - Atividades veterinárias</b> <b>78.20-5-00 - Locação de mão-de-obra temporária</b> <b>85.99-6-04 - Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial</b> <b>86.10-1-01 - Atividades de atendimento hospitalar, exceto pronto-socorro e unidades para atendimento a urgências</b> <b>86.10-1-02 - Atividades de atendimento em pronto-socorro e unidades hospitalares para atendimento a urgências</b> <b>86.21-6-02 - Serviços móveis de atendimento a urgências, exceto por UTI móvel</b> <b>86.30-5-01 - Atividade médica ambulatorial com recursos para realização de procedimentos cirúrgicos</b> <b>86.30-5-02 - Atividade médica ambulatorial com recursos para realização de exames complementares</b> <b>86.30-5-03 - Atividade médica ambulatorial restrita a consultas</b> <b>86.30-5-04 - Atividade odontológica</b> <b>86.30-5-07 - Atividades de reprodução humana assistida</b>		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA <b>399-9 - Associação Privada</b>		
LOGRADOURO <b>R DA GRECIA</b>	NÚMERO <b>145</b>	COMPLEMENTO <b>*****</b>
CEP <b>44.051-698</b>	BAIRRO/DISTRITO <b>SAO JOAO</b>	MUNICÍPIO <b>FEIRA DE SANTANA</b>
UF <b>BA</b>		
ENDEREÇO ELETRÔNICO <b>IPSERECEPCAD@GMAIL.COM</b>		TELEFONE <b>(75) 3022-0048</b>
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) <b>*****</b>		
SITUAÇÃO CADASTRAL <b>ATIVA</b>	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL <b>03/11/2005</b>	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL <b>*****</b>	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL <b>*****</b>	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **07/04/2022** às **08:49:23** (data e hora de Brasília).

Página: 1/3

56



## REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

## CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA



NÚMERO DE INSCRIÇÃO 63.110.431/0001-20 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 06/04/1992
---	---	--------------------------------

NOME EMPRESARIAL INSTITUTO DE PESQUISA SAUDE E EDUCACAO
--

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 86.30-5-99 - Atividades de atenção ambulatorial não especificadas anteriormente 86.40-2-02 - Laboratórios clínicos 86.40-2-03 - Serviços de diálise e nefrologia 86.40-2-04 - Serviços de tomografia 86.40-2-05 - Serviços de diagnóstico por imagem com uso de radiação ionizante, exceto tomografia 86.40-2-06 - Serviços de ressonância magnética 86.40-2-07 - Serviços de diagnóstico por imagem sem uso de radiação ionizante, exceto ressonância magnética 86.40-2-08 - Serviços de diagnóstico por registro gráfico - ECG, EEG e outros exames análogos 86.40-2-09 - Serviços de diagnóstico por métodos ópticos - endoscopia e outros exames análogos 86.40-2-10 - Serviços de quimioterapia 86.40-2-11 - Serviços de radioterapia 86.40-2-12 - Serviços de hemoterapia 86.50-0-01 - Atividades de enfermagem 86.50-0-02 - Atividades de profissionais da nutrição 86.50-0-03 - Atividades de psicologia e psicanálise 86.50-0-04 - Atividades de fisioterapia 86.50-0-05 - Atividades de terapia ocupacional 86.50-0-06 - Atividades de fonoaudiologia 86.50-0-07 - Atividades de terapia de nutrição enteral e parenteral 86.50-0-99 - Atividades de profissionais da área de saúde não especificadas anteriormente
--

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada
---

LOGRADOURO R DA GRECIA	NÚMERO 145	COMPLEMENTO *****
---------------------------	---------------	----------------------

CEP 44.051-698	BAIRRO/DISTRITO SAO JOAO	MUNICÍPIO FEIRA DE SANTANA	UF BA
-------------------	-----------------------------	-------------------------------	----------

ENDEREÇO ELETRÔNICO IPSERECEPCAO@GMAIL.COM	TELEFONE (75) 3022-0048
---	----------------------------

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****
--

SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005
-----------------------------	--

MDTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL
------------------------------

SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****
----------------------------	------------------------------------

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 07/04/2022 às 08:49:23 (data e hora de Brasília).

Página: 2/3



**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**  
**CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA**



NÚMERO DE INSCRIÇÃO <b>63.110.431/0001-20</b> MATRIZ	<b>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</b>	DATA DE ABERTURA <b>06/04/1992</b>
NOME EMPRESARIAL <b>INSTITUTO DE PESQUISA SAUDE E EDUCACAO</b>		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS <b>86.90-9-01 - Atividades de práticas integrativas e complementares em saúde humana</b> <b>86.90-9-99 - Outras atividades de atenção à saúde humana não especificadas anteriormente</b> <b>87.12-3-00 - Atividades de fornecimento de infra-estrutura de apoio e assistência a paciente no domicílio</b> <b>87.20-4-01 - Atividades de centros de assistência psicossocial</b> <b>87.20-4-99 - Atividades de assistência psicossocial e à saúde a portadores de distúrbios psíquicos, deficiência mental e dependência química e grupos similares não especificadas anteriormente</b> <b>87.30-1-99 - Atividades de assistência social prestadas em residências coletivas e particulares não especificadas anteriormente</b> <b>88.00-6-00 - Serviços de assistência social sem alojamento</b> <b>93.13-1-00 - Atividades de condicionamento físico</b> <b>93.19-1-99 - Outras atividades esportivas não especificadas anteriormente</b>		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA <b>399-9 - Associação Privada</b>		
LOGRADOURO <b>R DA GRECIA</b>	NÚMERO <b>145</b>	COMPLEMENTO <b>*****</b>
CEP <b>44.051-698</b>	BAIRRO/DISTRITO <b>SAO JOAO</b>	MUNICÍPIO <b>FEIRA DE SANTANA</b>
UF <b>BA</b>		
ENDEREÇO ELETRÔNICO <b>IPSERECEPCAO@GMAIL.COM</b>		TELEFONE <b>(75) 3022-0048</b>
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) <b>*****</b>		
SITUAÇÃO CADASTRAL <b>ATIVA</b>	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL <b>03/11/2005</b>	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL <b>*****</b>	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL <b>*****</b>	

Aprovado pela instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **07/04/2022** às **08:49:23** (data e hora de Brasília).

Página: 3/3

58



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Secretaria da Receita Federal do Brasil**  
**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**



**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS  
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: INSTITUTO DE PESQUISA SAUDE E EDUCACAO**  
**CNPJ: 63.110.431/0001-20**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. constam nos sistemas da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) débitos inscritos em Dívida Ativa da União (DAU) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 do CTN, ou garantidos mediante bens ou direitos, ou com embargos da Fazenda Pública em processos de execução fiscal, ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal.

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 08:15:24 do dia 30/03/2022 <hora e data de Brasília>.

Válida até 26/09/2022. ✓

Código de controle da certidão: **A444.837C.A591.210C**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

5ª

PREFEITURA MUNICIPAL DE  
FEIRA DE SANTANASecretaria Municipal da Fazenda  
Departamento de Administração Tributária**CERTIDÃO NEGATIVA DE TRIBUTOS MUNICIPAIS**

Emitida nos termos dos arts. 215, 216, 217, 218 e 219, da Lei Complementar nº 003, de 22 de Dezembro 2000 – Código Tributário do Município de Feira de Santana.

**CÓDIGO: N / 2022 / 60488**

CONTRIBUINTE:	INSTITUTO DE PESQUISA SAUDE E EDUCACAO
ENDEREÇO:	RUA DA GRECIA, 145 - EX COMBATENTE
CNPJ/CPF:	63.110.431/0001-20
INSCRIÇÃO MUNICIPAL:	50.275-8
INSCRIÇÃO DE LOCALIZAÇÃO:	12.964-0
ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL:	94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente
DATA DA EMISSÃO DA CERTIDÃO:	07/04/2022
DATA DE VALIDADE DA CERTIDÃO:	06/06/2022 ✓

**Fica ressalvado o direito de a Fazenda do Município de Feira de Santana a cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima, relativas aos tributos deste município, administrados por esta Secretaria Municipal da Fazenda, inclusive os inscritos em Dívida Ativa.**

A presente Certidão não servirá de prova contra quaisquer débitos referentes a recolhimentos que não tenham sido efetuados e que venham a ser apurados pela Secretaria Municipal da Fazenda, conforme prerrogativa legal prevista nos Incisos de I a IX, do Artigo 149, da Lei Federal nº. 5.172, de 25/10/1966 – Código Tributário Nacional.

Conforme o Art. 215, § 3º, do Código Tributário Municipal – Lei Complementar de nº. 003, 22 de dezembro 2000, as certidões fornecidas não excluem o direito de a Fazenda Municipal cobrar, em qualquer tempo, os débitos que venham a ser apurados pela autoridade administrativa.

A autenticidade deste documento pode ser comprovada através do site da Secretaria Municipal da Fazenda pelo endereço eletrônico: <http://www.sefaz.feiradesantana.ba.gov.br/certidao>.

Esta **CERTIDÃO** abrange, apenas, o estabelecimento vinculado a(s) inscrição(ões) supracitada(s) do contribuinte e refere-se apenas aos **TRIBUTOS MUNICIPAIS**. É válida pelo prazo de **60 DIAS**, contado a partir da data da sua emissão.

**Código de verificação de autenticidade:****470622ff9466e93e7b417192070f01d0**

Certidão emitida gratuitamente.

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

[Voltar](#)[Imprimir](#)

### **Certificado de Regularidade do FGTS - CRF**

**Inscrição:** 63.110.431/0001-20

**Razão Social:** INSTITUTO DE PESQUISA SAUDE E EDUCACAO

**Endereço:** R DA GRECIA 145 / SAO JOAO / FEIRA DE SANTANA / BA / 44051-698

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

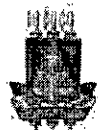
O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 29/03/2022 a 27/04/2022

**Certificação Número:** 2022032900393729023876

Informação obtida em 07/04/2022 09:20:10

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:  
**[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)**



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA**

07/04/2022

005616632



**CERTIDÃO ESTADUAL**  
**CONCORDATA, FALÊNCIA, RECUPERAÇÃO JUDICIAL E**  
**EXTRAJUDICIAL - 1º GRAU**

**CERTIDÃO Nº: 005616632**

**FOLHA: 1/1**

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça (<http://esaj.tjba.jus.br/sco/abrirConferencia.do>).

CERTIFICO que, pesquisando os registros de distribuições de feitos cíveis do Estado da Bahia, anteriores a data de 07/04/2022, verifiquei NADA CONSTAR em nome de:

**INSTITUTO DE PESQUISA SAÚDE E EDUCAÇÃO, portador do CNPJ: 63.110.431/0001-20, estabelecida na RUA DA GRÉCIA, Nº145, SÃO JOÃO, Feira de Santana - BA. \*\*\*\*\***

Os dados informados são de responsabilidade do solicitante, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e/ou destinatário. A presente certidão abrange pesquisa no banco de dados pelo período de 20 (vinte) anos.

Certifico finalmente que esta certidão é sem custas.

Esta certidão foi emitida pela internet e sua validade é de 30 dias a partir da data de sua emissão. Após esta data será necessária a emissão de uma nova certidão.

Salvador, quinta-feira, 7 de abril de 2022.

**PEDIDO Nº:**

**005616632**



62



**Prefeitura Municipal de Feira de Santana**  
**COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO**  
**CÓDIGO: A / 2022 / 3996**

INSCRIÇÃO MUNICIPAL:  
50.275-8

DATA DE ABERTURA 18/07/12

CNPJ:  
63.110.431/0001-20

NOME EMPRESARIAL:  
INSTITUTO DE PESQUISA SAUDE E EDUCACAO

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA):  
IPSE

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL:  
94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS:

32.50-7-06 - Serviços de prótese dentária  
 36.00-6-02 - Distribuição de água por caminhões  
 37.02-9-00 - Atividades relacionadas a esgoto, exceto a gestão de redes  
 43.99-1-03 - Obras de alvenaria  
 65.50-2-00 - Planos de saúde  
 69.11-7-01 - Serviços advocatícios  
 70.20-4-00 - Atividades de consultoria em gestão empresarial  
 72.20-7-00 - Pesquisa e desenvolvimento experimental em ciências sociais e humanas  
 74.90-1-05 - Agenciamento de profissionais para atividades esportivas, culturais e artísticas  
 75.00-1-00 - Atividades veterinárias  
 78.20-5-00 - Locação de mão-de-obra temporária  
 85.99-6-04 - Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial  
 86.10-1-01 - Atividades de atendimento hospitalar, exceto pronto-socorro e unidades para atendimento a urgências  
 86.10-1-02 - Atividades de atendimento em pronto-socorro e unidades hospitalares para atendimento a urgências  
 86.21-6-02 - Serviços móveis de atendimento a urgências, exceto por UTI móvel  
 86.30-5-01 - Atividade médica ambulatorial com recursos para realização de procedimentos cirúrgicos  
 86.30-5-02 - Atividade médica ambulatorial com recursos para realização de exames complementares  
 86.30-5-03 - Atividade médica ambulatorial restrita a consultas  
 86.30-5-04 - Atividade odontológica  
 86.30-5-07 - Atividades de reprodução humana assistida  
 86.30-5-99 - Atividades de atenção ambulatorial não especificadas anteriormente  
 86.40-2-02 - Laboratórios clínicos  
 86.40-2-03 - Serviços de diálise e nefrologia  
 86.40-2-04 - Serviços de tomografia  
 86.40-2-05 - Serviços de diagnóstico por imagem com uso de radiação ionizante, exceto tomografia  
 86.40-2-06 - Serviços de ressonância magnética  
 86.40-2-07 - Serviços de diagnóstico por imagem sem uso de radiação ionizante, exceto ressonância magnética  
 86.40-2-08 - Serviços de diagnóstico por registro gráfico - ECG, EEG e outros exames análogos  
 86.40-2-09 - Serviços de diagnóstico por métodos ópticos - endoscopia e outros exames análogos  
 86.40-2-10 - Serviços de quimioterapia  
 86.40-2-11 - Serviços de radioterapia  
 86.40-2-12 - Serviços de hemoterapia  
 86.50-0-01 - Atividades de enfermagem  
 86.50-0-02 - Atividades de profissionais da nutrição  
 86.50-0-03 - Atividades de psicologia e psicanálise  
 86.50-0-04 - Atividades de fisioterapia  
 86.50-0-05 - Atividades de terapia ocupacional  
 86.50-0-06 - Atividades de fonoaudiologia  
 86.50-0-07 - Atividades de terapia de nutrição enteral e parenteral  
 86.50-0-99 - Atividades de profissionais da área de saúde não especificadas anteriormente  
 86.90-9-01 - Atividades de práticas integrativas e complementares em saúde humana  
 86.90-9-99 - Outras atividades de atenção à saúde humana não especificadas anteriormente  
 87.12-3-00 - Atividades de fornecimento de infra-estrutura de apoio e assistência a paciente no domicílio  
 87.20-4-01 - Atividades de centros de assistência psicossocial  
 87.20-4-99 - Atividades de assistência psicossocial e à saúde a portadores de distúrbios psíquicos, deficiência mental e dependência química não especificadas anteriormente

63





87.30-1-99 - Atividades de assistência social prestadas em residências coletivas e particulares especificadas anteriormente  
88.00-6-00 - Serviços de assistência social sem alojamento  
93.13-1-00 - Atividades de condicionamento físico  
93.19-1-99 - Outras atividades esportivas não especificadas anteriormente

LOGRADOURO:  
RUA DA GRECIA

NÚMERO:  
145

COMPLEMENTO:

CEP:  
44.051-698

BAIRRO/DISTRITO:  
EX COMBATENTE

MUNICÍPIO:  
FEIRA DE SANTANA

UF  
BA

**NÃO É VÁLIDO COMO ALVARÁ SANITÁRIO E NEM COMO ALVARÁ AMBIENTAL.**

**NÃO É VÁLIDO COMO CERTIDÃO NEGATIVA DE TRIBUTOS MUNICIPAIS.**

Código de verificação de autenticidade:

a0ef3dc0f0e95ec2227be0c59f861237

Para verificar a autenticidade do documento acesse:  
<http://www.sefaz.feiradesantana.ba.gov.br/comprovantedeinscricao>

Situação Cadastral: **ATIVA.**

Validade: **30/07/2022.**



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA**

02/03/2022

005522424



**CERTIDÃO ESTADUAL**  
**CONCORDATA, FALÊNCIA, RECUPERAÇÃO JUDICIAL E**  
**EXTRAJUDICIAL - 1º GRAU**

**CERTIDÃO Nº: 005522424**

**FOLHA: 1/1**

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça (<http://esaj.tjba.jus.br/sco/abrirConferencia.do>).

CERTIFICO que, pesquisando os registros de distribuições de feitos cíveis do Estado da Bahia, anteriores a data de 02/03/2022, verifiquei NADA CONSTAR em nome de:

**INSTITUTO DE PESQUISA SAÚDE E EDUCAÇÃO, portador do CNPJ: 63.110.431/0001-20, estabelecida na RUA DA GRÉCIA, Nº145, SÃO JOÃO, Feira de Santana - BA. \*\*\*\*\***

Os dados informados são de responsabilidade do solicitante, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e/ou destinatário. A presente certidão abrange pesquisa no banco de dados pelo período de 20 (vinte) anos.

Certifico finalmente que esta certidão é sem custas.

Esta certidão foi emitida pela internet e sua validade é de 30 dias a partir da data de sua emissão. Após esta data será necessária a emissão de uma nova certidão.

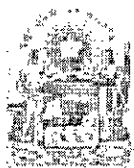
Salvador, quarta-feira, 2 de março de 2022.

**PEDIDO Nº:**

**005522424**



65 A



## Certidão Negativa de Débitos Tributários

(Emitida para os efeitos dos arts. 113 e 114 da Lei 3.956 de 11 de dezembro de 1981 - Código Tributário do Estado da Bahia)

Certidão Nº: 20221551171

RAZÃO SOCIAL	
INSTITUTO DE PESQUISA SAUDE E EDUCACAO	
INSCRIÇÃO ESTADUAL	CNPJ
	63.110.431/0001-20

Fica certificado que não constam, até a presente data, pendências de responsabilidade da pessoa física ou jurídica acima identificada, relativas aos tributos administrados por esta Secretaria.

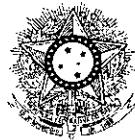
Esta certidão engloba todos os seus estabelecimentos quanto à inexistência de débitos, inclusive os inscritos na Dívida Ativa, de competência da Procuradoria Geral do Estado, ressalvado o direito da Fazenda Pública do Estado da Bahia cobrar quaisquer débitos que vierem a ser apurados posteriormente.

Emitida em 04/04/2022, conforme Portaria nº 918/99, sendo válida por 60 dias, contados a partir da data de sua emissão.

**A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO PODE SER COMPROVADA NAS INSPETORIAS  
FAZENDÁRIAS OU VIA INTERNET, NO ENDEREÇO <http://www.sefaz.ba.gov.br>**

Válida com a apresentação conjunta do cartão original de inscrição no CPF ou no CNPJ da  
Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda.

66



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO



de 1

### **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS**

Nome: INSTITUTO DE PESQUISA SAUDE E EDUCACAO (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 63.110.431/0001-20

Certidão nº: 11072478/2022

Expedição: 07/04/2022, às 08:50:03

Validade: 04/10/2022 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **INSTITUTO DE PESQUISA SAUDE E EDUCACAO (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **63.110.431/0001-20**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

#### **INFORMAÇÃO IMPORTANTE**

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



DA SMS &lt;dasms2017@gmail.com&gt;



## Pedido de Cotação

DA SMS &lt;dasms2017@gmail.com&gt;

8 de abril de 2022 16:24

Para: licitacao@institutoipse.com.br; salusvitagestaoesaude@gmail.com; cotacao@institutobahia.org.br

Prezado,


Solicitamos cotação para contratação de empresa especializada em prestação de serviços médicos, conforme planilha em anexo.

Informamos que a cotação deverá ser realizada para taxa de administração, em porcentagem (%).

Na oportunidade, apresentamos protestos de alta estima e distinta consideração.

### 2 anexos

 planilha para cotacao.xlsx  
16K

 pedido de cotação .docx  
446K



LICITANTE: INSTITUTO DE PESQUISA SAÚDE E EDUCAÇÃO			
END. COMERCIAL: RUA DA GRÉCIA Nº 145 BAIRRO: SÃO JOÃO			
CIDADE: FEIRA DE SANTANA		UF: BAHIA	
CEP: 44.051-098	EMAIL: IPSELICITACAO@GMAIL.COM		FONE: 75-3022-0048
CONTATO: ROBSON DE LIMA FERREIRA			
CNPJ: 63.110.431/0001-20		INSC. ESTADUAL:	
VALIDADE DA COTAÇÃO: 60 (SESSENTA) DIAS		REPRESENTANTE LEGAL: ROBSON DE LIMA FERREIRA	

A PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA - BAHIA

ATENDENDO A SOLICITAÇÃO, ESTAMOS APRESENTANDO NOSSA PROPOSTA DE PREÇOS PARA O GERENCIAMENTO E OPERACIONALIZAÇÃO NA PREFEITURA MUNICIPAL

TAXA DE ADMINISTRAÇÃO (%): 8%

BLOCO 01 - CONSULTAS ESPECIALIZADAS							
ITE Nº	ESPECIFICAÇÃO	VALOR UNITÁRIO	QUANTIDADE E MENSAL ESTIMADA A SER CONTRATA- DA	VALOR MENSAL DE ACORDO QUANTIDADE MENSAL ESTIMADA	QUANTIDADE TOTAL ESTIMADA A SER CONTRATADA	VALOR TOTAL DE ACORDO QUANTIDADE ESTIMADA DE PROCEDIMENTOS	VALOR TOTAL COM TAXA DE ADMINISTRAÇÃO
1	Consulta Médica Especializada - ALERGOLOGISTA/ RUMINOLOGISTA	R\$ 45,00	300	R\$ 2.300,00	300	R\$ 13.800,00	R\$ 14.904,00
2	Consulta Médica Especializada - ANESTESIOLOGISTA	R\$ 45,00	200	R\$ 13.540,00	1740	R\$ 60.640,00	R\$ 66.443,20
3	Consulta Médica Especializada - ANGIOLOGISTA/CIRURGIÃO VASCULAR	R\$ 45,00	290	R\$ 13.340,00	1740	R\$ 80.640,00	R\$ 88.443,20
4	Consulta Médica Especializada - CARDIOLOGISTA	R\$ 45,00	590	R\$ 26.080,00	3480	R\$ 160.080,00	R\$ 172.656,00

INSTITUTO DE PESQUISA SAÚDE E GESTÃO  
CNPJ Nº 63.110.431/0001-20  
RUA DA GRÉCIA, 145, SÃO JOÃO, CEP 44.051-098, FEIRA DE SANTANA-BA  
TEL.: (75) 3022.0048 / 3022.0049

Henrique Lima de Souza  
Coord. Contratos e Convênios  
Mar 24/2015

68-1

1



6	Consulta Médica Especializada - CARDIOLOGISTA PEDIÁTRICO.	R\$ 45,00	08	R\$ 4.508,00	583	R\$ 27.048,00	R\$ 29.211,84
7	Consulta Médica Especializada - CIRURGIÃO PEDIÁTRICO.	R\$ 46,00	100	R\$ 8.740,00	1140	R\$ 52.440,00	R\$ 56.633,20
8	Consulta Médica Especializada - CIRURGIÃO DE CABEÇA E PESCOÇO.	R\$ 45,00	200	R\$ 13.340,00	1740	R\$ 80.040,00	R\$ 85.443,20
9	Consulta Médica Especializada - CIRURGIÃO GERAL.	R\$ 46,00	500	R\$ 27.140,00	3540	R\$ 162.640,00	R\$ 175.687,20
10	Consulta Médica Especializada - CIRURGIÃO GINECOLÓGICO	R\$ 48,00	200	R\$ 9.200,00	1200	R\$ 58.200,00	R\$ 59.616,00
12	Consulta Médica Especializada - CIRURGIÃO TORÁCICO.	R\$ 46,00	100	R\$ 4.600,00	600	R\$ 27.600,00	R\$ 29.508,00
13	Consulta Médica Especializada - COLOPROCTOLOGISTA.	R\$ 45,00	200	R\$ 13.340,00	1740	R\$ 80.040,00	R\$ 85.443,20
14	Consulta Médica Especializada - DERMATOLOGISTA	R\$ 45,00	330	R\$ 17.940,00	2340	R\$ 107.640,00	R\$ 116.251,20
15	Consulta Médica Especializada - ENDOCRINOLOGISTA E METABOLOGIA	R\$ 45,00	550	R\$ 26.800,00	3480	R\$ 100.500,00	R\$ 108.685,40
16	Consulta Médica Especializada - ENDOCRINOLOGISTA E METABOLOGIA PEDIÁTRICA.	R\$ 45,00	80	R\$ 3.680,00	490	R\$ 22.050,00	R\$ 23.645,40
17	Consulta do Profissional de Nível Superior (exato médico) especializado - FONOAUDIÓLOGO.	R\$ 14,49	290	R\$ 4.202,10	1750	R\$ 25.212,00	R\$ 27.229,61
18	Consulta Médica Especializada - GASTROENTEROLOGISTA.	R\$ 40,00	380	R\$ 17.480,00	2280	R\$ 104.880,00	R\$ 113.270,40
19	Consulta Médica Especializada - GASTROENTEROLOGISTA PEDIÁTRICO.	R\$ 40,00	95	R\$ 4.370,00	570	R\$ 28.220,00	R\$ 29.317,00
20	Consulta Médica Especializada - GENETICISTA.	R\$ 40,00	95	R\$ 4.370,00	570	R\$ 28.220,00	R\$ 29.317,00
21	Consulta Médica Especializada - MÉDICO GERIATRA.	R\$ 48,00	230	R\$ 9.200,00	1200	R\$ 58.200,00	R\$ 59.616,00
22	Consulta Médica Especializada - GINECOLOGISTA E OBSTETRA	R\$ 40,00	2120	R\$ 143.520,00	16720	R\$ 851.120,00	R\$ 930.039,20
23	Consulta Médica Especializada - HEMATOLOGISTA.	R\$ 40,00	190	R\$ 8.740,00	1140	R\$ 52.440,00	R\$ 56.633,20
24	Consulta Médica Especializada - HEMATOLOGISTA PEDIÁTRICO.	R\$ 40,00	150	R\$ 4.600,00	600	R\$ 27.600,00	R\$ 29.508,00
25	Consulta Médica Especializada - HEPATOLOGISTA.	R\$ 48,00	290	R\$ 13.340,00	1740	R\$ 80.040,00	R\$ 85.443,20
26	Consulta Médica Especializada - INFECTOLOGISTA.	R\$ 40,00	294	R\$ 19.524,00	1784	R\$ 81.144,00	R\$ 87.635,82
27	Consulta Médica Especializada - MASTOLOGISTA.	R\$ 48,00	290	R\$ 13.340,00	1740	R\$ 80.040,00	R\$ 85.443,20
28	Consulta Médica Especializada - MÉDICO DO TRABALHO.	R\$ 45,00	508	R\$ 45.908,00	5988	R\$ 275.448,00	R\$ 297.483,84
29	Consulta Médica Especializada - NEFROLOGISTA.	R\$ 48,00	200	R\$ 9.200,00	1200	R\$ 58.200,00	R\$ 59.616,00

INSTITUTO DE PESQUISA SAÚDE E GESTÃO  
CNPJ Nº 03.119.031/0001-20  
RUA DA URÉCIA, 145, SÃO JOÃO, CEP 44.051-658, TERRA DE SANTANA, BA  
TEL: (75) 3023-0948 / 99244-9622

Henrique Lima de Souza  
Coord. Contratos e Convênios  
Mat. 24431-5



30	Consulta Médica Especializada em NEFROLOGISTA PEDIÁTRICO.	R\$ 48,00	100	R\$ 4.800,00	600	R\$ 27.600,00	R\$ 25.808,00
31	Consulta Médica Especializada - NEUROCIRURGIÃO.	R\$ 55,00	150	R\$ 10.620,00	1000	R\$ 65.720,00	R\$ 58.817,00
32	Consulta Médica Especializada - NEUROLOGISTA.	R\$ 50,00	400	R\$ 20.000,00	2940	R\$ 173.400,00	R\$ 167.330,00
33	Consulta Médica Especializada - NEUROPEDIATRA.	R\$ 60,00	600	R\$ 36.000,00	3600	R\$ 212.400,00	R\$ 200.392,00
34	Consulta Médica Especializada - OFTALMOLOGISTA PEDIÁTRICO.	R\$ 48,00	100	R\$ 4.800,00	600	R\$ 27.600,00	R\$ 25.808,00
35	Consulta Médica Especializada em ORTOPEDISTA.	R\$ 48,00	800	R\$ 38.400,00	1800	R\$ 82.800,00	R\$ 79.424,00
36	Consulta Médica Especializada - ORTOPEDISTA PEDIÁTRICO.	R\$ 45,00	100	R\$ 4.500,00	600	R\$ 27.000,00	R\$ 25.208,00
37	Consulta Médica Especializada - OTORRINOLARINGOLOGISTA.	R\$ 45,00	300	R\$ 13.500,00	1800	R\$ 81.000,00	R\$ 78.424,00
38	Consulta Médica Especializada - PNEUMOLOGISTA.	R\$ 46,00	475	R\$ 21.850,00	2850	R\$ 131.375,00	R\$ 124.886,00
39	Consulta Médica Especializada - PNEUMOLOGISTA PEDIÁTRICO.	R\$ 45,00	100	R\$ 4.500,00	600	R\$ 27.000,00	R\$ 25.208,00
40	Consulta Médica Especializada - PEDIATRA.	R\$ 40,00	2260	R\$ 90.800,00	13560	R\$ 542.400,00	R\$ 513.600,00
41	Consulta Médica Especializada - PSIQUIATRA.	R\$ 45,00	1340	R\$ 60.300,00	8340	R\$ 375.300,00	R\$ 359.427,00
42	Consulta Médica Especializada - REUMATOLOGISTA.	R\$ 45,00	390	R\$ 17.550,00	2340	R\$ 107.550,00	R\$ 102.251,00
44	Consulta Médica Especializada - UROLOGISTA.	R\$ 45,00	590	R\$ 26.550,00	3540	R\$ 159.550,00	R\$ 153.637,00
45	Consulta de Profissional de Nível Superior (exclusivo médico) especializado - TERAPÊUTA OCUPACIONAL.	R\$ 14,49	200	R\$ 2.898,00	1200	R\$ 17.388,00	R\$ 16.779,04
<b>TOTAL</b>						<b>R\$ 4.998.156,60</b>	<b>R\$ 4.798.809,13</b>

DADOS LOTE 02							
ITEM	SERVIÇOS	CARGA HORÁRIA	QTD MENSAL	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR MENSAL (R\$)	TOTAL BRUTO SOLICITAÇÃO (R\$)	VALOR TOTAL COM TAXA DE ADMINISTRAÇÃO (R\$)
1	SERVIÇO MÉDICO NA AUTORIZAÇÃO DE TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - MÉDICO REGULADOR/AUDITOR	20H	1	R\$ 3.704,57	R\$ 3.704,57	R\$ 22.227,42	R\$ 24.006,61
2	SERVIÇO MÉDICO NA REGULAÇÃO DE ACESSO AOS EXAMES, CONSULTAS E PROCEDIMENTOS ESPECIALIZADOS A NÍVEL AMBULATORIAL - MÉDICO REGULADOR/AUDITOR	40H	1	R\$ 7.409,13	R\$ 7.409,13	R\$ 44.454,73	R\$ 48.011,16
3	SERVIÇO MÉDICO NA AUTORIZAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR (AHI) E PROCEDIMENTOS DE ALTA COMPLEXIDADE (APAC) - MÉDICO AUTORIZADOR/AUDITOR	20H	2	R\$ 3.704,57	R\$ 7.409,14	R\$ 44.454,84	R\$ 48.011,23

INSTITUTO DE PESQUISA SAÚDE E GESTÃO  
 CNPJ Nº 03.110.431/0001-20  
 RUA DA GRÁZIA, 143, SÃO RUAO, CEP 44.851-495, FEIRA DE SANTANA-BA  
 TEL: (75) 3023-2643 / 39244-9622

Henrique Lima de Souza  
 Coord. Contratos e Convênios  
 Matr: 24437-5





SERVIÇO MÉDICO NA AUTORIZAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR (AIP) E PROCEDIMENTOS DE ALTA COMPLEXIDADE (APAC), NAS ÁREAS DE CIRURGIA CARDÍACA E HEMODINÂMICA (ANGIOPLASTIA E CATETERISMO CARDÍACO) - MÉDICO CARDIOLOGISTA AUTORIZADOR/AUDITOR							
4	Serviço de Auditoria Médica na elaboração de relatórios, pareceres e autorização de internação Hospitalar - MÉDICO AUDITOR	40h	1	R\$ 7.400,13	R\$ 7.400,13	R\$ 44.454,79	R\$ 48.011,10
5	Serviço de Auditoria Médica na elaboração de relatórios, pareceres e autorização de internação Hospitalar - MÉDICO AUDITOR	20h	2	R\$ 3.704,57	R\$ 7.409,14	R\$ 44.454,84	R\$ 48.011,23
6	Serviço de Auditoria Médica na elaboração de relatórios, pareceres e autorização de internação Hospitalar - MÉDICO AUDITOR	40h	2	R\$ 7.400,13	R\$ 14.818,26	R\$ 88.900,50	R\$ 90.022,32
7	Serviço de investigação de óbito materno, infantil e fetal e causa real do óbito	20h	1	R\$ 3.704,57	R\$ 3.704,57	R\$ 22.827,42	R\$ 24.005,61
8	Serviço de medicina do Trabalho - Elaboração e emissão do parecer sobre o caso casual, realização de inspeção variável em saúde do trabalhador nos ambientes e estabelecimentos de trabalho, Atividades educacionais em saúde do trabalhador em caráter extra curric	40h	2	R\$ 7.400,13	R\$ 14.818,26	R\$ 88.900,50	R\$ 90.022,32
TOTAL LOTE 02:						R\$ 408.083,20	R\$ 432.108,56

FEIRA DE SANTANA - BAHIA, 12 DE ABRIL DE 2022.

*Roberto da Silva Ferreira*  
INSTITUTO DE PESQUISA SAÚDE E EDUCAÇÃO  
CNPJ: 63.110.431/0001-20

63.110.431/0001-20  
INSTITUTO DE PESQUISA SAÚDE  
E EDUCAÇÃO  
RUA DA GRÊCIA, 143  
SÃO JOÃO - CEP: 44.031-080  
TEL: (75) 3022-0048  
FEIRA DE SANTANA - BA

INSTITUTO DE PESQUISA SAÚDE E EDUCAÇÃO  
CNPJ Nº 63.110.431/0001-20  
RUA DA GRÊCIA, 143, SÃO JOÃO, CEP 44.031-080, FEIRA DE SANTANA-BA  
TEL: (75) 3022-0048 / 99214-9622

*Henrique Lima de Souza*  
Coord. Contratos e Convênios  
Mat: 24437-5

7/8

# INSTITUTO SALUSVITA

LICITANTE: INSTITUTO SALUS VITA GESTÃO EM SAÚDE			
END. COMERCIAL: Rua Guaíba, 03 1º andar - Caixa D'Água			
CIDADE: Salvador			UF: BAHIA
CEP: 40.320-590	EMAIL: salusvitagestaoesaude@gmail.com		FONE: (71) 99951-1665
CONTATO: Eduardo de Jesus Santos			
CNPJ: 09.085.883/0001-54		INSC. ESTADUAL:	
VALIDADE DA COTAÇÃO: 60 (SESSENTA) DIAS		REPRESENTANTE LEGAL: Eduardo de Jesus Santos	

A PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA – BAHIA

ATENDENDO A SOLICITAÇÃO, ESTAMOS APRESENTANDO NOSSA PROPOSTA DE PREÇOS PARA O GERENCIAMENTO E OPERACIONALIZAÇÃO NA PREFEITURA MUNICIPAL

<b>TAXA DE ADMINISTRAÇÃO (%):</b>	<b>18%</b>
-----------------------------------	------------

BLOCO 01 - CONSULTAS ESPECIALIZADAS							
IT EM	ESPECIFICAÇÃO	VALOR UNITÁRIO	QUANTIDADE E MENSAL ESTIMADA A SER CONTRATA DA	VALOR MENSAL DE ACORDO QUANTIDADE MENSAL ESTIMADA	QUANTIDADE TOTAL ESTIMADA A SER CONTRATADA	VALOR TOTAL DE ACORDO QUANTIDADE ESTIMADA DE PROCEDIMENTOS	VALOR TOTAL COM TAXA DE ADMNISTRAÇÃO
1	Consulta Médica Especializada - ALERGOLÓGISTA/ IMUNOLOGISTA.	R\$ 48,00	50	R\$ 2.300,00	300	R\$ 13.800,00	R\$ 16.284,00
2	Consulta Médica Especializada - ANESTESIOLOGISTA.	R\$ 48,00	290	R\$ 13.340,00	1740	R\$ 80.040,00	R\$ 94.447,20
3	Consulta Médica Especializada - ANGIOLOGISTA/CIRURGIÃO VASCULAR.	R\$ 48,00	290	R\$ 13.340,00	1740	R\$ 80.040,00	R\$ 94.447,20
5	Consulta Médica Especializada - CARDIOLOGISTA	R\$ 48,00	580	R\$ 26.880,00	3480	R\$ 160.080,00	R\$ 188.894,40
6	Consulta Médica Especializada - CARDIOLOGISTA PEDIÁTRICO.	R\$ 48,00	98	R\$ 4.608,00	588	R\$ 27.048,00	R\$ 31.916,64
7	Consulta Médica Especializada - CIRURGIÃO PEDIÁTRICO.	R\$ 48,00	190	R\$ 8.740,00	1140	R\$ 52.440,00	R\$ 61.879,20
8	Consulta Médica Especializada - CIRURGIÃO DE CABEÇA E PESCOÇO.	R\$ 48,00	290	R\$ 13.340,00	1740	R\$ 80.040,00	R\$ 94.447,20
9	Consulta Médica Especializada - CIRURGIÃO GERAL.	R\$ 48,00	580	R\$ 27.140,00	3540	R\$ 162.840,00	R\$ 192.151,20
10	Consulta Médica Especializada - CIRURGIÃO GINECOLÓGICO	R\$ 48,00	200	R\$ 9.200,00	1200	R\$ 55.200,00	R\$ 65.136,00
12	Consulta Médica Especializada - CIRURGIÃO TORÁCICO.	R\$ 48,00	100	R\$ 4.600,00	600	R\$ 27.600,00	R\$ 32.568,00
13	Consulta Médica Especializada - COLOPRÓCTOLOGISTA.	R\$ 48,00	290	R\$ 13.340,00	1740	R\$ 80.040,00	R\$ 94.447,20
14	Consulta Médica Especializada - DERMATOLOGISTA	R\$ 48,00	390	R\$ 17.940,00	2340	R\$ 107.640,00	R\$ 127.015,20

Henrique Lima de Souza  
Coord. Contratos e Convênios  
Mat. 24437-5  
22



# INSTITUTO SALUSVITA

15	Consulta Médica Especializada - ENDOCRINOLOGISTA E METABOLOGIA	R\$ 48,00	580	R\$ 28.680,00	3480	R\$ 160.080,00	R\$ 188.894,40
16	Consulta Médica Especializada - ENDOCRINOLOGISTA E METABOLOGIA PEDIÁTRICA.	R\$ 48,00	80	R\$ 3.880,00	480	R\$ 22.080,00	R\$ 26.054,40
17	Consulta de Profissional de Nível Superior (exceto médico) especializado - FONOAUDIÓLOGO.	R\$ 14,49	290	R\$ 4.202,10	1740	R\$ 25.212,80	R\$ 29.750,87
18	Consulta Médica Especializada - GASTROENTEROLOGISTA.	R\$ 48,00	380	R\$ 17.480,00	2280	R\$ 104.880,00	R\$ 123.758,40
18	Consulta Médica Especializada - GASTROENTEROLOGISTA PEDIÁTRICO.	R\$ 48,00	95	R\$ 4.370,00	570	R\$ 26.220,00	R\$ 30.939,60
20	Consulta Médica Especializada - GENETICISTA.	R\$ 48,00	95	R\$ 4.370,00	570	R\$ 26.220,00	R\$ 30.939,60
21	Consulta Médica Especializada - MÉDICO GERIATRA.	R\$ 48,00	200	R\$ 9.200,00	1200	R\$ 55.200,00	R\$ 65.136,00
22	Consulta Médica Especializada - GINECOLOGISTA E OBSTETRA	R\$ 48,00	3120	R\$ 143.820,00	18720	R\$ 881.120,00	R\$ 1.018.121,60
23	Consulta Médica Especializada - HEMATOLOGISTA.	R\$ 48,00	180	R\$ 8.740,00	1140	R\$ 52.440,00	R\$ 61.979,20
24	Consulta Médica Especializada - HEMATOLOGISTA PEDIÁTRICO.	R\$ 48,00	100	R\$ 4.800,00	600	R\$ 27.600,00	R\$ 32.568,00
25	Consulta Médica Especializada - HEPATOLOGISTA.	R\$ 48,00	290	R\$ 13.340,00	1740	R\$ 80.040,00	R\$ 94.447,20
26	Consulta Médica Especializada - INFECTOLOGISTA.	R\$ 48,00	294	R\$ 13.524,00	1764	R\$ 81.144,00	R\$ 95.749,92
27	Consulta Médica Especializada - MASTOLOGISTA.	R\$ 48,00	290	R\$ 13.340,00	1740	R\$ 80.040,00	R\$ 94.447,20
28	Consulta Médica Especializada - MÉDICO DO TRABALHO.	R\$ 48,00	998	R\$ 45.908,00	5988	R\$ 275.448,00	R\$ 325.028,64
29	Consulta Médica Especializada - NEFROLOGISTA.	R\$ 48,00	200	R\$ 9.200,00	1200	R\$ 55.200,00	R\$ 65.136,00
30	Consulta Médica Especializada em NEFROLOGISTA PEDIÁTRICO.	R\$ 48,00	100	R\$ 4.800,00	600	R\$ 27.600,00	R\$ 32.568,00
31	Consulta Médica Especializada - NEUROCIRURGIÃO.	R\$ 69,00	180	R\$ 10.820,00	1080	R\$ 63.720,00	R\$ 75.189,60
32	Consulta Médica Especializada - NEUROLOGISTA.	R\$ 59,00	480	R\$ 28.910,00	2940	R\$ 173.480,00	R\$ 204.682,80
33	Consulta Médica Especializada - NEUROPEDIATRA.	R\$ 69,00	800	R\$ 35.400,00	3600	R\$ 212.400,00	R\$ 250.632,00
34	Consulta Médica Especializada - OFTALMOLOGISTA PEDIÁTRICO.	R\$ 48,00	100	R\$ 4.800,00	600	R\$ 27.600,00	R\$ 32.568,00
35	Consulta Médica Especializada em ORTOPEDISTA.	R\$ 46,00	300	R\$ 13.800,00	1800	R\$ 82.800,00	R\$ 97.704,00
36	Consulta Médica Especializada - ORTOPEDISTA PEDIÁTRICO.	R\$ 48,00	100	R\$ 4.800,00	600	R\$ 27.600,00	R\$ 32.568,00
37	Consulta Médica Especializada - OTORRINOLARINGOLOGISTA.	R\$ 48,00	300	R\$ 13.800,00	1800	R\$ 82.800,00	R\$ 97.704,00
38	Consulta Médica Especializada - PNEUMOLOGISTA.	R\$ 48,00	476	R\$ 21.896,00	2856	R\$ 131.376,00	R\$ 155.023,88
39	Consulta Médica Especializada - PNEUMOLOGISTA PEDIÁTRICO.	R\$ 48,00	100	R\$ 4.800,00	600	R\$ 27.600,00	R\$ 32.568,00
40	Consulta Médica Especializada - PEDIATRA.	R\$ 48,00	2280	R\$ 103.980,00	13560	R\$ 623.760,00	R\$ 736.036,80
41	Consulta Médica Especializada - PSIQUIATRA.	R\$ 48,00	1340	R\$ 61.840,00	8040	R\$ 369.840,00	R\$ 436.411,20
42	Consulta Médica Especializada - REUMATOLOGISTA.	R\$ 48,00	390	R\$ 17.940,00	2340	R\$ 107.640,00	R\$ 127.015,20
44	Consulta Médica Especializada - UROLOGISTA.	R\$ 48,00	590	R\$ 27.140,00	3540	R\$ 162.840,00	R\$ 192.151,20
45	Consulta de Profissional de Nível Superior (exceto médico) especializado - TERAPEUTA OCUPACIONAL.	R\$ 14,49	200	R\$ 2.898,00	1200	R\$ 17.388,00	R\$ 20.517,84
<b>TOTAL</b>						<b>R\$ 4.998.158,60</b>	<b>R\$ 6.897.824,79</b>

## DADOS LOTE 02

IT EM	SERVIÇOS	CARGA HORARIA	QTD MENSAL	VALDR UNITÁRIO (R\$)	VALOR MENSAL (R\$)	TOTAL BRUTO SOLICITACAO (R\$)	VALOR TOTAL COM TAXA DE ADMINISTRAÇÃO (R\$)
1	SERVIÇO MÉDICO NA AUTORIZAÇÃO DE TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - MÉDICO REGULADOR/AUDITOR	20H	1	R\$ 3.704,87	R\$ 3.704,57	R\$ 22.227,42	R\$ 26.228,36
2	SERVIÇO MÉDICO NA REGULAÇÃO DE ACESSO AOS EXAMES, CONSULTAS E PROCEDIMENTOS ESPECIALIZADOS A NÍVEL AMBULATORIAL - MÉDICO REGULADOR/AUDITOR	40H	1	R\$ 7.409,13	R\$ 7.409,13	R\$ 44.454,78	R\$ 52.456,64

Henrique Lima de Souza  
Coord. Com. de Convênios  
Mat. 3.443,75



INSTITUTO  
**SALUSVITA**

3	SERVIÇO MÉDICO NA AUTORIZAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR (AIH) E PROCEDIMENTOS DE ALTA COMPLEXIDADE (APAC) - MÉDICO AUTORIZADOR/AUDITOR	20H	2	R\$ 3.704,57	R\$ 7.409,14	R\$ 44.454,84	R\$ 52.456,71
4	SERVIÇO MÉDICO NA AUTORIZAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR (AIH) E PROCEDIMENTOS DE ALTA COMPLEXIDADE (APAC), NAS ÁREAS DE CIRURGIA CARDÍACA E HEMODINÂMICA (ANGIOPLASTIA E CATETERISMO CARDÍACO) - MÉDICO CARDIOLOGISTA AUTORIZADOR/AUDITOR	40H	1	R\$ 7.409,13	R\$ 7.409,13	R\$ 44.454,78	R\$ 52.456,64
5	Serviço de Auditoria Médica na elaboração de relatórios, pareceres e autorização de Internação Hospitalar-MÉDICO AUDITOR	20h	2	R\$ 3.704,57	R\$ 7.409,14	R\$ 44.454,84	R\$ 52.456,71
6	Serviço de Auditoria Médica na elaboração de relatórios, pareceres e autorização de Internação Hospitalar-MÉDICO AUDITOR	40h	2	R\$ 7.409,13	R\$ 14.818,26	R\$ 88.909,56	R\$ 104.913,28
7	Serviço de investigação de óbito materno, infantil e fetal e causa mal definida	20h	1	R\$ 3.704,57	R\$ 3.704,57	R\$ 22.227,42	R\$ 26.228,36
8	Serviço de medicina do Trabalho - Elaboração e emissão de parecer sobre nexos causais, realização de inspeção sanitária em saúde do trabalhador nos ambientes e estabelecimentos de trabalho Atividades educativas em saúde do trabalhador em caráter extra muro	40h	2	R\$ 7.409,13	R\$ 14.818,26	R\$ 88.909,56	R\$ 104.913,28
TOTAL LOTE 02:						R\$ 400.093,20	R\$ 472.109,98

Salvador-BA, 13 de abril de 2022.

  
 INSTITUTO SALUS VITA GESTÃO EM SAÚDE

Henrique  
 Coord. Contratos e Convênios  
 Mat: 24437-5



Instituto  
BAHIA

254.419/0001-00  
INSTITUTO BAHIA  
R. João Durval Carneiro, 3665  
São João - CEP: 44.051-335  
Feira de Santana - BA

LICITANTE: INSTITUTO BAHIA		
END. COMERCIAL: AV. JOÃO DURVAL CARNEIRO, Nº 3665, BAIRRO SÃO JOÃO, ED. MULTIPLACE, SALA 904		
CIDADE: FEIRA DE SANTANA		UF: BAHIA
CEP: 44.051-335	EMAIL: adm@insitutobahia.org.br	FONE: (75) 3024-4005
CONTATO: ALBERTONE OLIVEIRA AMORIM		
CNPJ: 16.254.419/0001-00		INSC. ESTADUAL:
VALIDADE DA COTAÇÃO: 60 (SESENTA) DIAS		REPRESENTANTE LEGAL: ALBERTONE OLIVEIRA AMORIM

A PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA – BAHIA

ATENDENDO A SOLICITAÇÃO, ESTAMOS APRESENTANDO NOSSA PROPOSTA DE PREÇOS PARA O GERENCIAMENTO E OPERACIONALIZAÇÃO NA PREFEITURA MUNICIPAL

**TAXA DE ADMINISTRAÇÃO (%):** 15%

BLOCO 01 - CONSULTAS ESPECIALIZADAS							
IT EM	ESPECIFICAÇÃO	VALOR UNITÁRIO	QUANTIDADE E MENSAL ESTIMADA A SER CONTRATA DA	VALOR MENSAL DE ACORDO QUANTIDADE MENSAL ESTIMADA	QUANTIDADE E TOTAL ESTIMADA A SER CONTRATA DA	VALOR TOTAL DE ACORDO QUANTIDADE ESTIMADA DE PROCEDIMENTOS	VALOR TOTAL COM TAXA DE ADMINISTRAÇÃO
1	Consulta Médica Especializada - ALERGOLOGISTA/ IMUNOLOGISTA.	R\$ 46,00	50	R\$ 2.300,00	300	R\$ 13.800,00	R\$ 15.870,00
2	Consulta Médica Especializada - ANESTESIOLOGISTA.	R\$ 46,00	290	R\$ 13.340,00	1740	R\$ 80.040,00	R\$ 92.046,00
3	Consulta Médica Especializada – ANGIOLOGISTA/CIRURGIÃO VASCULAR.	R\$ 46,00	290	R\$ 13.340,00	1740	R\$ 80.040,00	R\$ 92.046,00
5	Consulta Médica Especializada - CARDIOLOGISTA	R\$ 46,00	580	R\$ 26.680,00	3480	R\$ 160.080,00	R\$ 184.092,00
6	Consulta Médica Especializada – CARDIOLOGISTA PEDIÁTRICO.	R\$ 46,00	98	R\$ 4.508,00	588	R\$ 27.048,00	R\$ 31.105,20
7	Consulta Médica Especializada - CIRURGIÃO PEDIÁTRICO.	R\$ 46,00	190	R\$ 8.740,00	1140	R\$ 52.440,00	R\$ 60.306,00

INSTITUTO BAHIA – CNPJ: 16.254.419/0001-00, AV. JOÃO DURVAL CARNEIRO, Nº 3665, BAIRRO SÃO JOÃO, ED. MULTIPLACE, SALA 904 – CEP 44.051-335, FEIRA DE SANTANA  
TELEFONE: (75) 3024-4005

Henrique de Souza  
Coord. Contratos e Convênios  
Mar: 24437-5

SECRETARIA MUNICIPAL  
Albertone Oliveira Amorim  
Presidente - ISBAHIA

# Instituto BAHIA

8	Consulta Médica Especializada - CIRURGIÃO DE CABEÇA E PESCOÇO.	R\$ 46,00	290	R\$ 13.340,00	1740	R\$ 80.040,00	R\$ 92.046,00
9	Consulta Médica Especializada - CIRURGIÃO GERAL.	R\$ 46,00	590	R\$ 27.140,00	3540	R\$ 162.840,00	R\$ 187.266,00
10	Consulta Médica Especializada - CIRURGIÃO GINECOLÓGICO	R\$ 46,00	200	R\$ 9.200,00	1200	R\$ 55.200,00	R\$ 63.480,00
12	Consulta Médica Especializada - CIRURGIÃO TORACICO.	R\$ 46,00	100	R\$ 4.600,00	600	R\$ 27.600,00	R\$ 31.740,00
13	Consulta Médica Especializada - COLOPROCTOLOGISTA.	R\$ 46,00	290	R\$ 13.340,00	1740	R\$ 80.040,00	R\$ 92.046,00
14	Consulta Médica Especializada - DERMATOLOGISTA	R\$ 46,00	390	R\$ 17.940,00	2340	R\$ 107.640,00	R\$ 123.786,00
15	Consulta Médica Especializada - ENDOCRINOLOGISTA E METABOLOGIA	R\$ 46,00	580	R\$ 26.680,00	3480	R\$ 160.080,00	R\$ 184.092,00
16	Consulta Médica Especializada - ENDOCRINOLOGISTA E METABOLOGIA PEDIÁTRICA.	R\$ 46,00	80	R\$ 3.680,00	480	R\$ 22.080,00	R\$ 25.392,00
17	Consulta de Profissional de Nível Superior (exceto médico) especializado - FONOAUDIÓLOGO.	R\$ 14,49	290	R\$ 4.202,10	1740	R\$ 25.212,60	R\$ 28.994,49
18	Consulta Médica Especializada - GASTROENTEROLOGISTA.	R\$ 46,00	380	R\$ 17.480,00	2280	R\$ 104.880,00	R\$ 120.612,00
19	Consulta Médica Especializada - GASTROENTEROLOGISTA PEDIÁTRICO.	R\$ 46,00	95	R\$ 4.370,00	570	R\$ 26.220,00	R\$ 30.153,00
20	Consulta Médica Especializada - GENETICISTA.	R\$ 46,00	95	R\$ 4.370,00	570	R\$ 26.220,00	R\$ 30.153,00
21	Consulta Médica Especializada - MÉDICO GERIATRA .	R\$ 46,00	200	R\$ 9.200,00	1200	R\$ 55.200,00	R\$ 63.480,00
22	Consulta Médica Especializada - GINECOLOGISTA E OBSTETRA	R\$ 46,00	3120	R\$ 143.520,00	18720	R\$ 861.120,00	R\$ 990.288,00
23	Consulta Médica Especializada - HEMATOLOGISTA.	R\$ 46,00	190	R\$ 8.740,00	1140	R\$ 52.440,00	R\$ 60.306,00
24	Consulta Médica Especializada - HEMATOLOGISTA PEDIÁTRICO.	R\$ 46,00	100	R\$ 4.600,00	600	R\$ 27.600,00	R\$ 31.740,00
25	Consulta Médica Especializada - HEPATOLOGISTA.	R\$ 46,00	290	R\$ 13.340,00	1740	R\$ 80.040,00	R\$ 92.046,00
26	Consulta Médica Especializada - INFECTOLOGISTA.	R\$ 46,00	294	R\$ 13.524,00	1764	R\$ 81.144,00	R\$ 93.315,60
27	Consulta Médica Especializada - MASTOLOGISTA.	R\$ 46,00	290	R\$ 13.340,00	1740	R\$ 80.040,00	R\$ 92.046,00
28	Consulta Médica Especializada - MÉDICO DO TRABALHO.	R\$ 46,00	998	R\$ 45.908,00	5988	R\$ 275.448,00	R\$ 316.765,20
29	Consulta Médica Especializada - NEFROLOGISTA	R\$ 46,00	200	R\$ 9.200,00	1200	R\$ 55.200,00	R\$ 63.480,00
30	Consulta Médica Especializada em NEFROLOGISTA PEDIÁTRICO.	R\$ 46,00	100	R\$ 4.600,00	600	R\$ 27.600,00	R\$ 31.740,00
31	Consulta Médica Especializada - NEUROCIRURGIÃO.	R\$ 59,00	180	R\$ 10.620,00	1080	R\$ 63.720,00	R\$ 73.278,00
32	Consulta Médica Especializada - NEUROLOGISTA.	R\$ 59,00	490	R\$ 28.910,00	2940	R\$ 173.460,00	R\$ 199.479,00
33	Consulta Médica Especializada - NEUROPEDIATRA.	R\$ 59,00	600	R\$ 35.400,00	3600	R\$ 212.400,00	R\$ 244.260,00
34	Consulta Médica Especializada - OFTALMOLOGISTA PEDIÁTRICO.	R\$ 46,00	100	R\$ 4.600,00	600	R\$ 27.600,00	R\$ 31.740,00
35	Consulta Médica Especializada em ORTOPEDISTA.	R\$ 46,00	300	R\$ 13.800,00	1800	R\$ 82.800,00	R\$ 95.220,00
36	Consulta Médica Especializada - ORTOPEDISTA PEDIÁTRICO.	R\$ 46,00	100	R\$ 4.600,00	600	R\$ 27.600,00	R\$ 31.740,00

INSTITUTO BAHIA - CNPJ: 18.254.419/0001-00, AV. JOÃO DURVAL CARNEIRO, Nº 3665, BAIRRO SÃO JOÃO, ED. MULTIPLACE, SALA 904 - CEP 44.051-335, FEIRA DE SANTANA-BRASIL  
TELEFONE: (75) 3024-4005

Henrique de Souza  
Coord. Cont. e Com. Int.  
Mat. 1: 24431-5



Antônio Oliveira Amorim  
Secretário Municipal de Saúde  
BAHIA

# Instituto BAHIA

37	Consulta Médica Especializada - OTORRINOLARINGOLOGISTA.	R\$ 46,00	300	R\$ 13.800,00	1800	R\$ 82.800,00	R\$ 95.220,00
38	Consulta Médica Especializada - PNEUMOLOGISTA.	R\$ 46,00	476	R\$ 21.896,00	2856	R\$ 131.376,00	R\$ 151.082,40
39	Consulta Médica Especializada - PNEUMOLOGISTA PEDIÁTRICO.	R\$ 46,00	100	R\$ 4.600,00	600	R\$ 27.600,00	R\$ 31.740,00
40	Consulta Médica Especializada - PEDIATRA.	R\$ 46,00	2260	R\$ 103.960,00	13560	R\$ 623.760,00	R\$ 717.324,00
41	Consulta Médica Especializada - PSQUIATRA.	R\$ 46,00	1340	R\$ 61.640,00	8040	R\$ 369.840,00	R\$ 425.316,00
42	Consulta Médica Especializada - REUMATOLOGISTA.	R\$ 46,00	390	R\$ 17.940,00	2340	R\$ 107.640,00	R\$ 123.786,00
44	Consulta Médica Especializada - UROLOGISTA.	R\$ 46,00	590	R\$ 27.140,00	3540	R\$ 162.840,00	R\$ 187.266,00
45	Consulta de Profissional de Nível Superior (exceto médico) especializado - TERAPEUTA OCUPACIONAL.	R\$ 14,49	200	R\$ 2.898,00	1200	R\$ 17.388,00	R\$ 19.996,20
TOTAL						R\$ 4.998.156,60	R\$ 5.747.880,09

## DADOS LOTE 02

IT EM	SERVIÇOS	CARGA HORARIA	QTD MENSAL	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR MENSAL (R\$)	TOTAL BRUTO SOLICITACAO (R\$)	VALOR TOTAL COM TAXA DE ADMINISTRAÇÃO (R\$)
1	SERVIÇO MÉDICO NA AUTORIZAÇÃO DE TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - MÉDICO REGULADOR/AUDITOR	20H	1	R\$ 3.704,57	R\$ 3.704,57	R\$ 22.227,42	R\$ 25.561,53
2	SERVIÇO MÉDICO NA REGULAÇÃO DE ACESSO AOS EXAMES, CONSULTAS E PROCEDIMENTOS ESPECIALIZADOS A NÍVEL AMBULATORIAL - MÉDICO REGULADOR/AUDITOR	40H	1	R\$ 7.409,13	R\$ 7.409,13	R\$ 44.454,78	R\$ 51.123,00
3	SERVIÇO MÉDICO NA AUTORIZAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR (AIH) E PROCEDIMENTOS DE ALTA COMPLEXIDADE (APAC) - MÉDICO AUTORIZADOR/AUDITOR	20H	2	R\$ 3.704,57	R\$ 7.409,14	R\$ 44.454,84	R\$ 51.123,07
4	SERVIÇO MÉDICO NA AUTORIZAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR (AIH) E PROCEDIMENTOS DE ALTA COMPLEXIDADE (APAC), NAS ÁREAS DE CIRURGIA CARDÍACA E HEMODINÂMICA (ANGIOPLASTIA E CATETERISMO CARDÍACO) - MÉDICO CARDIOLOGISTA AUTORIZADOR/AUDITOR	40H	1	R\$ 7.409,13	R\$ 7.409,13	R\$ 44.454,78	R\$ 51.123,00
5	Serviço de Auditoria Médica na elaboração de relatórios, pareceres e autorização de Internação Hospitalar-MÉDICO AUDITOR	20h	2	R\$ 3.704,57	R\$ 7.409,14	R\$ 44.454,84	R\$ 51.123,07
6	Serviço de Auditoria Médica na elaboração de relatórios, pareceres e autorização de Internação Hospitalar-MÉDICO AUDITOR	40h	2	R\$ 7.409,13	R\$ 14.818,26	R\$ 88.909,56	R\$ 102.245,99
7	Serviço de investigação de óbito materno, infantil e fetal e causa mal definida	20h	1	R\$ 3.704,57	R\$ 3.704,57	R\$ 22.227,42	R\$ 25.561,53

INSTITUTO BAHIA - CNPJ: 16.254.419/0001-00, AV. JOÃO DURVAL CARNEIRO, Nº 3665, BAIRRO SÃO JOÃO, ED. MULTIPLACE, SALA 904 - CEP 44.051-335, FEIRA DE SANTANA, BAHIA  
TELEFONE: (75) 3024-4005

Henrique Lima de Souza  
Coord. Cob. e Convênios  
Mat. 2447-5

Presidente - AMORIM  
BAHIA

# Instituto BAHIA

8	Serviço de medicina do Trabalho Elaboração e emissão de parecer sobre nexos causais, realização de inspeção sanitária em saúde do trabalhador nos ambientes e estabelecimentos de trabalho Atividades educativas em saúde do trabalhador em caráter extra muro	40h	2	R\$ 7.409,13	R\$ 14.818,26	R\$ 88.909,56	R\$ 102.245,99
TOTAL LOTE 02:						R\$ 400.093,20	R\$ 460.107,18

FEIRA DE SANTANA – BAHIA, 14 DE ABRIL DE 2022.

Albertone Oliveira Amorim  
Presidente - ISBAHIA  
INSTITUTO BAHIA  
CNPJ: 16.254.419/0001-00  
DR. ALBERTONE OLIVEIRA AMORIM  
CPF: 339.726.055-87

16.254.419/0001-00  
INSTITUTO BAHIA  
Av. Gov. João Durval Carneiro, 3665  
São João - CEP: 44.051-335  
Feira de Santana - BA

Henrique Silva de Souza  
Coord. Compras e Convênios  
Matr 24431-5

INSTITUTO BAHIA – CNPJ: 16.254.419/0001-00, AV. JOÃO DURVAL CARNEIRO, Nº 3665, BAIRRO SÃO JOÃO, ED. MULTIPLACE, SALA 904 – CEP 44.051-335, FEIRA DE SANTANA, BA.  
TELEFONE: (75) 3024-4005







**PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA**  
**SMS - DIRETORIA ADMINISTRATIVA**  
**COMPROVANTE DE ENCAMINHAMENTO**



**INFORMAÇÕES DE ORIGEM DO PROTOCOLO**

<b>Local (Setor )</b>	SMS - Diretoria Administrativa
<b>Protocolo (Nº)</b>	25026/2022
<b>Data e hora</b>	19/04/2022 10:31:29
<b>Texto de envio</b>	TR- Emergencial especialistas

HENRIQUE LIMA DE SOUZA  
Responsável pelo envio

SMS - Diretoria Administrativa  
Responsável do Setor

**RELAÇÃO DE PROTOCOLOS**

<b>Descrição</b>	<b>Detalhamento do Protocolo</b>
Comunicação Interna TR- Emergencial especialistas SMS HENRIQUE LIMA DE SOUZA	Solicitamos classificação orçamentaria

**RECIBO**

*Confirmo o recebimento do(s) protocolo(s) na quantidade de 1, conforme registros no Sistema de Gestão Eletrônica de Protocolos (GEP) de Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista.*

**Protocolo Nº:**  
25026/2022

**Data/Hora de origem:**  
19/04/2022 10:31:29

**Local (Origem):**  
SMS - Diretoria Administrativa

**Local (Destino):**  
SMS - Coordenação Orçamentaria, Financeira e Contabil

Resp. (Recebimento)

SMS - COORDENAÇÃO ORÇAMENTARIA,  
FINANCEIRA E CONTABIL

VITÓRIA DA CONQUISTA \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA  
SECRETARIA DE SAÚDE  
DIRETORIA FINANCEIRA



Protocolo - **25026/2022**

TR- Emergencial especialistas

Vitória da Conquista, 20 de abril de 2022

Ratificamos os recursos orçamentários a serem utilizados para acorrer as despesas decorrentes da pretensa contratação, conforme indicado a seguir:

Órgão: 2600

Projetos / Atividades: 1.201; 2.201; 2.205; 1.207; 1.208; 2.206; 1.210; 1.211; 1.212; 1.213; 2.210; 2.213; 2.214.

Elemento de Despesa: 3.3.90.39

Subelemento: 99041; 99065; 99067

Fonte de Recurso: Tesouro Municipal, Estadual e/ou Federal

Atenciosamente,

**EDINAEL DOS SANTOS PARDIM**  
DIRETOR FINANCEIRO  
24559-0  
DIRETORIA FINANCEIRA - SMS

Endereço: Praça Joaquim Correia- Nº 55  
Centro - Vitória da Conquista - Ba - CEP: 45000-600  
Telefones: (77) 3424-8915 - (77) 3424-8901  
1740



PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**VITÓRIA DA  
CONQUISTA**

807



**PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA**  
**SMS - DIRETORIA ADMINISTRATIVA**  
**COMPROVANTE DE ENCAMINHAMENTO**



**INFORMAÇÕES DE ORIGEM DO PROTOCOLO**

<b>Local (Setor )</b>	SMS - Diretoria Administrativa
<b>Protocolo (Nº)</b>	25026/2022
<b>Data e hora</b>	20/04/2022 15:56:54
<b>Texto de envio</b>	TR- Emergencial especialistas

  
HENRIQUE LIMA DE SOUZA  
Responsável pelo envio

SMS - Diretoria Administrativa  
Responsável do Setor

**RELAÇÃO DE PROTOCOLOS**

<b>Descrição</b>	<b>Detalhamento do Protocolo</b>
Comunicação Interna TR- Emergencial especialistas SMS HENRIQUE LIMA DE SOUZA	Solicitamos que seja dado os encaminhamentos necessarios para Consulta Juridica junto a PGM

**RECIBO**

*Confirmo o recebimento do(s) protocolo(s) na quantidade de 1, conforme registros no Sistema de Gestão Eletrônica de Protocolos (GEP) de Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista.*

**Protocolo Nº:**  
25026/2022

**Data/Hora de origem:**  
20/04/2022 15:56:54

**Local (Origem):**  
SMS - Diretoria Administrativa

**Local (Destino):**  
SMS - Gabinete do Secretário

\_\_\_\_\_  
Resp. (Recebimento)

\_\_\_\_\_  
SMS - GABINETE DO SECRETÁRIO

VITÓRIA DA CONQUISTA \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

81  
8



**PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA**  
**SMS - GABINETE DO SECRETÁRIO**  
**COMPROVANTE DE ENCAMINHAMENTO**



**INFORMAÇÕES DE ORIGEM DO PROTOCOLO**

<b>Local (Setor )</b>	SMS - Gabinete do Secretário
<b>Protocolo (Nº)</b>	25026/2022
<b>Data e hora</b>	20/04/2022 16:04:35
<b>Texto de envio</b>	TR- Emergencial especialistas

Monica Moreira Amorim  
Responsável pelo envio

SMS - Gabinete do Secretário  
Responsável do Setor

**RELAÇÃO DE PROTOCOLOS**

<b>Descrição</b>	<b>Detalhamento do Protocolo</b>
Comunicação Interna TR- Emergencial especialistas SMS Monica Moreira Amorim	Prezados, Solicitamos de Vossa Senhoria, os encaminhamentos necessários para emissão e deliberação de Parecer Jurídico, junto à esta Procuradoria da S [...]

**RECIBO**

*Confirmo o recebimento do(s) protocolo(s) na quantidade de 1, conforme registros no Sistema de Gestão Eletrônica de Protocolos (GEP) de Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista.*

**Protocolo Nº:**  
25026/2022

**Data/Hora de origem:**  
20/04/2022 16:04:35

**Local (Origem):**  
SMS - Gabinete do Secretário

**Local (Destino):**  
PGM - Procuradoria Geral

Resp. (Recebimento)

PGM - PROCURADORIA GERAL

VITÓRIA DA CONQUISTA

20/04/22

82



**PARECER 002/2022 - PGM**

ADMINISTRATIVO. CONTRATAÇÃO POR MEIO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO DE PESSOAS JURÍDICAS ESPECIALIZADAS OBJETIVANDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE. DISPENSA QUE SE IMPÕE COM BASE NOS TERMOS LEGAIS PREVISTOS NO ARTIGO 24, INCISO IV E 26 DA LEI 8.666/93.

**RELATÓRIO**

Trata-se de consulta formulada pela Diretoria Administrativa, para análise dos autos do processo nº 25026/2022, que versa sobre a possibilidade de contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços médicos.

Aduz órgão que a presente contratação se faz necessária tendo em vista o vencimento dos contratos dos médicos contratados, e, a prorrogação destes estaria de encontro com a Lei Orgânica do Município, uma vez que exige um lapso temporal de 6 (seis) meses para uma nova contratação nos mesmos moldes.

Sendo assim, a falta dos serviços ora prestados, trará danos irreparáveis aos munícipes. Outrossim, a Poder Público não pode deixar de prestar assistência médica à população conquistense, bem como aos municípios pactuados.

Os autos, contendo 01 (um) volume e 82 páginas, foram regularmente formalizados e encontram-se instruídos com os seguintes documentos, no que importa a presente análise:





- a) Solicitação de Dispensa de Licitação, fls.02;
- b) Termo de Referência, fls. 03-12;
- c) Pedido de Cotação dos preços, fls.72;**
- d) Documentação da empresa, fls. 13-36;
- e) Atestado de capacidade técnica, fls. 37-51;
- f) Documentação da empresa, fls. 52-58;
- g) Certidões, fls. 59-67;
- h) Cotações, fls. 68-78;
- i) Dotação orçamentária, fls. 80.

Na sequência, o processo foi remetido a esta Procuradoria, protocolado no dia 20/04/2022, para a análise dos aspectos jurídicos e formais da presente solicitação de Dispensa de Licitação.

É o que convém relatar.

#### DA ANÁLISE JURÍDICA

#### Considerações Preliminares

Inicialmente, registre-se que os pronunciamentos desta Procuradoria, nos processos de Consulta, são confeccionados sempre em tese, razão pela qual não nos cabe analisar e opinar diante do caso concreto apresentado.

Impõe-se destacar, ainda, que a esta Procuradoria incube apenas a análise dos aspectos jurídicos dos questionamentos formulados nos termos do art. 100 da Lei Orgânica Municipal e Leis Municipais nº 421/87, 1.603/2009 e 1.760/2011, bem como legislação e doutrina pertinentes ao caso, abstraídas as questões de ordem técnica, financeira e vernacular, ou mesmo os aspectos de conveniência e oportunidade, alheios à missão deste Órgão.





Insta salientar também que, conforme o artigo supracitado, cabe à Procuradoria as atividades de consultoria e assessoramento jurídico ao Poder Executivo. Dessa forma, este órgão responde diretamente ao Prefeito e aos Secretários, devendo qualquer solicitação ser direcionada aos mesmos, que, entendendo ser necessário, encaminharão à Procuradoria.

Ademais, ressalte-se que, na casuística, tendo em vista as peculiaridades de cada situação posta, esta Procuradoria Jurídica, mediante opinativos provenientes de Procuradores diversos, pode emitir pronunciamento dissonante sobre o assunto ora tratado.

#### Do Mérito

É fato substancialmente notório, que cabe à administração pública responder pela pronta viabilização dos serviços a ela inerentes, cujo atendimento afigura-se essencial.

Pois bem, é fato que o procedimento licitatório é o meio pelo qual a Administração possibilita aos interessados a contratação do ente público estatal, utilizando-se do princípio da livre concorrência.

Recebidas as propostas, serão averiguadas quais empresas se adequam, sob critérios estritamente legais, à necessidade e conveniência estatal, em adquirir bens ou prestação de serviços. O selecionado, por consequência, deve proporcionar uma negociação mais vantajosa, menos onerosa para a administração pública, respeitando-se os princípios constitucionais da legalidade, isonomia, impessoalidade, eficiência, moralidade e publicidade.





Segundo o mestre Hely Lopes Meirelles, a "Licitação é o procedimento administrativo mediante o qual a Administração seleciona a proposta mais vantajosa para o contrato de seu interesse".

Nesse passo, na esteira do disposto no artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal e o artigo 2º da Lei 8.666/93, respectivamente, que estabelece a obrigatoriedade das licitações, tem-se que:

Artigo 37:

(...)

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Art. 2º As obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações, concessões, permissões e locações da Administração Pública, quando contratadas com terceiros, serão necessariamente precedidas de licitação, ressalvadas as hipóteses previstas nesta Lei.

Não obstante as exortações de cunho constitucional assim fixarem, existem hipóteses em que, legitimamente contratos podem ser celebrados diretamente com a Administração Pública, sem que a licitação seja realizada. Tais exceções são classificadas em licitação dispensada, dispensável e inexigível.

A exceção, entretanto, só será legitimada mediante motivação expressa e instrumentada, que deverá ser firmada pela autoridade







administrativa competente. A exigência de motivação encontra-se expressa no artigo 26 da Lei 8.666/93, que assim dispõe:

Art. 26. As dispensas previstas nos §§ 2o e 4o do art. 17 e no inciso III e seguintes do art. 24, as situações de inexigibilidade referidas no art. 25, necessariamente justificadas, e o retardamento previsto no final do parágrafo único do art. 8o desta Lei deverão ser comunicados, dentro de 3 (três) dias, à autoridade superior, para ratificação e publicação na imprensa oficial, no prazo de 5 (cinco) dias, como condição para a eficácia dos atos.

Parágrafo único. O processo de dispensa, de inexigibilidade ou de retardamento, previsto neste artigo, será instruído, no que couber, com os seguintes elementos:

I - caracterização da situação emergencial, calamitosa ou de grave e iminente risco à segurança pública que justifique a dispensa, quando for o caso; (Redação dada pela Lei nº 13.500 de 2017)

II - razão da escolha do fornecedor ou executante;

III - justificativa do preço.

IV - documento de aprovação dos projetos de pesquisa aos quais os bens serão alocados. (Incluído pela Lei nº 9.648 de 1998)

Considerando-se a legislação que regulamenta o assunto em tela, verifica-se que dispensa de licitação se traduz na possibilidade de o particular celebrar contrato direto com a Administração Pública, sem passar pelo crivo do processo licitatório. Em casos em que exista essa possibilidade, logicamente que o administrador tem a faculdade de licitar ou não, levando sempre em consideração o interesse público.

Vale salientar que na dispensa do processo licitatório, o intento de competição, de concorrência existe, como é da índole licitatória, por força legal e margem mínima discricionária, surge à possibilidade de autorização de contratação direta com o ente público.





É que a Lei nº 8.666/93, taxativamente em seu artigo 24, estabelece rol de hipóteses restritas mediante o qual se permite a dispensa de licitação, observando-se nesse particular que as principais hipóteses são relacionadas às aquisições de baixo custo, às situações emergências e calamidade pública, e à aquisição ou aluguel de imóvel, por exemplo.

As situações referidas, se enquadra no caso *sub examine* por meio do artigo 24, inciso IV, cujo teor é o seguinte, *in verbis*:

Art. 24 É dispensável a licitação:

(...)

IV- nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência de emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos; (Grifo nosso)

Sobre o tema, dilucida o administrativista Lucas Rocha Furtado, Procurador Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União, *verbis*:

“A lei dispensa a licitação quando a demora na realização do procedimento licitatório for incompatível com a urgência na execução do contrato. Verificamos essas hipóteses em casos de emergência ou de calamidade pública (art. 24, IV). (...) Quanto á urgência de atendimento, o segundo pressuposto da aplicação do citado art. 24, IV, que legitima a contratação sem licitação, é aquela urgência qualificada pelo risco da





ocorrência de prejuízo ou comprometimento da segurança de pessoas ou bens públicos e particulares, caso as medidas requeridas não sejam adotadas de pronto". (In Curso de Licitações e Contratos Administrativos, págs.74/75, 2ª Edição, Editora Fórum).

Vê-se, assim, que alguns aspectos precisam ser avaliados pela Administração Pública quando da contratação emergencial. Urge restar demonstrada, concreta e efetivamente, a potencialidade de dano às pessoas, obras, serviços, equipamentos ou outros bens, públicos ou particulares.

Dessa forma, verifica-se que o presente caso parece se adequar a previsão legal, diante da ausência de possibilidades de prorrogar os contratos dos médicos, cuja vigência já se esgotou, uma vez que a Lei Orgânica Municipal em seu artigo 89, Parágrafo único, veda a contratação durante 6 (seis) meses após findas as funções.

Nesse sentido, cumpre ressaltar que a carência dos serviços médicos à população causaria graves prejuízos aos munícipes que utilizam os serviços, estes considerados essenciais para a população. Reitera-se que no caso em comento, resta caracterizada a dispensabilidade do procedimento, em razão das circunstâncias antes alinhavadas que sobrelevam à toda evidência a presente contratação, pela razoabilidade do procedimento levado em consideração a preservar os princípios que norteiam a Administração Pública.

Colhe-se a justificativa da contratação prevista no Termo de Referência (pág. 03):

*"A necessidade da presente contratação emergencial se deu em decorrência do vencimento dos contratos dos Médicos contratados, e a prorrogação afrontaria dispositivos da lei orgânica municipal e princípios constitucionais.*





*Assim, o poder público municipal não pode deixar de prestar assistência médica a população conquistense e aos municípios pactuados.*

*A falta desses serviços trará danos aos munícipes, danos estes que podem ser irreparáveis”.*

Ademais, seja em razão de critérios de legalidade, economicidade, razoabilidade, eficiência e coerência, seria, dentro do contexto, submeter à administração pública a um procedimento desnecessários, sobretudo quando a proposta em questão se afigura em conformidade aos ~~parâmetros~~ econômicos mercadológicos contemporaneamente ofertados.

Outrossim, ~~existindo fundamentada justificativa~~ acerca da contratação de serviço de fornecimento de razoável valor, como se afigura o presente caso, e sem qualquer indício de pagamento em valor desproporcional ao preço de mercado. Portanto, a conduta do agente público resta em sintonia ao que preceituam os princípios constitucionais informativos da administração pública.

Nessa linha, cabe trazer à lume o que diz o Termo de Referência sobre a justificativa de preço:

*“Os valores ora definidos no presente termos para as consultas médicas encontra-se aprovadas pelo Conselho Municipal de saúde de Vitória da Conquista. Acrescido a taxa de administração conforme cotação”.*

**Da designação de representante para fiscalizar a execução do contrato**



90



A fiscalização e o acompanhamento da execução dos contratos representam uma garantia à Administração Pública de que os bens e serviços serão executados na quantidade e qualidade contratados. Ou seja, sem a devida fiscalização, agravam as chances de ocorrerem falhas as quais podem ser prejudiciais a sociedade pois receberia a prestação de um serviço mal executado ou um bem de qualidade duvidosa.

A Administração Pública tem o poder-dever de fiscalizar e acompanhar a execução dos contratos. Sendo assim, a Administração tem o dever de designar um agente público (ou mais, ao depender da complexidade do objeto) para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos. É o que estabelece o artigo 67 da Lei nº 8.666/1993.

Nota-se que a atividade de fiscalização e acompanhamento dos contratos é privativa do ente estatal, realizada por meio de um representante formalmente designado, não podendo ser terceirizada.

Sendo assim, conclui-se que a nomeação de um fiscal competente se faz imprescindível para a execução dos contratos na Administração Pública, a fim de garantir que sejam relatados todos os acontecimentos e situações ocorridas na entrega do que foi acordado entre o ente público e o particular, além de assegurar a qualidade do produto e/ou serviço.

**Nos autos do processo em análise, verificou-se a ausência da referida designação, o que poderia ter sido feita nos próprios autos no termo de referência. Dessa forma, considerando o disposto na legislação, bem como em orientações do Tribunal de Contas da União, acerca da fiscalização dos contratos administrativos, no que pese a normatização do ato administrativo de designação do representante**





**para fiscalizar a execução do contrato, recomenda-se que seja feita a nomeação nos autos.**

### **CONCLUSÃO**

Em sendo assim, com fulcro no art. 24, inciso IV e 26 da Lei nº 8.666/93, concluímos pela possibilidade do pleito, ressalvando que deverá ser comprovado nos autos que a proposta ofertada é a mais vantajosa para a administração, além da demonstração de que o valor contratado é equivalente ao praticado no mercado.

**Insta salientar que fora verificado a ausência de designação do fiscal da execução do contrato, recomendando-se, pois, que seja realizada em tempo hábil, a fim de dar andamento ao processo.**

**Ademais, recomenda-se que o setor requisitante deverá observar o que está disposto na Circular nº 002/2021 SMS, que dispõe sobre os critérios e documentações exigidas para o procedimento dos processos de dispensa de licitação.**

Sem mais para o momento, subscrevo o presente.

Vitória da Conquista - BA, 26 de abril de 2022.

**Matheus Silva Souza**

**Subprocurador-Geral**

**OAB/BA 38.342 – Matrícula 24.694-7**





**PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA**  
**SMS - GABINETE DO SECRETÁRIO**  
**COMPROVANTE DE ENCAMINHAMENTO**



**INFORMAÇÕES DE ORIGEM DO PROTOCOLO**

<b>Local (Setor )</b>	SMS - Gabinete do Secretário
<b>Protocolo (Nº)</b>	25026/2022
<b>Data e hora</b>	27/04/2022 17:39:14
<b>Texto de envio</b>	TR- Emergencial especialistas

Monica Moreira Amorim  
Responsável pelo envio

SMS - Gabinete do Secretário  
Responsável do Setor

**RELAÇÃO DE PROTOCOLOS**

<b>Descrição</b>	<b>Detalhamento do Protocolo</b>
Comunicação Interna TR- Emergencial especialistas SMS Monica Moreira Amorim	Prezados, De ordem da Secretária de Saúde encaminho Parecer Jurídico Nº 002/2022-PGM/SMS do Processo Nº 25026/ [...]

**RECIBO**

*Confirmo o recebimento do(s) protocolo(s) na quantidade de 1, conforme registros no Sistema de Gestão Eletrônica de Protocolos (GEP) de Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista.*

**Protocolo Nº:**  
25026/2022

**Data/Hora de origem:**  
27/04/2022 17:39:14

**Local (Origem):**  
SMS - Gabinete do Secretário

**Local (Destino):**  
SMS - Diretoria Administrativa

\_\_\_\_\_  
Resp. (Recebimento)

\_\_\_\_\_  
SMS - DIRETORIA ADMINISTRATIVA

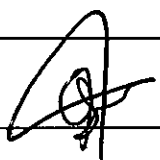
VITÓRIA DA CONQUISTA \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_



**PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA**  
**SMS - DIRETORIA ADMINISTRATIVA**  
**COMPROVANTE DE ENCAMINHAMENTO**



**INFORMAÇÕES DE ORIGEM DO PROTOCOLO**

<b>Local (Setor )</b>	SMS - Diretoria Administrativa
<b>Protocolo (Nº)</b>	25026/2022
<b>Data e hora</b>	28/04/2022 09:35:15
<b>Texto de envio</b>	TR- Emergencial especialistas
<div> HENRIQUE LIMA DE SOUZA Responsável pelo envio</div> <div>SMS - Diretoria Administrativa Responsável do Setor</div>	

**RELAÇÃO DE PROTOCOLOS**

<b>Descrição</b>	<b>Detalhamento do Protocolo</b>
Comunicação Interna TR- Emergencial especialistas SMS HENRIQUE LIMA DE SOUZA	Encaminhamento a CATA para as providências necessárias

**RECIBO**

*Confirmo o recebimento do(s) protocolo(s) na quantidade de 1, conforme registros no Sistema de Gestão Eletrônica de Protocolos (GEP) de Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista.*

**Protocolo Nº:**

25026/2022

**Data/Hora de origem:**

28/04/2022 09:35:15

**Local (Origem):**

SMS - Diretoria Administrativa

**Local (Destino):**

SMS - Coordenação de Apoio Técnico  
Administrativo

Resp. (Recebimento)

SMS - COORDENAÇÃO DE APOIO TÉCNICO  
ADMINISTRATIVO

VITÓRIA DA CONQUISTA \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_





PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA  
SECRETARIA DE SAÚDE  
DIRETORIA ADMINISTRATIVA



Protocolo - 25026/2022

TR- Emergencial especialistas

Vitória da Conquista, 28 de abril de 2022

Em atendimento ao Parecer Jurídico 002/2022 PGM, informamos que:

Conforme item 12.1.4, foram designados como responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização do contrato as servidoras: Clariana Nascimento Ferraz Graziani, Matrícula 24732-5 e a servidora Glêissia Amorim Tigre, Matrícula: 246509, ou quem a estes substituir.

Atenciosamente

**HENRIQUE LIMA DE SOUZA**  
SERVIDOR  
24437-5  
DIRETORIA ADMINISTRATIVA - SMS



95



## REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

## CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA



NÚMERO DE INSCRIÇÃO  
63.110.431/0001-20  
MATRIZ

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO  
CADASTRAL

DATA DE ABERTURA  
06/04/1992

NOME EMPRESARIAL  
INSTITUTO DE PESQUISA SAUDE E EDUCACAO

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)  
IPSE

PORTE  
DEMAIS

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL  
94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS  
 32.50-7-06 - Serviços de prótese dentária  
 36.00-6-02 - Distribuição de água por caminhões  
 37.02-9-00 - Atividades relacionadas a esgoto, exceto a gestão de redes  
 43.99-1-03 - Obras de alvenaria  
 65.50-2-00 - Planos de saúde  
 69.11-7-01 - Serviços advocatícios  
 70.20-4-00 - Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica  
 72.20-7-00 - Pesquisa e desenvolvimento experimental em ciências sociais e humanas  
 74.90-1-05 - Agenciamento de profissionais para atividades esportivas, culturais e artísticas  
 75.00-1-00 - Atividades veterinárias  
 78.20-5-00 - Locação de mão-de-obra temporária  
 85.99-6-04 - Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial  
 86.10-1-01 - Atividades de atendimento hospitalar, exceto pronto-socorro e unidades para atendimento a urgências  
 86.10-1-02 - Atividades de atendimento em pronto-socorro e unidades hospitalares para atendimento a urgências  
 86.21-6-02 - Serviços móveis de atendimento a urgências, exceto por UTI móvel  
 86.30-5-01 - Atividade médica ambulatorial com recursos para realização de procedimentos cirúrgicos  
 86.30-5-02 - Atividade médica ambulatorial com recursos para realização de exames complementares  
 86.30-5-03 - Atividade médica ambulatorial restrita a consultas  
 86.30-5-04 - Atividade odontológica  
 86.30-5-07 - Atividades de reprodução humana assistida

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA  
399-9 - Associação Privada

LOGRADOURO  
R DA GRECIA

NÚMERO  
145

COMPLEMENTO  
\*\*\*\*\*

CEP  
44.051-698

BAIRRO/DISTRITO  
SAO JOAO

MUNICÍPIO  
FEIRA DE SANTANA

UF  
BA

ENDEREÇO ELETRÔNICO  
IPSERECEPCAO@GMAIL.COM

TELEFONE  
(75) 3022-0048

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)  
\*\*\*\*\*

SITUAÇÃO CADASTRAL  
ATIVA

DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL  
03/11/2005

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL  
\*\*\*\*\*

DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL  
\*\*\*\*\*

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 28/04/2022 às 11:02:27 (data e hora de Brasília).

Página: 1/3

96



**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**  
**CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA**



NÚMERO DE INSCRIÇÃO <b>63.110.431/0001-20</b> MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA <b>06/04/1992</b>
--	---	---------------------------------------

NOME EMPRESARIAL <b>INSTITUTO DE PESQUISA SAUDE E EDUCACAO</b>
---

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS <b>86.30-5-99 - Atividades de atenção ambulatorial não especificadas anteriormente</b> <b>86.40-2-02 - Laboratórios clínicos</b> <b>86.40-2-03 - Serviços de diálise e nefrologia</b> <b>86.40-2-04 - Serviços de tomografia</b> <b>86.40-2-05 - Serviços de diagnóstico por imagem com uso de radiação ionizante, exceto tomografia</b> <b>86.40-2-06 - Serviços de ressonância magnética</b> <b>86.40-2-07 - Serviços de diagnóstico por imagem sem uso de radiação ionizante, exceto ressonância magnética</b> <b>86.40-2-08 - Serviços de diagnóstico por registro gráfico - ECG, EEG e outros exames análogos</b> <b>86.40-2-09 - Serviços de diagnóstico por métodos ópticos - endoscopia e outros exames análogos</b> <b>86.40-2-10 - Serviços de quimioterapia</b> <b>86.40-2-11 - Serviços de radioterapia</b> <b>86.40-2-12 - Serviços de hemoterapia</b> <b>86.50-0-01 - Atividades de enfermagem</b> <b>86.50-0-02 - Atividades de profissionais da nutrição</b> <b>86.50-0-03 - Atividades de psicologia e psicanálise</b> <b>86.50-0-04 - Atividades de fisioterapia</b> <b>86.50-0-05 - Atividades de terapia ocupacional</b> <b>86.50-0-06 - Atividades de fonoaudiologia</b> <b>86.50-0-07 - Atividades de terapia de nutrição enteral e parenteral</b> <b>86.50-0-99 - Atividades de profissionais da área de saúde não especificadas anteriormente</b>
--

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA <b>399-9 - Associação Privada</b>
--

LOGRADOURO <b>R DA GRECIA</b>	NÚMERO <b>145</b>	COMPLEMENTO <b>*****</b>
----------------------------------	----------------------	-----------------------------

CEP <b>44.051-698</b>	BAIRRO/DISTRITO <b>SAO JOAO</b>	MUNICÍPIO <b>FEIRA DE SANTANA</b>	UF <b>BA</b>
--------------------------	------------------------------------	--------------------------------------	-----------------

ENDEREÇO ELETRÔNICO <b>IPSERECEPCAO@GMAIL.COM</b>	TELEFONE <b>(75) 3022-0048</b>
--	-----------------------------------

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) <b>*****</b>
---

SITUAÇÃO CADASTRAL <b>ATIVA</b>	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL <b>03/11/2005</b>
------------------------------------	---

MDTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL
------------------------------

SITUAÇÃO ESPECIAL <b>*****</b>	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL <b>*****</b>
-----------------------------------	---

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **28/04/2022** às **11:02:27** (data e hora de Brasília).

Página: 2/3

97



# REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



## CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO <b>63.110.431/0001-20</b> <b>MATRIZ</b>	<b>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</b>	DATA DE ABERTURA <b>06/04/1992</b>
NOME EMPRESARIAL <b>INSTITUTO DE PESQUISA SAUDE E EDUCACAO</b>		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS <b>86.90-9-01 - Atividades de práticas integrativas e complementares em saúde humana</b> <b>86.90-9-99 - Outras atividades de atenção à saúde humana não especificadas anteriormente</b> <b>87.12-3-00 - Atividades de fornecimento de infra-estrutura de apoio e assistência a paciente no domicílio</b> <b>87.20-4-01 - Atividades de centros de assistência psicossocial</b> <b>87.20-4-99 - Atividades de assistência psicossocial e à saúde a portadores de distúrbios psíquicos, deficiência mental e dependência química e grupos similares não especificadas anteriormente</b> <b>87.30-1-99 - Atividades de assistência social prestadas em residências coletivas e particulares não especificadas anteriormente</b> <b>88.00-6-00 - Serviços de assistência social sem alojamento</b> <b>93.13-1-00 - Atividades de condicionamento físico</b> <b>93.19-1-99 - Outras atividades esportivas não especificadas anteriormente</b>		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA <b>399-9 - Associação Privada</b>		
LOGRADOURO <b>R DA GRECIA</b>	NÚMERO <b>145</b>	COMPLEMENTO <b>*****</b>
CEP <b>44.051-698</b>	BAIRRO/DISTRITO <b>SAO JOAO</b>	MUNICÍPIO <b>FEIRA DE SANTANA</b>
ENDEREÇO ELETRÔNICO <b>IPSERECEPCAO@GMAIL.COM</b>		UF <b>BA</b>
TELEFONE <b>(75) 3022-0048</b>		
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) <b>*****</b>		
SITUAÇÃO CADASTRAL <b>ATIVA</b>	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL <b>03/11/2005</b>	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL <b>*****</b>	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL <b>*****</b>	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **28/04/2022** às **11:02:27** (data e hora de Brasília).

Página: 3/3

98



Dúvidas mais Frequentes | Início | V - 1

## Histórico do Empregador

O Histórico do Empregador apresenta os registros dos CRF concedidos nos últimos 24 meses, conforme Manual de Orientações Regularidade do Empregador.

Inscrição: 63.110.431/0001-20

Razão social: INSTITUTO DE PESQUISA SAUDE E EDUCACAO

Data de Emissão/Leitura	Data de Validade	Número do CRF
17/04/2022	17/04/2022 a 16/05/2022	2022041700344825683320
03/03/2022	29/03/2022 a 27/04/2022	2022032900393729023876
03/03/2022	10/03/2022 a 08/04/2022	2022031000515261799198
19/02/2022	19/02/2022 a 20/03/2022	2022021900544425394530
31/01/2022	31/01/2022 a 01/03/2022	2022013101202383372369
12/01/2022	12/01/2022 a 10/02/2022	2022011201412531393774
24/12/2021	24/12/2021 a 22/01/2022	2021122400370116443767
05/12/2021	05/12/2021 a 03/01/2022	2021120500215689199007
16/11/2021	16/11/2021 a 15/12/2021	2021111600245889171803
28/10/2021	28/10/2021 a 26/11/2021	2021102809505606807601
23/09/2021	23/09/2021 a 22/10/2021	2021092301331320018470
04/09/2021	04/09/2021 a 03/10/2021	2021090401403437343303
16/08/2021	16/08/2021 a 14/09/2021	2021081601131474436225
28/07/2021	28/07/2021 a 26/08/2021	2021072801331783727640
06/06/2021	28/06/2021 a 27/07/2021	2021062822012383595795
29/05/2021	29/05/2021 a 27/06/2021	2021052923203818690835
29/04/2021	29/04/2021 a 28/05/2021	2021042901330689983558
10/04/2021	10/04/2021 a 07/08/2021	2021041001380765435545
22/03/2021	22/03/2021 a 20/04/2021	2021032201184169282236
03/03/2021	03/03/2021 a 01/04/2021	2021030301410255499276
10/02/2021	10/02/2021 a 11/03/2021	2021021002265096976814
22/01/2021	22/01/2021 a 20/02/2021	2021012203512859743310
03/01/2021	03/01/2021 a 01/02/2021	2021010303020021366147
15/12/2020	15/12/2020 a 13/01/2021	2020121504520523689287
26/11/2020	26/11/2020 a 25/12/2020	2020112603461183433966
07/11/2020	07/11/2020 a 06/12/2020	2020110701473138706615
19/10/2020	19/10/2020 a 17/11/2020	2020101901155420176084
30/09/2020	30/09/2020 a 29/10/2020	2020093001370260875920
11/09/2020	11/09/2020 a 10/10/2020	2020091101500319929010
23/08/2020	23/08/2020 a 21/09/2020	2020082302243722943571
04/08/2020	04/08/2020 a 02/09/2020	2020080401401027272050

Emissão/Leitura	Data de Validade	Numero do CRF
16/07/2020	16/07/2020 a 14/08/2020	2020071601542055429574
27/06/2020	27/06/2020 a 26/07/2020	2020062701172331824488
31/03/2001	31/03/2001 a 30/04/2001	
28/02/2001	28/02/2001 a 31/03/2001	
31/01/2001	31/01/2001 a 28/02/2001	



Resultado da consulta em 28/04/2022 11:03:21

Voltar



BRASIL

(HTTPS://GOV.BR)

# Confirmação da Autenticidade de Certidões

## Resultado da Confirmação de Autenticidade de Certidão

CNPJ: 63.110.431/0001-20

Código de Controle: A444.837C.A591.210C

Data da Emissão: 30/03/2022

Hora da Emissão: 08:15:24

Tipo Certidão: Positiva com Efeitos de Negativa

Certidão Positiva com Efeitos de Negativa emitida em 30/03/2022, com validade até 26/09/2022.

[Página Anterior \(/Servicos/certidaointernet/PJ/Autenticidade/Voltar\)](/Servicos/certidaointernet/PJ/Autenticidade/Voltar)

[Nova consulta \(/Servicos/certidaointernet/PJ/Autenticidade/Confirmar\)](/Servicos/certidaointernet/PJ/Autenticidade/Confirmar)



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO



## **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS**

Nome: INSTITUTO DE PESQUISA SAUDE E EDUCACAO (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 63.110.431/0001-20

Certidão nº: 11072478/2022

Expedição: 07/04/2022, às 08:50:03

Validade: 04/10/2022 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **INSTITUTO DE PESQUISA SAUDE E EDUCACAO (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **63.110.431/0001-20**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas. Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

### **INFORMAÇÃO IMPORTANTE**

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.





PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**FEIRA DE SANTANA**



## **Certidão autêntica!**

Código: **N / 2022 / 60488**

Inscrição Municipal: **50.275-8**

Nome da Empresa: **INSTITUTO DE PESQUISA SAUDE E EDUCACAO**

CNPJ: **63.110.431/0001-20**

Atividade Econômica Principal: **94.49-9-50 - Atividades associativas não especificadas anteriormente**

Código de verificação de autenticidade: **470622ff9466e93e7b417192070f01d0**



PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**FEIRA DE SANTANA**

### **Secretaria Municipal da Fazenda**

Feira de Santana - BA

Endereço: Rua Barão de Cotegipe, 764 - Centro / CEP:44001550

Telefone: (75) 3623-8429

Copyright © 2013 / Todos os direitos reservados.

Imprimir

JOB



**GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA**  
**SECRETARIA DA FAZENDA**

Emissão: 28/04/2022 11:08



**Autenticidade da Certidão de Débitos Tributários**

Certidão Nº: 20221551171

Emitida pela Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia para o contribuinte:

RAZÃO SOCIAL INSTITUTO DE PESQUISA SAUDE E EDUCACAO	
INSCRIÇÃO ESTADUAL	CNPJ 63.110.431/0001-20

**CERTIDÃO DO TIPO NEGATIVA,**  
**EMITIDA CONFORME PORTARIA N.º 918/99 EM 04/04/2022 VÁLIDA ATÉ 03/06/2022**

204



PREFEITURA MUNICIPAL DE  
FEIRA DE SANTANA



## Comprovante de Inscrição autêntico!

Inscrição Municipal: **50.275-8**

Nome da Empresa: **INSTITUTO DE PESQUISA SAUDE E EDUCACAO**

CNPJ: **63.110.431/0001-20**

Atividade Econômica Principal: **94.49-9-50 - Atividades associativas não especificadas anteriormente**



PREFEITURA MUNICIPAL DE  
FEIRA DE SANTANA

### Secretaria Municipal da Fazenda

Feira de Santana - BA

Endereço: Rua Barão de Cotegipe, 764 - Centro / CEP:44001550

Telefone: (75) 3623-8429

Copyright © 2013 / Todos os direitos reservados.

Imprimir



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA**

07/04/2022



**CERTIDÃO ESTADUAL**  
**CONCORDATA, FALÊNCIA, RECUPERAÇÃO JUDICIAL E**  
**EXTRAJUDICIAL - 1º GRAU**

**CERTIDÃO Nº: 005616632**

**FOLHA: 1/1**

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela Internet no site do Tribunal de Justiça (<http://esaj.tjba.jus.br/sco/abrirConferencia.do>).

CERTIFICO que, pesquisando os registros de distribuições de feitos cíveis do Estado da Bahia, anteriores a data de 07/04/2022, verifiquei NADA CONSTAR em nome de:

**INSTITUTO DE PESQUISA SAÚDE E EDUCAÇÃO, portador do CNPJ: 63.110.431/0001-20, estabelecida na RUA DA GRÉCIA, Nº145, SÃO JOÃO, Feira de Santana - BA. \*\*\*\*\***

Os dados informados são de responsabilidade do solicitante, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e/ou destinatário. A presente certidão abrange pesquisa no banco de dados pelo período de 20 (vinte) anos.

Certifico finalmente que esta certidão é sem custas.

Esta certidão foi emitida pela internet e sua validade é de 30 dias a partir da data de sua emissão. Após esta data será necessária a emissão de uma nova certidão.

Salvador, quinta-feira, 7 de abril de 2022.

**PEDIDO Nº:**

**005616632**



106

# LIVRO DIARIO



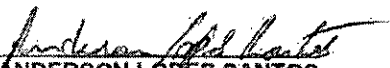
Nº DE ORDEM: 05


## TERMODE ABERTURA

Contem este livro 1687 (um mil seiscentos e oitenta e sete) folhas, enumeradas do nº 001 ao nº 1687 que servirá de Livro Diário nº 05 da firma **INSTITUTO DE PESQUISA SAUDE E EDUCACAO - IPSE**, estabelecida na rua da Grecia, nº 145, São João, situada à Feira de Santana - Ba, CEP 44.051-698, com escrituração feita por processamento de dados, de acordo com a portaria 14/72 do D.N.C.R.

CNPJ: 63.110.431/0001-20

Feira de Santana, 01 de Janeiro de 2020.

  
ANDERSON LOPES SANTOS  
CPF: 012.181.095-05  
Presidente

  
THIAGO DA SILVA CAVALCANTE  
C.R.C BA - 039096  
CPF. 018.344.895-20  
CONTADOR

Confira os dados do ato em: <https://selodigital.tjpb.jus.br> ou Consulte o Documento em: <https://azevedobastos.not.br/documento/86982508212460344790>



**CARTÓRIO**  
Autenticação Digital Código: 86882508212460344790-1  
Data: 25/08/2021 16:40:30  
Valor Total do Ato: R\$ 4,66  
Selo Digital Tipo Normal C: ALY04656-6EZG



**Cartório Azevedo Bastos**  
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145  
Bairro dos Estados, João Pessoa - PB  
(83) 3244-5404 - [cartorio@azevedobastos.not.br](mailto:cartorio@azevedobastos.not.br)  
<https://azevedobastos.not.br>

Valter Azevedo da M. Cavalcanti  
Tutor

TJPB



O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por DANILLO PINTO OLIVEIRA DE ALENCAR, em quarta-feira, 25 de agosto de 2021 16:46:45 GMT-03:00, CNS: 06.870-0 - 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELIONATO DE NOTAS/PB, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico [www.cenad.org.br/autenticidade](http://www.cenad.org.br/autenticidade). O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Provimento nº 100/2020 CNJ - artigo 22.

107

Empresa: INSTITUTO DE PESQUISA SAUDE EDUCACAO

CNPJ: 63.110.431/0001-20

Endereço: Rua da Grecia, nº 145, São João, situada à, Feira de Santana - Ba. CEP: 44.051.698

Balanco encerrado em: 31/12/2020

Folha:

Número Livro:



BALANÇO PATRIMONIAL

Descrição	Saldo Atual
<b>ATIVO</b>	
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>	
DISPONIVEL	10.452.070,90D
CAIXA	10.023.321,90D
CAIXA GERAL	5.539.321,90D
BANCO	257.200,45D
BANCO DIVERSOS	5.282.121,45D
CLIENTES	4.484.000,00D
CONTAS A RECEBER	4.484.000,00D
CLIENTES DIVERSOS	4.484.000,00D
<b>ATIVO PERMANENTE</b>	
IMOBILIZADO	428.749,00D
BENS	438.749,00D
MOVEIS E UTENSILIOS	438.749,00D
EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	227.730,00D
(-) DEPRECIACOES/AMORTIZACOES ACUMULADAS	215.000,00D
S/EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	8.981,00C
S/MOVEIS E UTENSILIOS	5.300,00C
	3.681,00C



O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por DANILLO PINTO OLIVEIRA DE ALENCAR, em quarta-feira, 25 de agosto de 2021 16:46:45 GMT-03:00, CNS: 06.870-0 - 1º OFICIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELIONATO DE NOTAS/PB, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico [www.cenad.org.br/autenticidade](http://www.cenad.org.br/autenticidade). O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Proveniente nº 100/2020 CNJ - artigo 22.

Confira os dados do ato em: <https://selodigital.tjpb.jus.br> ou Consulte o Documento em: <https://azevedobastos.not.br/documento/86982508212460344790>

	<b>Autenticação Digital Código: 86982508212460344790-2</b> Data: 25/08/2021 16:40:31 Valor Total do Ato: R\$ 4,66 Selo Digital Tipo Normal C: ALY04657-LJC5		<b>Cartório Azevedo Bastos</b> Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145 Bairro dos Estados, João Pessoa - PB (83) 3244-5404 - <a href="mailto:cartorio@azevedobastos.not.br">cartorio@azevedobastos.not.br</a> <a href="https://azevedobastos.not.br">https://azevedobastos.not.br</a>		<b>TJPB</b>

108

Empresa: INSTITUTO DE PESQUISA SAUDE EDUCAÇÃO

CNPJ: 63.110.431/0001-20

Endereço: Rua da Grecia, nº 145, São João, situada à, Feira de Santana - Ba. CEP 44.051.698

Balanco encerrado em: 31/12/2020

Folha: 027

Número livro: 005

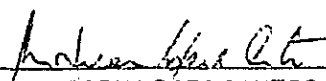
BALANÇO PATRIMONIAL

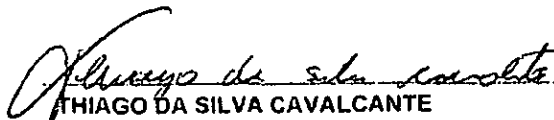


Descrição	Saldo Atual
PASSIVO	10.452.070,90C
PASSIVO CIRCULANTE	1.896.257,49C
FORNECEDORES	1.896.257,49C
FORNECEDORES	1.896.257,49C
DIVERSOS	1.896.257,49C
PATRIMONIO LIQUIDO	8.555.813,41C
SUPERAVIT OU DEFICIT ACUMULADOS	2.255.573,15C
SUPERAVIT/DEFICIT DO EXERCICIO	6.300.240,26C



RECDNHCEMOS A EXATIDÃO DO PRÉSENTE BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31/12/2020 TOTALIZANDO NO ATIVO E PASSIVO: R\$ 10.452.070,90 (Dez milhões quatrocentos e cinquenta e dois mil e setenta reais e noventa centavos)

  
ANDERSON LOPES SANTOS  
CPF: 012.181.095-05  
Presidente

  
THIAGO DA SILVA CAVALCANTE  
C.R.C BA - 039096  
CPF. 018.344.895-20  
CONTADOR

O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por DANILLO PINTO OLIVEIRA DE ALENCAR, em quarta-feira, 25 de agosto de 2021 16:46:45 GMT-03:00. CNS: 06.870-0 - DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELIONATO DE NOTAS/PB, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico [www.cenad.org.br/autenticidade](http://www.cenad.org.br/autenticidade). O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Provimento nº 100/2020 CNJ - artigo 22.

Confira os dados do ato em: <https://selodigital.tjpb.jus.br> ou Consulte o Documento em: <https://azevedobastos.not.br/documento/86982508212460344790>

	<b>CARTÓRIO</b> Autenticação Digital Código: 86982508212460344790-3 Data: 25/08/2021 16:40:31 Valor Total do Ato: R\$ 4,68 Selo Digital Tipo Normal C: ALY04658-KYJ5		<b>Cartório Azevedo Bastos</b> Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145 Bairro dos Estados, João Pessoa - PB (83) 3244-5404 - <a href="mailto:cartorio@azevedobastos.not.br">cartorio@azevedobastos.not.br</a> <a href="https://azevedobastos.not.br">https://azevedobastos.not.br</a>	
--	--	---	---	---

109

INSTITUTO DE PESQUISA SAUDE E EDUCACAO  
CNPJ: 63.110.431/0001-20

Rua DA GRECIA, Nº 145  
005

BAIRRO: SÃO JOÃO, Feira de Santana - BA, CEP: 44.051.698

DEMONSTRACAO DO RESULTADO DO EXERCICIO ENCERRADO EM 31/12/2020



FL. 28

NÚMERO DO LIVRO:



**DEMONSTRACAO DO RESULTADO DO EXERCICIO**

<b>RECEITA OPERACIONAL BRUTA</b>		
VENDAS DE SERVIÇO	12.626.550,00	12.626.550,00
<b>DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA</b>		
IMPOSTOS E TAXAS INCIDENTES SVENDAS	1.081.451,50-	1.081.451,50-
<b>RECEITA LIQUIDA.....</b>		<b>11.545.098,50</b>
<b>CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS</b>		
CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS	4.154.814,24-	4.154.814,24-
<b>LUCRO BRUTO.....</b>		<b>7.390.284,26</b>
<b>DESPESAS ADMINISTRATIVAS</b>		
DESPESAS GERAIS	755.000,00-	
DESPESAS FINANCEIRAS	218.000,00-	
DESPESA TRIBUTARIA	117.040,00-	1.090.044,00-
<b>SUPERAVIT DO EXERCICIO.....</b>		<b>6.300.240,26</b>

RECONHECEMOS A EXATIDAO DA PRESENTE DEMONSTRACAO DO RESULTADO DO EXERCICIO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020.

**ANDERSON LOPES SANTOS**  
CPF: 012.181.095-05  
Presidente

**THIAGO DA SILVA CAVALCANTE**  
C.R.C BA - 039096  
CPF: 018.344.895-20  
CONTADOR

Confira os dados do ato em: <https://selodigital.tpb.jus.br> ou Consulte o Documento em: <https://azevedobastos.not.br/documento/86982508212460344790>



**CARTÓRIO**  
Autenticação Digital Código: 86982508212460344790-4  
Data: 25/08/2021 16:40:31  
Valor Total do Ato: R\$ 4,66  
Selo Digital Tipo Normal C: ALY04659-TT23;



**Cartório Azevedo Bastos**  
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145  
Bairro dos Estados, João Pessoa - PB  
(83) 3244-5404 - [cartorio@azevedobastos.not.br](mailto:cartorio@azevedobastos.not.br)  
<https://azevedobastos.not.br>

Valter Azevedo do M. Cavalcanti  
Titular

TJPB



O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por DANILLO PINTO OLIVEIRA DE ALENCAR, em quarta-feira, 25 de agosto de 2021 16:46:45 GMT-03:00, CNS: 06.870-0 - 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELIONATO DE NOTAS/PB, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico [www.cenad.org.br/autenticidade](http://www.cenad.org.br/autenticidade). O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Provimento nº 100/2020 CNJ - artigo 22.



Empresa: INSTITUTO DE PESQUISA SAUDE EDUCAÇÃO

CNPJ: 63.110.431/0001-20

Endereço: Rua da Grecia, nº 145, São João, situada à, Feira de Santana - Ba, CEP 44.051.698



Folha:

Número livro:



### ÍNDICE DE LIQUIDEZ

DECLARAÇÃO DE CÁLCULO DOS ÍNDICES DE LIQUIDEZ

EXERCÍCIO ENCERRADO EM: 31.12.2020

SOLVÊNCIA GERAL - SG

SG = ATIVO TOTAL / (PASSIVO CIRCULANTE + PASSIVO NÃO CIRCULANTE)

ILC = 10.452.070,90 / 1.896.257,49 = 5,51

ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE - ILC

ILC = ATIVO CIRCULANTE / PASSIVO CIRCULANTE

ILC = 10.023.321,90 / 1.896.257,49 = 5,28

ÍNDICE DE INDIVIDUAMENTO GERAL - IEG

IEG = (PASSIVO CIRCULANTE + PASSIVO NÃO CIRCULANTE) / ATIVO TOTAL

IEG = 1.896.257,49 / 10.452.070,90 = 0,18

FEIRA DE SANTANA 31 DE DEZEMBRO DE 2020.

ANDERSON LOPES SANTOS

CPF: 012.181.095-05

Presidente

THIAGO DA SILVA CAVALCANTE

C.R.C BA - 039096

CPF. 018.344.895-20

CONTADOR

Confira os dados do ato em: <https://selodigital.tjpb.jus.br> ou Consulte o Documento em: <https://azevedobastos.not.br/documento/86982508212460344790>

	<b>CARTÓRIO</b>	Autenticação Digital Código: 86982508212460344780-5		<b>Cartório Azevedo Bastos</b>	
	Data: 25/08/2021 16:40:31	Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145		Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145	
	Valor Total do Ato: R\$ 4,66	Bairro dos Estados, João Pessoa - PB		Bairro dos Estados, João Pessoa - PB	
	Seio Digital Tipo Normal C: ALY04660-Q915	(13) 3244-5404 - <a href="mailto:cartorio@azevedobastos.not.br">cartorio@azevedobastos.not.br</a>		(13) 3244-5404 - <a href="mailto:cartorio@azevedobastos.not.br">cartorio@azevedobastos.not.br</a>	

O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por DANILLO PINTO OLIVEIRA DE ALENCAR, em quarta-feira, 25 de agosto de 2021 16:46:45 GMT-03:00, CNS: 06.870-0 - 108 DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELIONATO DE NOTAS/PB, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico [www.cenad.org.br/autenticidade](http://www.cenad.org.br/autenticidade). O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Proveniente nº 100/2020 CNJ - artigo 22.



CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE - BA

### CERTIDÃO DE REGULARIDADE PROFISSIONAL

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE - BA CERTIFICA que o profissional identificado no presente documento encontra-se em situação REGULAR nesta Regional, apto ao exercício da atividade contábil nesta data, de acordo com as suas prerrogativas profissionais, conforme estabelecido no art. 25 e 26 do Decreto-Lei n.º 9.295/48.

Informamos que a presente certidão não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que, posteriormente, venham a ser apurados contra o titular deste registro, bem como não atesta a regularidade dos trabalhos técnicos elaborados pelo profissional da Contabilidade.



#### CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE BA

Certidão n.º: BA/2021/00012438  
Nome: THIAGO DA SILVA CAVALCANTE CPF: 018.344.895-20  
CRC/UF n.º BA-039096/O Categoria: TÉCNICO EM CONTABILIDADE  
Validade: 18.10.2021  
Finalidade: LIVRO DIÁRIO  
Livro: LIVRO DIÁRIO  
Nº 005/Exercício: 2020

Confirme a existência deste documento na página [WWW.CRCBA.ORG.BR](http://WWW.CRCBA.ORG.BR), mediante número de controle a seguir:

CPF : 018.344.895-20 Controle : 6590.7217.7531.7928

O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por DANILLO PINTO OLIVEIRA DE ALENCAR, em quarta-feira, 25 de agosto de 2021 16:46:45 GMT-03:00  
DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELIONATO DE NOTAS/PB, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico [www.cenad.org.br/autenticidade](http://www.cenad.org.br/autenticidade). O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Provimento nº 100/2020 CNJ - artigo 22.

Confira os dados do ato em: <https://selodigital.tjpb.jus.br> ou Consulte o Documento em: <https://azevedobastos.net.br/documento/86982508212460344790>

	Autenticação Digital Código: 86982508212460344790-6		
	Data: 25/08/2021 16:40:31		
	Valor Total do Ato: R\$ 4,66		
	Salto Digital Tipo Normal C: ALY04661-H982		
<b>Cartório Azevêdo Bastos</b> Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145 Bairro dos Estados, João Pessoa - PB (53) 3244-5404 - <a href="mailto:cartorio@azevedobastos.net.br">cartorio@azevedobastos.net.br</a> - Váber Azevêdo do M. Cavalcanti <a href="https://azevedobastos.net.br">https://azevedobastos.net.br</a>			

# LIVRO DIARIO

Nº DE ORDEM: 05




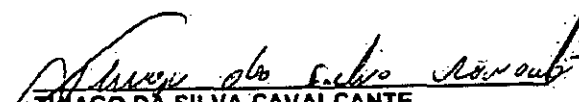
## TERMO DE ENCERRAMENTO

Contem este livro 1687 (um mil seiscentos e oitenta e sete) folhas, enumeradas do nº 0001 ao nº 1687 que servirá de Livro Diário nº 05 da firma **INSTITUTO DE PESQUISA SAUDE E EDUCACAO - IPSE**, estabelecida na rua da Grecia, nº 145, São João, situada à, Feira de Santana - Ba, CEP 44.051-698, com escrituração feita por processamento de dados, de acordo com a portaria 14/72 do D.N.C.R.

CNPJ: 63.110.431/0001-20

Feira de Santana, 31 de Dezembro de 2020.

  
**ANDERSON LOPES SANTOS**  
CPF: 012.181.095-05  
Presidente

  
**THIAGO DA SILVA CAVALCANTE**  
R.C BA - 039096  
CPF. 018.344.895-20  
CONTADOR



Confira os dados do ato em: <https://selodigital.tjb.jus.br> ou Consulte o Documento em: <https://azevedobastos.not.br/documento/86982508212460344790>



O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por DANILLO PINTO OLIVEIRA DE ALENCAR, em quarta-feira, 25 de agosto de 2021 16:46:45 GMT-03:00, CNS: 06.870-0 - 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELIONATO DE NOTAS/PB, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico [www.cenad.org.br/autenticidade](http://www.cenad.org.br/autenticidade). O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelaionato de Notas. Provento nº 100/2020 CNJ - artigo 22.

113

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
ESTADO DA PARAÍBA  
CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS  
FUNDADO EM 1888

PRIMEIRO REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO E ÓBITOS E PRIVATIVO DE CASAMENTOS, INTERDIÇÕES E TUTELAS DA COMARCA DE JOÃO PESSOA

Av. Epitácio Pessoa, 1145 Bairro dos Estados 58030-00, João Pessoa PB  
Tel.: (83) 3244-5404 / Fax: (83) 3244-5484  
<http://www.azevedobastos.not.br>  
E-mail: [cartorio@azevedobastos.not.br](mailto:cartorio@azevedobastos.not.br)



**DECLARAÇÃO DE SERVIÇO DE AUTENTICAÇÃO DIGITAL**

O Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti, Oficial do Primeiro Registro Civil de Nascimentos e Óbitos e Privativo de Casamentos, Interdições e Tutelas com atribuição de autenticar e reconhecer firmas da Comarca de João Pessoa Capital do Estado da Paraíba, em virtude de Lei, etc...

DECLARO ainda que, para garantir transparência e segurança jurídica de todos os atos oriundos da atividade Notarial e Registral no Estado da Paraíba, foi instituído pela Lei Nº 10.132, de 06 de novembro de 2013, a aplicação obrigatória de um Selo Digital de Fiscalização Extrajudicial em todos os atos de notas e registro, composto de um código único (por exemplo: Selo Digital: ABC12345-X1X2) e dessa forma, cada autenticação processada pela nossa Serventia pode ser verificada e confirmada tantas vezes quanto for necessário através do site do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, endereço <https://corregedoria.tjpb.jus.br/selo-digital/>.

A autenticação digital do documento faz prova de que, na data e hora em que ela foi realizada, a empresa INSTITUTO DE PESQUISA SAUDE E EDUCACAO tinha posse de um documento com as mesmas características que foram reproduzidas na cópia autenticada, sendo da empresa INSTITUTO DE PESQUISA SAUDE E EDUCACAO a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a este Cartório.

Nesse sentido, declaro que a INSTITUTO DE PESQUISA SAUDE E EDUCACAO assumiu, nos termos do artigo 8º, §1º, do Decreto nº 10.278/2020, que regulamentou o artigo 3º, inciso X, da Lei Federal nº 13.874/2019 e o artigo 2º-A da Lei Federal 12.682/2012, a responsabilidade pelo processo de digitalização dos documentos físicos, garantindo perante este Cartório e terceiros, a sua autoria e integridade.

De acordo com o disposto no artigo 2º-A, §7º, da Lei Federal nº 12.682/2012, o documento em anexo, identificado individualmente em cada Código de Autenticação Digital¹ ou na referida sequência, poderá ser reproduzido em papel ou em qualquer outro meio físico.

Esta DECLARAÇÃO foi emitida em 27/04/2022 09:18:38 (hora local) através do sistema de autenticação digital do Cartório Azevêdo Bastos, de acordo com o Art. 1º, 10º e seus §§ 1º e 2º da MP 2200/2001, como também, o documento eletrônico autenticado contendo o Certificado Digital do titular do Cartório Azevêdo Bastos, poderá ser solicitado diretamente a empresa INSTITUTO DE PESQUISA SAUDE E EDUCACAO ou ao Cartório pelo endereço de e-mail [autentica@azevedobastos.not.br](mailto:autentica@azevedobastos.not.br) Para informações mais detalhadas deste ato, acesse o site <https://autdigital.azevedobastos.not.br> e informe o Código de Autenticação Digital

Esta Declaração é válida por tempo indeterminado e está disponível para consulta em nosso site.

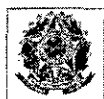
¹Código de Autenticação Digital: 86982508212460344790-1 a 86982508212460344790-7

²Legislações Vigentes: Lei Federal nº 8.935/94, Lei Federal nº 10.406/2002, Medida Provisória nº 2200/2001, Lei Federal nº 13.105/2015, Lei Estadual nº 8.721/2008, Lei Estadual nº 10.132/2013, Provimento CGJ Nº 003/2014 e Provimento CNJ Nº 100/2020.

O referido é verdade, dou fé.

**CHAVE DIGITAL**

00005b1d734fd94f057f2d69fe6bc05be9298c28aa895e44136f0bb38c0fe98b3232ce6677ce03af36bf57f24544d39ea706e7d60a9adaf4632d4e7e835c508647bd8ac1becf213f155a82244b4a696a



Presidência da República  
Casa Civil  
Medida Provisória Nº 2.200-2,  
de 24 de agosto de 2001.



334

# CERTIFICADO

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DA BAHIA

Inscrito sob o CRM nº

9009

Data de Inscrição

18/01/2018

CNPJ

63110431000120

Razão Social

INSTITUTO DE PESQUISA SAUDE E  
EDUCACAO

Nome Fantasia

IPSE

Endereço

R DA GRÉCIA 145,SÃO JOÃO

Município

Feira de Santana-BA

CEP

44051698

Diretor Técnico

4346 CARLOS ALBERTO EVANGELISTA  
SANTOS

Classificação

UNIDADE MISTA

Este certificado atesta a REGULARIDADE da inscrição do estabelecimento acima neste Conselho Regional de Medicina, em cumprimento à Lei nº 6.839, de 30/10/1980, e às Resoluções CFM nº 997, de 23/05/1980, e 1.980, de 11/07/2011.

**Ressalvada a ocorrência de alteração nos dados acima, este certificado é valido até 18/01/2023.**

Este certificado deverá ser afixado em local visível ao público e acessível à fiscalização.

16 de fevereiro de 2022

A autenticidade deste Certificado poderá ser confirmada na página do Conselho Regional de Medicina do Estado da Bahia (<http://websemc.cremob.org.br/home/VerificaAutenticidade>), através do código:

badb2c5c-8df2-4fa1-aa16-4a255cb5cd3d

v3.0 - DAUTIN Blockchain Documentos Digitais e Serviços Ltda EPP certifica em 16/02/2022 11:42:01 que o documento de hash (SHA-256)  
a80b07e82ed2bcd6b9865d92712162b0be57948703a08f8a261fe90918ca8063 foi validado em 16/02/2022 11:36:30 através da transação blockchain  
0xf729c464b164a1316720266f5e4c039b29d2fd0a7f48d4ce765515827c94ac52 e pode ser verificado em <https://www.dautin.com/FileCheck> (NID: 51192)



CREMEB

Rua XV de Novembro, 64 - Sala 21  
Edifício Pedro Francisco Vargas  
Centro, Itajaí - Santa Catarina  
(47) 3514-7599 | (47) 99748-2223  
www.dautin.com | dautin@dautin.com



## CERTIFICADO DE PROVA DE AUTENTICIDADE ELETRÔNICA

A DAUTIN BLOCKCHAIN DOCUMENTOS DIGITAIS E SERVIÇOS LTDA, especificada neste ato apenas como **Dautin Blockchain Co.** CERTIFICA para os devidos fins de direito que, o arquivo digital especificado com o tipo documental **Autenticação** e representado pela função hash criptográfica conhecida como SHA-256, de código **a80807e82ed2bcd6b9865d92712162b0be57948703a08f8a261fe90919ca8063** foi autenticado de acordo com as Legislações e normas vigentes<sup>1</sup> através da rede blockchain Ethereum Classic, sob o identificador único denominado NID **51192** dentro do sistema.

A autenticação eletrônica do documento intitulado "**CERTIFICADO DE REGISTRO CREMEB 2022**", cujo assunto é descrito como "**CERTIFICADO DE REGISTRO CREMEB 2022**", faz prova de que em **16/02/2022 11:35:46**, o responsável **Instituto de Pesquisa Saúde e Educação (63.110.431/0001-20)** tinha posse do arquivo com as mesmas características que foram reproduzidas na prova de autenticidade, sendo de Instituto de Pesquisa Saúde e Educação a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a DAUTIN Blockchain Co.

Este CERTIFICADO foi emitido em **16/02/2022 11:36:56** através do sistema de autenticação eletrônica da empresa DAUTIN Blockchain Co. de acordo com o Art. 10, § 2º da MP 2200-2/2001, Art. 107 do Código Civil e Art. 411, em seus §§ 2º e 3º do Código de Processo Civil, estando dessa maneira de acordo para o cumprimento do Decreto 10278/2020.

Para mais informações sobre a operação acesse o site <https://www.dautin.com> e informe o código da transação blockchain **0xf729c464b164a1316720266f5e4c039b29d2fd0a7f48d4ce765515827c94ac52**. Também é possível acessar a consulta através da rede blockchain em <https://blockscout.com/etc/mainnet/>

<sup>1</sup> Legislação Vigente: Medida Provisória nº 2200-2/2001, Código Civil e Código de Processo Civil.

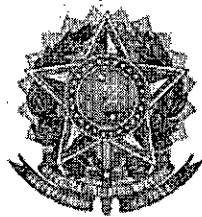
**DAUTIN**  
BLOCKCHAIN



Presidência da República Casa Civil  
Subchefia para Assuntos Jurídicos  
MEDIDA PROVISÓRIA 2.200-2  
DE 24 DE AGOSTO DE 2001.



556



## CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DA BAHIA

### CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO

O CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DA BAHIA, no uso da atribuição que lhe confere a Lei 3268/57 e o Decreto 44.045/58, **CERTIFICA** que o estabelecimento de saúde **INSTITUTO DE PESQUISA SAUDE E EDUCACAO, de nome fantasia IPSE**, encontra-se inscrito neste Conselho desde 18/01/2018, sob o número **9009**, estando quite com suas anuidades até o dia **31/12/2022**.

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Portal Médico, na Internet, no endereço: <http://www.portalmedico.org.br>

Certidão emitida em: **23 de março de 2022**

Certidão válida até: **31/12/2022**

Código de controle: **2TNE3N**

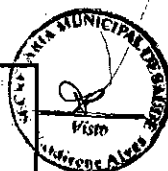


v3.0 - DAUTIN Blockchain Documentos Digitais e Serviços Ltda EPP certifica em 13/04/2022 09:35:09 que o documento de hash (SHA-256) 6f7689e60a4ee4480fc2e5b8c4070cc3c12a99858c6656ef532dec675fcc8347 foi validado em 13/04/2022 09:24:52 através da transação blockchain 0x2726d260774882cba67c3c3e12713601cf2ff4e0655569dec4c67bbea7f8a052 e pode ser verificado em <https://www.dautin.com/FileCheck> (NID: 59759)



347

Rua XV de Novembro, 64 - Sala 21  
Edifício Pedro Francisco Vargas  
Centro, Itajaí - Santa Catarina  
(47) 3514-7599 | (47) 99748-2223  
www.dautin.com | dautin@dautin.com



## CERTIFICADO DE PROVA DE AUTENTICIDADE ELETRÔNICA

A DAUTIN BLOCKCHAIN DOCUMENTOS DIGITAIS E SERVIÇOS LTDA, especificada neste ato apenas como **Dautin Blockchain Co.** CERTIFICA para os devidos fins de direito que, o arquivo digital especificado com o tipo documental **Autenticação** e representado pela função hash criptográfica conhecida como SHA-256, de código **6f7689e60a4ee4480fc2e5b8c4070cc3c12a99858c6656ef532dec675fcc8347** foi autenticado de acordo com as Legislações e normas vigentes<sup>1</sup> através da rede blockchain Ethereum Classic, sob o identificador único denominado NID **59759** dentro do sistema.

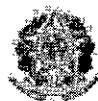
A autenticação eletrônica do documento intitulado "**certidão cremeb 2022**", cujo assunto é descrito como "**certidão cremeb 2022**", faz prova de que, em **13/04/2022 09:25:01**, o responsável **Instituto de Pesquisa Saúde e Educação (63.110.431/0001-20)** tinha posse do arquivo com as mesmas características que foram reproduzidas na prova de autenticidade, sendo de Instituto de Pesquisa Saúde e Educação a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a DAUTIN Blockchain Co.

Este CERTIFICADO foi emitido em **13/04/2022 09:26:11** através do sistema de autenticação eletrônica da empresa DAUTIN Blockchain Co. de acordo com o Art. 10, § 2º da MP 2200-2/2001, Art. 107 do Código Civil e Art. 411, em seus §§ 2º e 3º do Código de Processo Civil, estando dessa maneira de acordo para o cumprimento do Decreto 10278/2020.

Para mais informações sobre a operação acesse o site <https://www.dautin.com> e informe o código da transação blockchain **0x2726d260774882cba67c3c3e12713601cf2ff4e065569dec4c67bb6ea7f8a052**. Também é possível acessar a consulta através da rede blockchain em <https://blockscout.com/etc/mainnet/>

<sup>1</sup> Legislação Vigente: Medida Provisória nº 2200-2/2001, Código Civil e Código de Processo Civil.

**DAUTIN**  
BLOCKCHAIN



Presidência da República Casa Civil  
Subchefia para Assuntos Jurídicos  
MEDIDA PROVISÓRIA 2.200-2  
DE 24 DE AGOSTO DE 2001.





## CERTIDÃO DE REGULARIDADE

Certificamos que a instituição/empresa INSTITUTO DE PESQUISA SAÚDE E EDUCAÇÃO - IPSE, CNPJ nº 63.110.431/0001-20, está inscrita neste Órgão sob nº 2396-RT, desde 01/02/2018, de acordo com o disposto na Resolução COFEN nº 509/2016, ora em vigor, e que o seu processo de Anotação de Responsabilidade Técnica de Enfermagem encontra-se regular e com CRT válida até 01/07/2022, em nome do Enfermeiro EMERSON SANTOS DA PAIXÃO, inscrição nº 391238-ENF. Esta certidão tem prazo de validade de 60 dias. NADA MAIS. O referido é verdade e dou fé. ///.

Salvador, 25 de fevereiro de 2022



MARCOS VINICIUS MOURA  
Dep. de Inscrição, Registro e Cadastro  
UNIDADE DE ORGANIZAÇÕES  
Matrícula nº 6099

Rua General Labatut, 273, Barris  
CEP: 40070-100  
Tel: (71) 3277-3100  
[www.coren-ba.gov.br](http://www.coren-ba.gov.br)



v3.0 - DAUTIN Blockchain Documentos Digitais e Serviços Ltda EPP certifica em 25/02/2022 10:14:33 que o documento de hash (SHA-256)  
2c63f2dbd920260eeabcedb01b8447788b8528cafe37ebabb421d81a264a8035 foi validado em 25/02/2022 09:47:07 através da transação blockchain  
0x84234c7909c56974888dc8a086a5632f060629faf7e7184e19875fd72ac51820 e pode ser verificado em <https://www.dautin.com/FileCheck> (NID: 52768)



19

Rua XV de Novembro, 64 - Sala 21  
Edifício Pedro Francisco Vargas  
Centro, Itajaí - Santa Catarina  
(47) 3514-7599 | (47) 99748-2223  
www.dautin.com | dautin@dautin.com



## CERTIFICADO DE PROVA DE AUTENTICIDADE ELETRÔNICA

A DAUTIN BLOCKCHAIN DOCUMENTOS DIGITAIS E SERVIÇOS LTDA, especificada neste ato apenas como **Dautin Blockchain Co.** CERTIFICA para os devidos fins de direito que, o arquivo digital especificado com o tipo documental **Autenticação** e representado pela função hash criptográfica conhecida como SHA-256, de código **2c63f2dbd920260eeabcedb01b8447788b8528cefe37ebabb421d81a264a8035** foi autenticado de acordo com as Legislações e normas vigentes<sup>1</sup> através da rede blockchain Ethereum Classic, sob o identificador único denominado NID **52766** dentro do sistema.

A autenticação eletrônica do documento intitulado "**certidão de reg. coren**", cujo assunto é descrito como "**certidão de reg. coren**", faz prova de que em **25/02/2022 09:46:52**, o responsável **Instituto de Pesquisa Saúde e Educação (63.110.431/0001-20)** tinha posse do arquivo com as mesmas características que foram reproduzidas na prova de autenticidade, sendo de Instituto de Pesquisa Saúde e Educação a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a DAUTIN Blockchain Co.

Este CERTIFICADO foi emitido em **25/02/2022 10:10:11** através do sistema de autenticação eletrônica da empresa DAUTIN Blockchain Co. de acordo com o Art. 10, § 2º da MP 2200-2/2001, Art. 107 do Código Civil e Art. 411, em seus §§ 2º e 3º do Código de Processo Civil, estando dessa maneira de acordo para o cumprimento do Decreto 10278/2020.

Para mais informações sobre a operação acesse o site <https://www.dautin.com> e informe o código da transação blockchain **0x84234c7909c56974868dc8a086a5632f060629faf7e7184e19875fd72ac51920**. Também é possível acessar a consulta através da rede blockchain em <https://blockscout.com/etc/mainnet/>

<sup>1</sup> Legislação Vigente: Medida Provisória nº 2200-2/2001, Código Civil e Código de Processo Civil.

**DAUTIN**  
BLOCKCHAIN



Presidência da República Casa Civil  
Subchefia para Assuntos Jurídicos  
MEDIDA PROVISÓRIA 2.200-2  
DE 24 DE AGOSTO DE 2001.



220



05de926d-6a68-4e7e-b8f3-d0dca3be0147



## CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DA BAHIA



### CERTIDÃO DE REGISTRO E REGULARIDADE DE PESSOA JURÍDICA

O CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DA BAHIA(CRA-BA), CERTIFICA que a pessoa jurídica abaixo identificada, em obediência ao art. 15 da Lei nº 4.769/65, encontra-se habilitada tecnicamente e em situação REGULAR, neste Conselho, para atuar nos campos da Administração, previstos no art. 2º, alíneas "a" e "b" da Lei nº 4.769/65 e campos conexos da Administração.

#### IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

Razão Social:	INSTITUTO DE PESQUISA SAÚDE E EDUCAÇÃO - IPSE
CNPJ:	63.110.431/0001-20
Registro no CRA-BA:	04035
Data Registro:	22/12/2017
Endereço:	R DA GRECIA, Nº 145 - São João - Feira de Santana - BA - CEP: 44051698
Tipo Inscrição:	PRINCIPAL
Capital Social:	0,00
Responsável (is)	ALESSANDRO FALCAO SANTOS
Técnico(s):	
Objeto Social:	ATUAR CONJUNTAMENTE COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EM TODOS OS NÍVEIS CELEBRANDO CONTRATOS E OU CONVÊNIOS PARA CUMPRIR OBJETIVOS ESTATUTÁRIOS EM AÇÕES DE APOIO NA ÁREA DA SAÚDE, ATRAVÉS DE TREINAMENTOS, TERCERIZAÇÕES DE SERVIÇOS E DE PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS DO SEU QUADRO DE ASSOCIADOS; EM PARCERIA COM ENTIDADES PÚBLICAS O INSTITUTO, PODERÁ GERIR UNIDADES HOSPITALARES E DE ATENÇÃO À SAÚDE EM GERAL; MEDIANTE CONTRATO, CONVÊNIO COM INSTITUIÇÕES PÚBLICAS OU PRIVADAS, NACIONAIS OU INTERNACIONAIS DE FORMA DIRETA O INSTITUTO PODERÁ PRESTAR SERVIÇOS DE GESTÃO, TERCERIZAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA E DE ELABORAÇÃO DE PROJETOS; FIRMAR PARCERIAS COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, PARA FOMENTO E EXECUÇÃO DE ATIVIDADES RELATIVAS À ÁREA DE SAÚDE, INCLUSIVE GERENCIAMENTO DE HOSPITAIS, SANTAS CASAS E OUTROS SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE; SELEÇÃO, AGENCIAMENTO E LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA; ATIVIDADES DE LIMPEZA EM PRÉDIOS E DOMICÍLIOS; ATIVIDADES DE APOIO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.

A presente certidão não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que, posteriormente, venham a ser apurados contra o titular deste registro.

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

**Emissão:** SALVADOR, 18 de janeiro de 2022.

**Validade:** 01/01/2022 a 31/12/2022, desde que o registro permaneça em situação regular.

*Assinatura*



## CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DA BAHIA



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://cra-ba.implanta.net.br/servicosOnline>, informando o número de controle:

**85ecb7f3-55f6-4b85-8b96-00d8f9360c55**



123



CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DA BAHIA  
**CERTIFICADO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA**

Senhor Usuário,

O(s) A(s) Responsável(eis) Técnico(s) abaixo pela Empresa INSTITUTO DE PESQUISA SAÚDE E EDUCAÇÃO - IPSE, registro CRA-BA PJ nº 04035, CNPJ nº 63.110.431/0001-20, situada na(o) R DA GRECIA, Nº 145 - São João - Feira de Santana - BA - CEP: 44051698 está(ão) devidamente registrado(s) no CRA-BA, nos termos da Lei 4.769, de 09/09/1965 e Regulamento aprovado pelo Decreto nº 61.934, de 22/12/1967, atua com o vínculo de nos(s) seguinte(s) dia(s) e horário(s):

**Nome e Horário do Responsável Técnico na Empresa:**

ADMINISTRADOR	<b>ALESSANDRO FALCAO SANTOS</b>
<b>Horário(s)</b>	
Segunda-feira	08:00 às 12:00

Em caso de má qualidade dos serviços prestados por esta Pessoa Jurídica ou dos produtos por ela fornecidos, queira dirigir-se ao seu Responsável Técnico ou ao CRA-BA, órgão de defesa da sociedade e controle do exercício profissional dos Administradores, no endereço acima mencionado.

A presente certidão não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que, posteriormente, venham a ser apurados contra o titular deste registro.

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

**Emissão:** SALVADOR, 18 de janeiro de 2022.

**Validade:** 01/01/2022 a 31/12/2022, desde que o registro permaneça em situação regular.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://cra-ba.implanta.net.br/servicosOnline>, informando o número de controle:

**85ecb7f3-55f6-4b85-8b96-00d8f9360c55**

**ESTE DOCUMENTO DEVERÁ SER AFIXADO EM LOCAL VISÍVEL AO PÚBLICO.**

*Handwritten signature*

(VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL)

**CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA**  
**CEBULA DE IDENTIDADE DE MÉDICO**  
 Documento de identidade nos termos da Lei nº 6.706/75

**CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO**  
**ESTADO DA BAHIA**

**CARLOS ALBERTO**  
**EVANGELISTA SANTOS**

CPF nº: 4346 DATA DE INSCRIÇÃO: 24/03/1978  
 Nº: DATA DE NASCIMENTO: 05/09/1944

ASSINATURA DO PORTADOR

**LEONISIO SANTOS**  
**ALMERINDA EVANGELISTA SANTOS**

NATURALIDADE: CACHOEIRA-BA

RG: 544109 01/SSP - BA

DATA DE EXPIRAÇÃO: 01/02/1994 TÍTULO DE ELEITOR: 0133258505901 SELO: 097 ZONA: 03

LOCAL E DATA DE EMISSÃO: SALVADOR-BA: 04/02/2011

ASSINATURA DO PRESIDENTE

(CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA)



O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por DANILLO PINTO OLIVEIRA DE ALENCAR, em segunda-feira, 26 de abril de 2021 13:19:25 GMT-03:00, CNS: 06.870-0 - DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELIONATO DE NOTAS/PB, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico [www.cenad.org.br/autenticidade](http://www.cenad.org.br/autenticidade). O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Proveniente nº 100/2020 CNJ - artigo 22.

Confira os dados do ato em: <https://selodigital.tjpb.jus.br> ou Consulte o Documento em: <https://azevedobastos.net.br/documento/86982604215791429344>

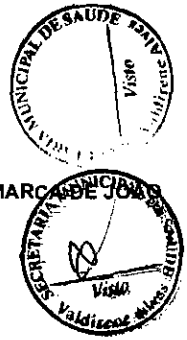
	Autenticação Digital Código: 86982604215791429344-1		<b>Cartório Azevedo Bastos</b> Av. Proskente Epitácio Pessoa - 1145 Bairro d'El Estácio, José Pessoa - PB (83) 3244-5404 - <a href="mailto:cartorio@azevedobastos.net.br">cartorio@azevedobastos.net.br</a> - <a href="http://azevedobastos.net.br">http://azevedobastos.net.br</a> Vitor Azevedo de M. Cavalcanti Tabelião	
	Date: 26/04/2021 13:15:33			
	Valor Total do Ato: R\$ 4,66			
	Selo Digital Tipo Normal C: ALJ84080-2ZES			

35

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
ESTADO DA PARAÍBA  
CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS  
FUNDADO EM 1888

PRIMEIRO REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO E ÓBITOS E PRIVATIVO DE CASAMENTOS, INTERDIÇÕES E TUTELAS DA COMARCA DE JOÃO PESSOA

Av. Epitácio Pessoa, 1145 Bairro dos Estados 58030-00, João Pessoa PB  
Tel.: (83) 3244-5404 / Fax: (83) 3244-5484  
<http://www.azevedobastos.not.br>  
E-mail: [cartorio@azevedobastos.not.br](mailto:cartorio@azevedobastos.not.br)



**DECLARAÇÃO DE SERVIÇO DE AUTENTICAÇÃO DIGITAL**

O Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti, Oficial do Primeiro Registro Civil de Nascimentos e Óbitos e Privativo de Casamentos, Interdições e Tutelas com atribuição de autenticar e reconhecer firmas da Comarca de João Pessoa Capital do Estado da Paraíba, em virtude de Lei, etc...

DECLARO ainda que, para garantir transparência e segurança jurídica de todos os atos oriundos da atividade Notarial e Registral no Estado da Paraíba, foi instituído pela Lei nº 10.132, de 06 de novembro de 2013, a aplicação obrigatória de um Selo Digital de Fiscalização Extrajudicial em todos os atos de notas e registro, composto de um código único (por exemplo: Selo Digital: ABC12345-X1X2) e dessa forma, cada autenticação processada pela nossa Serventia pode ser verificada e confirmada tantas vezes quanto for necessário através do site do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, endereço <https://corregedoria.tjpb.jus.br/selo-digital/>.

A autenticação digital do documento faz prova de que, na data e hora em que ela foi realizada, a empresa INSTITUTO DE PESQUISA SAUDE E EDUCACAO tinha posse de um documento com as mesmas características que foram reproduzidas na cópia autenticada, sendo da empresa INSTITUTO DE PESQUISA SAUDE E EDUCACAO a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a este Cartório.

Nesse sentido, declaro que a INSTITUTO DE PESQUISA SAUDE E EDUCACAO assumiu, nos termos do artigo 8º, §1º, do Decreto nº 10.278/2020, que regulamentou o artigo 3º, inciso X, da Lei Federal nº 13.874/2019 e o artigo 2º-A da Lei Federal 12.682/2012, a responsabilidade pelo processo de digitalização dos documentos físicos, garantindo perante este Cartório e terceiros, a sua autoria e integridade.

De acordo com o disposto no artigo 2º-A, §7º, da Lei Federal nº 12.682/2012, o documento em anexo, identificado individualmente em cada Código de Autenticação Digital¹ ou na referida sequência, poderá ser reproduzido em papel ou em qualquer outro meio físico.

Esta DECLARAÇÃO foi emitida em **28/04/2022 11:42:17 (hora local)** através do sistema de autenticação digital do Cartório Azevêdo Bastos, de acordo com o Art. 1º, 10º e seus §§ 1º e 2º da MP 2200/2001, como também, o documento eletrônico autenticado contendo o Certificado Digital do titular do Cartório Azevêdo Bastos, poderá ser solicitado diretamente a empresa INSTITUTO DE PESQUISA SAUDE E EDUCACAO ou ao Cartório pelo endereço de e-mail [autentica@azevedobastos.not.br](mailto:autentica@azevedobastos.not.br) Para informações mais detalhadas deste ato, acesse o site <https://autdigital.azevedobastos.not.br> e informe o Código de Autenticação Digital

Esta Declaração é válida por **tempo indeterminado** e está disponível para consulta em nosso site.

¹Código de Autenticação Digital: 86982604215791429344-1

²Legislações Vigentes: Lei Federal nº 8.935/94, Lei Federal nº 10.406/2002, Medida Provisória nº 2200/2001, Lei Federal nº 13.105/2015, Lei Estadual nº 8.721/2008, Lei Estadual nº 10.132/2013, Provimento CGJ Nº 003/2014 e Provimento CNJ Nº 100/2020.

O referido é verdade, dou fé.

**CHAVE DIGITAL**

00005b1d734fd94f057f2d69fe6bc05b3a2fc95399d0884b281b7e5c8ff581f394d6fd4a35239de859bdeaab61e2b20e9f01c5babe7fb7425d23687f319f470947bd8ac1becf213f155a82244b4a696a



Presidência da República  
Casa Civil  
Medida Provisória Nº 2.200-2,  
de 24 de agosto de 2001.



226





## CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Pelo presente instrumento particular de Contrato de Prestação de Serviços, celebrado, de um lado, pela Empresa Instituto de Pesquisa, Saúde e Educação - IPSE com registro no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) nº 63.110.431/0001-20, estabelecida na Rua da Grécia, 145, no bairro de São João na cidade de Feira de Santana / Bahia, neste ato representado pelo seu Representante Legal o Sr.<sup>a</sup> Anderson Lopes Santos, Brasileiro, Solteiro, Comerciante, portador do CPF 012.181.095-05 e do RG nº 09.645547-04, doravante denominado CONTRATANTE e, de outro lado o (a) Sr.<sup>a</sup> Carlos Alberto Evangelista Santos, Brasileiro, Casado, Médico, portador do CPF nº 011.280.602-30 e do RG nº 544109 91, residente à Rua São Pedro, 365, ap202 Cd. José da Costa Falcão, Torre Sul, Centro na cidade Feira de Santana / Bahia, devidamente inscrito no CRM sob nº 4346, doravante denominado CONTRATADO, estabelecem as partes, de comum acordo, as seguintes disposições:

**Cláusula Primeira:** o objeto do presente Contrato é a prestação de serviços do Contratado à Contratante, visando prestar assessoramento dentro da sua área de atuação profissional, na qualidade de Responsável Técnico, de acordo com o "Manual do Responsável Técnico" do Conselho Regional Medicina do Estado da Bahia.

**Cláusula Segunda:** o contratado cumprirá a carga horária semanal de oito horas e mensal de trinta e duas horas, que serão cumpridas nos dias de Sexta-feira das 8:00 às 12:00h – 14:00 às 18:00h.

**Cláusula Terceira:** o presente Contrato vigorará pelo período de 24 (vinte e quatro) meses, iniciando em 12/04/2020.

**Cláusula Quarta:** fica estipulado o valor de R\$ 4.681,66, a título de remuneração mensal ao Contratado, devendo esta ser paga pela contratante até o dia 10 (dez) do mês seguinte ao da prestação do serviço.

**Cláusula Quinta:** o Contratante propiciará todas as condições para o bom desempenho do Contratado.

**Cláusula Sexta:** o presente Contrato poderá ser rescindido por qualquer das partes, desde que haja a comunicação formal no prazo mínimo de 30 (trinta) dias, anteriores ao destrato.

**Parágrafo Único.** A empresa apenas poderá destratar o presente Contrato se estiver rigorosamente em dia com os honorários profissionais do Responsável Técnico.

Instituto de Pesquisa Saúde e Educação  
CNPJ nº 63.110.431/0001-20

Rua da Grécia, 145, São João, CEP. 44.051-698, Feira de Santana-BA,  
Tel.: (75) 3022-0048 / 99244-9622

Confira os dados do ato em: <https://selodigital.tjpb.jus.br> ou Consulte o Documento em: <https://azevedobastos.not.br/documento/86981504219176187963>



CARTÓRIO

Autenticação Digital Código: 86981504219176187963-1  
Data: 15/04/2021 16:41:56  
Valor Total do Ato: R\$ 4,66  
Selo Digital Tipo Normal C: ALJ49259-FSIO;



CNPJ: 63.110.431/0001-20

**Cartório Azevedo Bastos**  
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145  
Bairro dos Estados, João Pessoa - PB  
(83) 3244-5404 - [cartorio@azevedobastos.not.br](mailto:cartorio@azevedobastos.not.br)  
<https://azevedobastos.not.br>

Valber Azevedo de M. Covalcanli  
Título



O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por LADY DIANA REGIS DE OLIVEIRA, em quinta-feira, 15 de abril de 2021 16:42:48 GMT-03:00, CNS: 06.870-0 - 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELIONATO DE NOTAS/PB, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico [www.cenad.org.br/autenticidade](http://www.cenad.org.br/autenticidade). O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Proveniente nº 100/2020 CNJ - artigo 22.

22



**Cláusula Sétima:** as controvérsias originadas do presente contrato serão resolvidas de acordo com a legislação em vigor, ficando eleito entre as partes o Foro da Comarca de *Feira de Santana* para dirimir eventuais litígios acerca do contrato, podendo ser resolvidos, também, por meio de procedimento arbitral. E por estarem justos e contratados, subscrevem o presente em três vias de igual teor e forma, na presença de 2 (duas) testemunhas.

**Cláusula Oitava:** o presente Contrato, para que seja reconhecido pela entidade fiscalizadora do exercício profissional, deverá ser submetido à apreciação do Presidente do Conselho Regional Medicina do Estado da Bahia.

Feira de Santana, 12 de abril de 2020

Nome Legível e assinatura do Contratante

Nome Legível e assinatura do Contratado

Testemunhas:

1)

CPF nº: 028.799.895-30

2)

CPF nº: 078.523.145-54

Instituto de Pesquisa Saúde e Educação  
CNPJ nº 63.110.431/0001-20  
Rua da Grécia, 145, São João, CEP. 44.051-698, Feira de Santana-BA,  
Tel.: (75) 3022-0048 / 99244-9622

Confira os dados do ato em: <https://selodigital.tjpb.jus.br> ou Consulte o Documento em: <https://azevedobastos.not.br/documento/86981504219176187963>



**CARTÓRIO**  
Autenticação Digital Código: 86981504219176187963-2  
Data: 15/04/2021 16:41:56  
Valor Total do Ato: R\$ 4,66  
Seio Digital Tipo Normal C: ALJ49260-R1E3.



**Cartório Azevedo Bastos**  
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145  
Bairro dos Estados, João Pessoa - PB  
(83) 3244-5404 - [cartorio@azevedobastos.not.br](https://azevedobastos.not.br)  
<https://azevedobastos.not.br>



Valber Azevedo de M. Cavalcanti  
Titular

TJPB



O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por LADY DIANA REGIS DE OLIVEIRA, em quinta-feira, 15 de abril de 2021 16:42:48 GMT-03:00, CNS: 06.870-0 - 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELIONATO DE NOTAS/PB, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico [www.cenad.org.br/autenticidade](http://www.cenad.org.br/autenticidade). O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelaionato de Notas. Provento nº 100/2020 CNJ - artigo 22.

28

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
ESTADO DA PARAÍBA  
CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS  
FUNDADO EM 1888

PRIMEIRO REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO E ÓBITOS E PRIVATIVO DE CASAMENTOS, INTERDIÇÕES E TUTELAS DA COMARCA DE JOÃO PESSOA  
PESSOA

Av. Epitácio Pessoa, 1145 Bairro dos Estados 58030-00, João Pessoa PB  
Tel.: (83) 3244-5404 / Fax: (83) 3244-5484  
<http://www.azevedobastos.not.br>  
E-mail: [cartorio@azevedobastos.not.br](mailto:cartorio@azevedobastos.not.br)



**DECLARAÇÃO DE SERVIÇO DE AUTENTICAÇÃO DIGITAL**

O Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti, Oficial do Primeiro Registro Civil de Nascimentos e Óbitos e Privativo de Casamentos, Interdições e Tutelas com atribuição de autenticar e reconhecer firmas da Comarca de João Pessoa Capital do Estado da Paraíba, em virtude de Lei, etc...

DECLARO ainda que, para garantir transparência e segurança jurídica de todos os atos oriundos da atividade Notarial e Registral no Estado da Paraíba, foi instituído pela Lei nº 10.132, de 06 de novembro de 2013, a aplicação obrigatória de um Selo Digital de Fiscalização Extrajudicial em todos os atos de notas e registro, composto de um código único (por exemplo: Selo Digital: ABC12345-X1X2) e dessa forma, cada autenticação processada pela nossa Serventia pode ser verificada e confirmada tantas vezes quanto for necessário através do site do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, endereço <https://corregedoria.tjpb.jus.br/selo-digital/>.

A autenticação digital do documento faz prova de que, na data e hora em que ela foi realizada, a empresa INSTITUTO DE PESQUISA SAUDE E EDUCACAO tinha posse de um documento com as mesmas características que foram reproduzidas na cópia autenticada, sendo da empresa INSTITUTO DE PESQUISA SAUDE E EDUCACAO a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a este Cartório.

Nesse sentido, declaro que a INSTITUTO DE PESQUISA SAUDE E EDUCACAO assumiu, nos termos do artigo 8º, §1º, do Decreto nº 10.278/2020, que regulamentou o artigo 3º, inciso X, da Lei Federal nº 13.874/2019 e o artigo 2º-A da Lei Federal 12.682/2012, a responsabilidade pelo processo de digitalização dos documentos físicos, garantindo perante este Cartório e terceiros, a sua autoria e integridade.

De acordo com o disposto no artigo 2º-A, §7º, da Lei Federal nº 12.682/2012, o documento em anexo, identificado individualmente em cada Código de Autenticação Digital<sup>1</sup> ou na referida sequência, poderá ser reproduzido em papel ou em qualquer outro meio físico.

Esta DECLARAÇÃO foi emitida em **28/04/2022 11:44:44 (hora local)** através do sistema de autenticação digital do Cartório Azevedo Bastos, de acordo com o Art. 1º, 10º e seus §§ 1º e 2º da MP 2200/2001, como também, o documento eletrônico autenticado contendo o Certificado Digital do titular do Cartório Azevedo Bastos, poderá ser solicitado diretamente a empresa INSTITUTO DE PESQUISA SAUDE E EDUCACAO ou ao Cartório pelo endereço de e-mail [autentica@azevedobastos.not.br](mailto:autentica@azevedobastos.not.br) Para informações mais detalhadas deste ato, acesse o site <https://autdigital.azevedobastos.not.br> e informe o Código de Autenticação Digital

Esta Declaração é válida por **tempo indeterminado** e está disponível para consulta em nosso site.

<sup>1</sup>Código de Autenticação Digital: 86981504219176187963-1 a 86981504219176187963-2

<sup>2</sup>Legislações Vigentes: Lei Federal nº 8.935/94, Lei Federal nº 10.406/2002, Medida Provisória nº 2200/2001, Lei Federal nº 13.105/2015, Lei Estadual nº 8.721/2008, Lei Estadual nº 10.132/2013, Provimento CGJ N° 003/2014 e Provimento CNJ N° 100/2020.

O referido é verdade, dou fé.

**CHAVE DIGITAL**

00005b1d734fd94f057f2d69fe6bc05b3a2fc95399d0884b281b7e5c8ff581f3dfca6ac4e3cf8201e0ffa88d871b6bf4de6be8e176fed6cb729e99286da688cf47bd8ac1becf213f155a82244b4a696a



Presidência da República  
Casa Civil  
Medida Provisória nº 2.200-2,  
de 24 de agosto de 2001.



249



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA  
SECRETARIA DE SAÚDE  
DIRETORIA ADMINISTRATIVA



Protocolo - **25026/2022**

TR- Emergencial especialistas

Vitória da Conquista, 28 de abril de 2022

Informamos ainda que a título de retificação fica desconsiderada as exigencias do item 10.1 e 10.2 do termo de referencia.

**HENRIQUE LIMA DE SOUZA**  
SERVIDOR  
24437-5  
DIRETORIA ADMINISTRATIVA - SMS



30

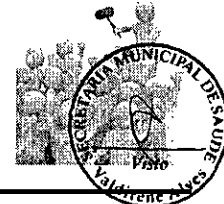


**PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA**

SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE

DIRETORIA ADMINISTRATIVA

COORDENAÇÃO APOIO TÉCNICO ADMINISTRATIVO



Vitória da Conquista (BA), 28 de abril de 2022.

PROCESSO 25.026/2022

**DISPENSA LICITAÇÃO**

**ÍNDICE**

• Solicitação da Unidade Requisitante .....	02
• Termo de Referência .....	03 a 11
• Documentação da empresa .....	12 a 67
• Cotações .....	68 a 78
• Dotação orçamentária .....	79 a 80
• Solicitação de Parecer Jurídico .....	81
• Parecer Jurídico .....	82 a 92
• Autenticidades .....	96 a 106
• Documentação complementar ao processo .....	107 ss

131



# MUNICÍPIO DE VITÓRIA DA CONQUISTA

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

www.pmvc.ba.gov.br



## TERMO DE REFERÊNCIA

### 1. OBJETO

Prestação de serviços de médicos para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.

### 2. FINALIDADE DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação de serviços médicos, será realizada pela Secretaria Municipal de Saúde de Vitória da Conquista - Bahia com o intuito de contratar a entidade Instituto de Pesquisa saúde e educação, CNPJ/ 63.110.431/0001-20, em caráter emergencial, na modalidade dispensa de licitação, para atendimento às demandas no município de Vitória da Conquista e municípios pactuados no tocante a necessidade de atendimento a pacientes atendidos pelo SUS.

A Constituição Federal de 1988 afirma que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos, ao acesso universal e igualitário às ações e serviços de saúde de promoção, proteção, tratamento e recuperação.

O poder público municipal não pode deixar de prestar assistência médica a população conquistense e aos municípios pactuados, devendo assim, realizar a manutenção do acesso às Consultas Especializadas e Serviço de Auditoria, Regulação e Autorização de procedimentos.

Considerando a necessidade de selecionar prestadores interessados em ofertar serviços dentro dos padrões de qualidade e parâmetros indispensáveis à boa assistência à população a Secretaria Municipal de Saúde está realizando estudos para realização de Chamamento Público, pois a dificuldade e morosidade no processo de contratação médica pelos parâmetros convencionais de concurso público através de vínculo direto com a Administração Pública, o que implicaria na falta de acesso em tempo oportuno aos serviços especializados.

A necessidade da presente contratação emergencial se deu em decorrência do vencimento dos contratos dos Médicos contratados, e a prorrogação dos prazos de vigência afrontaria dispositivos da lei orgânica municipal e princípios constitucionais.



## MUNICÍPIO DE VITÓRIA DA CONQUISTA

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

www.pmvc.ba.gov.br



A falta desses serviços trará danos aos munícipes, danos estes que podem ser irreparáveis, considerando que quanto mais rápido for o diagnóstico, mais probabilidade de cura o paciente terá.

Por fim, a administração, no intuito de preservar o direito a saúde da população, Art. 6º CRFB/88, não pode correr o risco de adiar a contratação em questão.

### 3. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação fundamenta-se na Lei Federal nº 8.666/93 com base nos artigos. 24, IV c/c 26. *Nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoa [...]*

### 4. DAS EXIGÊNCIAS E JUSTIFICATIVAS DO ART. 26 DA 8.666/93

O Art. 26. da Lei 8.666/93 traz em seu parágrafo único a seguinte redação, *in litteris*:

Parágrafo único. O processo de dispensa, de inexigibilidade ou de retardamento, previsto neste artigo, será instruído, no que couber, com os seguintes elementos:

I - Caracterização da situação emergencial, calamitosa ou de grave e iminente risco à segurança pública que justifique a dispensa, quando for o caso; (Redação dada pela Lei nº 13.500, de 2017)

II - Razão da escolha do fornecedor ou executante;

III - justificativa do preço.

### 5. DA ESCOLHA DO FORNECEDOR

Torna-se imperiosa a realização de Contratação do Instituto de pesquisa Saúde e Educação, CNPJ sob o nº 63.110.431/0001-20, em caráter emergencial na modalidade dispensa de licitação, para atendimento às demandas no município de Vitória da Conquista e municípios pactuados, devido a apresentação do menor preço.

### 6. DA JUSTIFICATIVA DO PREÇO REFERENCIAL

Os valores ora definidos no presente termos para as consultas médicas encontra-se aprovadas pelo Conselho Municipal de Saúde de Vitória da Conquista e em relação aos médicos auditores previamente definidos e amplamente difundidos e compatíveis com os praticados no âmbito da Administração municipal na remuneração dos servidores efetivos. Acrescido a taxa de administração conforme cotação.

### 7. DAS ESPECIFICAÇÕES, QUANTITATIVOS E PREÇOS

BLOCO 01 - CONSULTAS ESPECIALIZADAS

137

**MUNICÍPIO DE VITÓRIA DA CONQUISTA**

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

www.pmvc.ba.gov.br



ITEM	ESPECIFICAÇÃO	VALOR UNITÁRIO	QUANTIDADE MENSAL ESTIMADA A SER CONTRATADA	VALOR MENSAL DE ACORDO QUANTIDADE MENSAL ESTIMADA	QUANTIDADE E TOTAL ESTIMADA A SER CONTRATADA	VALOR TOTAL DE ACORDO QUANTIDADE ESTIMADA DE PROCEDIMENTOS	VALOR TOTAL COM TAXA DE ADMINISTRAÇÃO (8%)
1	Consulta Médica Especializada - ALERGOLOGISTA/IMUNOLOGISTA.	R\$ 46,00	50	R\$ 2.300,00	300	R\$ 13.800,00	R\$ 14.904,00
2	Consulta Médica Especializada - ANESTESIOLOGISTA.	R\$ 46,00	290	R\$ 13.340,00	1740	R\$ 80.040,00	R\$ 86.443,20
3	Consulta Médica Especializada - ANGIOLOGISTA/CIRURGIÃO VASCULAR.	R\$ 46,00	290	R\$ 13.340,00	1740	R\$ 80.040,00	R\$ 86.443,20
5	Consulta Médica Especializada - CARDIOLOGISTA	R\$ 46,00	580	R\$ 26.680,00	3480	R\$ 160.080,00	R\$ 172.886,40
6	Consulta Médica Especializada - CARDIOLOGISTA PEDIÁTRICO.	R\$ 46,00	98	R\$ 4.508,00	588	R\$ 27.048,00	R\$ 29.211,84
7	Consulta Médica Especializada - CIRURGIÃO PEDIÁTRICO.	R\$ 46,00	190	R\$ 8.740,00	1140	R\$ 52.440,00	R\$ 56.635,20
8	Consulta Médica Especializada - CIRURGIÃO DE CABEÇA E PESCOÇO.	R\$ 46,00	290	R\$ 13.340,00	1740	R\$ 80.040,00	R\$ 86.443,20
9	Consulta Médica Especializada - CIRURGIÃO GERAL.	R\$ 46,00	590	R\$ 27.140,00	3540	R\$ 162.840,00	R\$ 175.867,20
10	Consulta Médica Especializada - CIRURGIÃO GINECOLÓGICO	R\$ 46,00	200	R\$ 9.200,00	1200	R\$ 55.200,00	R\$ 59.616,00
12	Consulta Médica Especializada - CIRURGIÃO TORÁCICO.	R\$ 46,00	100	R\$ 4.600,00	600	R\$ 27.600,00	R\$ 29.808,00
13	Consulta Médica Especializada - COLOPROCTOLOGISTA.	R\$ 46,00	290	R\$ 13.340,00	1740	R\$ 80.040,00	R\$ 86.443,20
14	Consulta Médica Especializada - DERMATOLOGISTA	R\$ 46,00	390	R\$ 17.940,00	2340	R\$ 107.640,00	R\$ 116.251,20
15	Consulta Médica Especializada - ENDOCRINOLOGISTA E METABOLOGIA	R\$ 46,00	580	R\$ 26.680,00	3480	R\$ 160.080,00	R\$ 172.886,40
16	Consulta Médica Especializada - ENDOCRINOLOGISTA E METABOLOGIA PEDIÁTRICA.	R\$ 46,00	80	R\$ 3.680,00	480	R\$ 22.080,00	R\$ 23.846,40
17	Consulta de Profissional de Nível Superior (exceto médico) especializado - FONOAUDIÓLOGO.	R\$ 14,49	290	R\$ 4.202,10	1740	R\$ 25.212,60	R\$ 27.229,61
18	Consulta Médica Especializada - GASTROENTEROLOGISTA.	R\$ 46,00	380	R\$ 17.480,00	2280	R\$ 104.880,00	R\$ 113.270,40
19	Consulta Médica Especializada - GASTROENTEROLOGISTA PEDIÁTRICO.	R\$ 46,00	95	R\$ 4.370,00	570	R\$ 26.220,00	R\$ 28.317,60
20	Consulta Médica Especializada - GENETICISTA.	R\$ 46,00	95	R\$ 4.370,00	570	R\$ 26.220,00	R\$ 28.317,60
21	Consulta Médica Especializada - MÉDICO GERIATRA.	R\$ 46,00	200	R\$ 9.200,00	1200	R\$ 55.200,00	R\$ 59.616,00
22	Consulta Médica Especializada - GINECOLOGISTA E OBSTETRA	R\$ 46,00	3120	R\$ 143.520,00	18720	R\$ 861.120,00	R\$ 930.009,60
23	Consulta Médica Especializada - HEMATOLOGISTA.	R\$ 46,00	190	R\$ 8.740,00	1140	R\$ 52.440,00	R\$ 56.635,20
24	Consulta Médica Especializada - HEMATOLOGISTA PEDIÁTRICO.	R\$ 46,00	100	R\$ 4.600,00	600	R\$ 27.600,00	R\$ 29.808,00
25	Consulta Médica Especializada - HEPATOLOGISTA.	R\$ 46,00	290	R\$ 13.340,00	1740	R\$ 80.040,00	R\$ 86.443,20
26	Consulta Médica Especializada - INFECTOLOGISTA.	R\$ 46,00	294	R\$ 13.524,00	1764	R\$ 81.144,00	R\$ 87.635,52

134



**MUNICÍPIO DE VITÓRIA DA CONQUISTA**

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

www.pnvc.ba.gov.br



27	Consulta Médica Especializada - MASTOLOGISTA.	R\$ 46,00	290	R\$ 13.340,00	1740	R\$ 80.040,00	R\$ 86.443,20
28	Consulta Médica Especializada - MÉDICO DO TRABALHO.	R\$ 46,00	998	R\$ 45.908,00	5988	R\$ 275.448,00	R\$ 297.483,84
29	Consulta Médica Especializada - NEFROLOGISTA	R\$ 46,00	200	R\$ 9.200,00	1200	R\$ 55.200,00	R\$ 59.616,00
30	Consulta Médica Especializada em NEFROLOGISTA PEDIÁTRICO.	R\$ 46,00	100	R\$ 4.600,00	600	R\$ 27.600,00	R\$ 29.808,00
31	Consulta Médica Especializada - NEUROCIRURGIÃO.	R\$ 59,00	180	R\$ 10.620,00	1080	R\$ 63.720,00	R\$ 68.817,60
32	Consulta Médica Especializada - NEUROLOGISTA.	R\$ 59,00	490	R\$ 28.910,00	2940	R\$ 173.460,00	R\$ 187.336,80
33	Consulta Médica Especializada - NEUROPEDIATRA.	R\$ 59,00	600	R\$ 35.400,00	3600	R\$ 212.400,00	R\$ 229.392,00
34	Consulta Médica Especializada - OFTALMOLOGISTA PEDIÁTRICO.	R\$ 46,00	100	R\$ 4.600,00	600	R\$ 27.600,00	R\$ 29.808,00
35	Consulta Médica Especializada em ORTOPEDISTA.	R\$ 46,00	300	R\$ 13.800,00	1800	R\$ 82.800,00	R\$ 89.424,00
36	Consulta Médica Especializada - ORTOPEDISTA PEDIÁTRICO.	R\$ 46,00	100	R\$ 4.600,00	600	R\$ 27.600,00	R\$ 29.808,00
37	Consulta Médica Especializada - OTORRINOLARINGOLOGISTA.	R\$ 46,00	300	R\$ 13.800,00	1800	R\$ 82.800,00	R\$ 89.424,00
38	Consulta Médica Especializada - PNEUMOLOGISTA.	R\$ 46,00	476	R\$ 21.896,00	2856	R\$ 131.376,00	R\$ 141.886,08
39	Consulta Médica Especializada - PNEUMOLOGISTA PEDIÁTRICO.	R\$ 46,00	100	R\$ 4.600,00	600	R\$ 27.600,00	R\$ 29.808,00
40	Consulta Médica Especializada - PEDIATRA.	R\$ 46,00	2260	R\$ 103.960,00	13560	R\$ 623.760,00	R\$ 673.660,80
41	Consulta Médica Especializada - PSQUIATRA.	R\$ 46,00	1340	R\$ 61.640,00	8040	R\$ 369.840,00	R\$ 399.427,20
42	Consulta Médica Especializada - REUMATOLOGISTA.	R\$ 46,00	390	R\$ 17.940,00	2340	R\$ 107.640,00	R\$ 116.251,20
44	Consulta Médica Especializada - UROLOGISTA.	R\$ 46,00	590	R\$ 27.140,00	3540	R\$ 162.840,00	R\$ 175.867,20
45	Consulta de Profissional de Nível Superior (exceto médico) especializado - TERAPEUTA OCUPACIONAL.	R\$ 14,49	200	R\$ 2.898,00	1200	R\$ 17.388,00	R\$ 18.779,04
TOTAL						R\$ 4.998.156,60	R\$ 5.398.009,13

DADOS LOTE 02							
ITEM	SERVIÇOS	CARGA HORARIA	QTD MENSAL	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR MENSAL (R\$)	TOTAL BRUTO SOLICITACAO	VALOR TOTAL COM TAXA DE ADMINISTRAÇÃO ( 8%)
1	SERVIÇO MÉDICO NA AUTORIZAÇÃO DE TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - MÉDICO REGULADOR/AUDITOR	20H	1	R\$ 3.704,57	R\$ 3.704,57	R\$ 22.227,42	R\$ 24.005,61
2	SERVIÇO MÉDICO NA REGULAÇÃO DE ACESSO AOS EXAMES, CONSULTAS E PROCEDIMENTOS ESPECIALIZADOS A NÍVEL AMBULATORIAL -	40H	1	R\$ 7.409,13	R\$ 7.409,13	R\$ 44.454,78	R\$ 48.011,16

135

**MUNICÍPIO DE VITÓRIA DA CONQUISTA**

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

www.pmvc.ba.gov.br



	MÉDICO REGULADOR/AUDIT OR						
3	SERVIÇO MÉDICO NA AUTORIZAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR (AIH) E PROCEDIMENTOS DE ALTA COMPLEXIDADE (APAC) - MÉDICO AUTORIZADOR/AUD ITOR	20H	2	R\$ 3.704,57	R\$ 7.409,14	R\$ 44.454,84	R\$ 48.011,23
4	SERVIÇO MÉDICO NA AUTORIZAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR (AIH) E PROCEDIMENTOS DE ALTA COMPLEXIDADE (APAC), NAS ÁREAS DE CIRURGIA CARDIACA E HEMODINÂMICA (ANGIOPLASTIA E CATETERISMO CARDÍACO) - MÉDICO CARDIOLOGISTA AUTORIZADOR/AUD ITOR	40H	1	R\$ 7.409,13	R\$ 7.409,13	R\$ 44.454,78	R\$ 48.011,16
5	Serviço de Auditoria Médica na elaboração de relatórios , pareceres e autorização de Internação Hospitalar- MÉDICO AUDITOR	20h	2	R\$ 3.704,57	R\$ 7.409,14	R\$ 44.454,84	R\$ 48.011,23
6	Serviço de Auditoria Médica na elaboração de relatórios , pareceres e autorização de Internação Hospitalar- MÉDICO AUDITOR	40h	2	R\$ 7.409,13	R\$ 14.818,26	R\$ 88.909,56	R\$ 96.022,32
7	Serviço de investigação de óbito materno, infantil e fetal e causa mal definida	20h	1	R\$ 3.704,57	R\$ 3.704,57	R\$ 22.227,42	R\$ 24.005,61

136

**MUNICÍPIO DE VITÓRIA DA CONQUISTA**

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

www.pnvc.ba.gov.br



8	<b>Serviço de medicina do Trabalho -</b> Elaboração e emissão de parecer sobre nexos causais, realização de inspeção sanitária em saúde do trabalhador nos ambientes e estabelecimentos de trabalho Atividades educativas em saúde do trabalhador em caráter extra muro	40h	2	R\$ 7.409,13	R\$ 14.818,26	R\$ 88.909,56	R\$ 96.022,32
TOTAL LOTE 02:						R\$ 400.093,20	R\$ 432.100,66

O valor total para o período Contratado será de R\$ 5.830.109,79 (cinco milhões oitocentos e trinta mil cento e nove reais e setenta e nove centavos).

**8. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

Os recursos orçamentários necessários à custear a presente despesa encontra-se prevista na Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 2589/2022.

Rubrica Orçamentária: Órgão: 2600

Atividade: 1.201; 2.201; 2.205; 1.207; 1.208; 2.206; 1.210; 1.211; 1.212; 1.213; 2.210; 2.213; 2.214

Fonte de Recurso: Tesouro Municipal, Estadual e/ou Federal

Elemento de Despesa: 33.90.39

Sub Elemento: 99041; 99065; 99067

**9. PRAZO, LOCAL E CONDIÇÕES DE ENTREGA**

9.1. Os Serviços serão realizados em local a ser indicado pela Secretaria Municipal de Saúde.

9.2. O prestador contratado deverá possuir os materiais, equipamentos e insumos, necessários para realização das consultas;

9.3. O prestador contratado deverá atender às demais especificações contidas no Termo de Referência.

9.4. O prestador contratado deverá permitir o acompanhamento e a fiscalização da Contratante ou da comissão designada para tal.

137



## MUNICÍPIO DE VITÓRIA DA CONQUISTA

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

www.pmvc.ba.gov.br



9.5. As despesas com materiais de consumo necessários a execução dos serviços será de responsabilidade do prestador contratado;

9.6. Os equipamentos, que se façam necessários ao perfeito e bom desempenho dos serviços, deverão ser disponibilizados pelo prestador contratado;

9.7. Os recursos humanos deverão ser disponibilizados pelo prestador contratado, conforme critérios para composição de quadro mínimo de profissionais necessários para prestação dos serviços contratados.

9.8. A execução dos serviços deverá ser feita através de profissionais especializados, devidamente capacitados, responsabilizando-se por quaisquer danos causados pelos mesmos, aos pacientes, decorrentes de omissão, negligência, imperícia ou imprudência;

9.9. É de responsabilidade do contratado a manutenção preventiva ou corretiva dos equipamentos, e no caso de defeitos desses, a Contratante deverá ser comunicada por escrito, em tempo hábil, não devendo interromper a manutenção do serviço prestado;

### 10. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

10.1. Inscrição da entidade no CREMEB;

10.2. Documentação do responsável técnico: cópia do Registro Geral (R.G.), Cadastro de Pessoa Física (C.P.F.) e Registro no Conselho Profissional da Categoria;

10.3. Certificação de Inscrição e/ou Responsabilidade Técnica dos responsáveis pelos serviços/setores da unidade junto ao Conselho Profissional Médico

10.4. Comprovação fornecida pelo órgão licitante, de que recebeu os documentos, e, quando exigido, de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto do presente Termo de referência;

10.5. Comprovação de aptidão do desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da contratação, através da apresentação de pelo menos 02 (dois) Atestados de Capacidade Técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, atendendo o quanto previsto no art. 30, inciso II, § 10, inciso 1 da Lei 8.666/93

### 11. DO PAGAMENTO

11.1. Os pagamentos estão condicionados a apresentação e processamento da produção

11.2. Os serviços realizados deverão ser apresentados para processamento no Sistema indicado pelo Município de Vitória da Conquista para aprovação, conforme cronograma estipulado pela Secretaria de Saúde do Município, e posteriormente, para efetivação do pagamento pelo Setor Financeiro desta Secretaria, conforme valor aprovado.

11.2.1. O prestador contratado deverá utilizar o sistema indicado pelo Município de Vitória da Conquista para realização do fechamento de sua produção mensal, que será validado e pago após a conferência com o



## MUNICÍPIO DE VITÓRIA DA CONQUISTA

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

www.pmvcb.ba.gov.br



relatório de produção emitido pelo sistema indicado pelo Município de Vitória da Conquista.

- 11.2.2. A nota fiscal será emitida após o processamento da produção pelo sistema indicado pelo Município de Vitória da Conquista, consoantes aos valores aprovados e após a apuração e validação do quantitativo da produção alcançada pelo Setor de Controle/Contas Médicas.
- 11.2.3. Todas as notas fiscais deverão vir acompanhadas das certidões de regularidade.
- 11.2.4. Os valores a serem pagos terão como referência os da Tabela de consultas, conforme Item 7 deste Termo de Referências;
- 11.2.5. Nos preços fixados estão incluídos todos os custos com material de consumo, salários, encargos sociais, previdenciários e trabalhistas de todo o pessoal da Contratada, como também fardamento, transporte de qualquer natureza, materiais empregados, inclusive ferramentas, utensílios e equipamentos utilizados, depreciação, aluguéis, administração, impostos, taxas, emolumentos e quaisquer outros custos que, direta ou indiretamente, se relacionem com o fiel cumprimento das obrigações assumidas.
- 11.2.6. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data da entrega da nota fiscal emitida de acordo com a prestação de serviço efetuada e aprovação da produção constante no sistema indicado pelo Município de Vitória da Conquista.
- 11.2.7. A Contratante se reserva o direito de recolher e/ou reter, no valor pago, tributos que sejam de sua competência ou dos quais seja responsável ou substituto tributário.
- 11.3. Os pagamentos poderão ser sustados pelo Contratante nos seguintes casos:
  - 11.3.1. Não cumprimento das obrigações assumidas que possam de qualquer forma prejudicar o Contratante;
  - 11.3.2. Inadimplência de obrigações da CONTRATADA para com o CONTRATANTE, por conta do estabelecido no contrato;
  - 11.3.3. Não execução das condições estabelecidas no contrato;
- 11.4. O pagamento somente será efetuado após o "atesto" da Nota Fiscal, pelo servidor fiscal do contrato, ficando condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal apresentada pela Contratada e do regular cumprimento das obrigações assumidas;
- 11.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou nos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o Contratante.
- 11.6. Antes do pagamento, o Contratante realizará consulta on-line ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAD ou outro semelhante e, se

139



## MUNICÍPIO DE VITÓRIA DA CONQUISTA

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

www.pmvc.ba.gov.br



necessário, aos sítios oficiais, para verificar a manutenção das condições de habilitação da Contratada, devendo o resultado ser impresso, autenticado e juntado ao processo de pagamento.

- 11.7. O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito em conta corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pela Contratada, ou por outro meio previsto na legislação vigente.
- 11.8. Será considerado como data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 11.9. O Contratante não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela Contratada, que porventura não tenha sido acordada no contrato.

### 12. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

- 12.1. O Município além das obrigações consideradas contidas neste Termo por determinação legal e das previstas em outras cláusulas, obriga-se a:
  - 12.1.1. Controlar, fiscalizar, acompanhar e avaliar as ações e os serviços ajustados;
  - 12.1.2. Estabelecer mecanismos de controle da oferta e demanda de ações e serviços de saúde;
  - 12.1.3. Publicar o extrato do Contrato e dos aditamentos que houver em Diário Oficial.
  - 12.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através dos servidores; Clariana Nascimento Ferraz Graziani, Matrícula Funcional nº 24732-5 e a servidora Glêissia Amorin Tigre, Matrícula Funcional nº 24650-9, e o servidor: Henrique Lima de Souza, matrícula 24437-5, especialmente designados, ou quem a estes substituir.

### 13. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 13.1.1. A contratada deverá garantir todas as consultas, necessárias ao tratamento dos pacientes encaminhados pela Secretaria de Saúde
- 13.1.2. A Contratada é responsável pela indenização de dano causado ao paciente, aos órgãos do SUS e a terceiros a eles vinculados, decorrentes de ação ou omissão voluntária ou de negligência, imperícia ou imprudência praticadas por seus profissionais ou prepostos, ficando assegurado ao Município o direito de regresso.
- 13.1.3. A fiscalização ou o acompanhamento da execução deste contrato pelos órgãos competentes do SUS não exclui, nem reduz a responsabilidade da Contratada nos termos da legislação referente a licitações e contratos administrativos.
- 13.1.4. A responsabilidade de que trata esta Cláusula estende-se aos casos de danos causados por defeitos relativos à prestação dos serviços, nos estritos termos do art. 14 da Lei 8.078, de 11.09.90 (Código de Defesa do Consumidor).

### 14. DAS PENALIDADES



## MUNICÍPIO DE VITÓRIA DA CONQUISTA

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

www.pmnvc.ba.gov.br



- 14.1. O descumprimento, parcial ou total de qualquer das Cláusulas contidas no presente Termo de Referência sujeitará a Contratada as sanções previstas na legislação pertinente a licitações e contratos administrativos, garantida a prévia e ampla defesa em processo administrativo.
- 14.2. A inexecução parcial ou total do Contrato ensejará a suspensão ou a imposição da declaração de inidoneidade para licitar e contratar com o município e multa, de acordo com a gravidade da infração.
- 14.3. A multa será graduada de acordo com a gravidade da infração, nos seguintes limites máximos:
- 14.4. 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso sobre o valor da parte do serviço não realizado.
- 14.5. 0,7 (sete décimos por cento) sobre o valor da parte do serviço não realizado, por dia subsequente ao trigésimo.
- 14.6. A Contratante se reserva ao direito de descontar do pagamento devido à Contratada o valor de qualquer multa porventura imposta em virtude do descumprimento das condições estipuladas neste Termo de Referência.
- 14.7. As multas previstas nesta cláusula não têm caráter compensatório e o seu pagamento não eximirá a Contratada da responsabilidade por perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.
- 14.8. O descumprimento da Regulamentação do Sistema Único de Saúde - SUS, constatado em auditoria, sujeita o prestador de serviços infrator à aplicação das seguintes penalidades, em ordem de gravidade crescente:
- 14.8.1. Advertência, para as infrações consideradas de natureza leve.
- 14.8.2. Suspensão temporária do credenciamento, para as infrações consideradas de natureza grave ou nos casos de reincidência das infrações mencionadas no inciso anterior.
- 14.8.3. Descredenciamento do estabelecimento de saúde, para as infrações consideradas de natureza gravíssima ou nos casos de reincidência das infrações mencionadas no inciso anterior.

### 15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

A Contratada não poderá cobrar do paciente ou de seus acompanhantes qualquer complementação aos valores pagos pelos serviços prestados nos termos deste Termo de Referência.

A Contratada responsabilizar-se-á por qualquer cobrança indevida, procedida por seus empregados ou prepostos, realizada em suas dependências em razão da execução do serviço contratado.

É vedada a cobrança a qualquer título à pacientes atendidos pelo Sistema Único de Saúde- SUS.

É de responsabilidade exclusiva e integral da Contratada a utilização de pessoal para execução do objeto deste Contrato, incluídos os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais fiscais e comerciais resultantes de vínculo empregatício, cujos ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos para a Contratante.

Vitória da Conquista - BA,

02 de maio de 2022.

Henrique Lima de Souza  
Coord. Contratos e Convênios  
Mat: 245459

Ramona Cerqueira Pereira  
Secretária Mun. de Saúde  
Matricula: 245459

141



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA  
Secretaria Municipal de Saúde  
Conselho Municipal de Saúde  
Assessoria do Controle Social



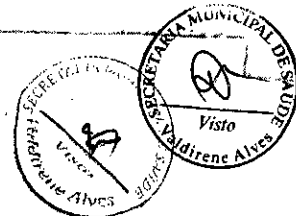
ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE 2019.

1. Informes Gerais e dos Conselhos Locais;
2. Aprovação da Ata da 11ª Reunião Ordinária;
3. Devolutiva das Comissões de Saúde e Finanças: Edital de Chamada Pública Ambulatorial e Hospitalar;
4. Devolutiva da Comissão de Mobilização: Eleição Conselho Municipal de Saúde;
5. O que Ocorrer;

**Abertura:** Aos 09 dias do mês de janeiro de dois mil e dezanove, às quatorze horas e 30 minutos, na sede do Conselho Municipal de Saúde, situada à Av. Olívia Flores, nº 3.000, bairro Candeias foi realizada a Primeira Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Saúde de Vitória da Conquista – BA, com o objetivo de discutir a pauta acima descrita, contando com a presença dos seguintes conselheiros: **José Raimundo Costa Fernandes** (Secretaria Municipal de Saúde - Titular); **Ramona Cerqueira Pereira** (Secretaria Municipal de Saúde - Suplente); **Maria Lúcia Ribeiro Pina** (Secretaria Municipal de Saúde - Titular); **Lygia Matos Barreto de Castro** (Núcleo Regional de Saúde Sudoeste - Titular); **Augusto Jorge José Leal** (Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - Titular); **Rita de Cássia Dias Viana Andrade** (Entidade de Odontologia do Município - Titular); **Maria de Lourdes Ribeiro e Silva** (Profissionais Médicos - Titular); **Hélio Pereira dos Santos**; ((Sindicato dos ACS E ACE); **Glicia Miranda da Silveira** (Trabalhadores em Saúde - Suplente); **Maria Tereza Magalhães Moraes** (Profissionais de Farmácia e Bioquímicos do Município); **Mariza Carvalho Silva** (Clube de Serviços - Titular - Vice-Presidente); **Cristiana Alves de Oliveira** (Entidades Religiosas Arquidiocese - Suplente); **Orlando de Oliveira Santos Filho** (Entidades Religiosas - Titular); **Vitória Alves dos Santos** (Sindicato dos Trabalhadores Rurais - Titular); **Talita Neves Silva** (Áreas Especiais em Saúde - Suplente); **Gilvan Fernandes Pereira** (Conselheiros Usuários dos CLS - Titular); **Elio Santos Sobrinho** (Conselheiros Usuários dos CLS - Suplente); **Lucilene Novais de Oliveira** (Conselheiros Usuários dos Conselhos Locais de Saúde - Titular); **Hélia Maria Soares** (Pessoa Idosa - Titular); **Deusdete de Jesus Oliveira** (Movimento Negro - Titular);. A reunião contou também com a presença de visitantes, diretores, coordenadores e gerentes da Secretaria Municipal de Saúde, além de representantes dos Conselhos Locais da Zona Urbana e Rural. Após verificação do quórum regimental, a Sra. Mariza cumprimentou a todos presentes desejando a todos um feliz ano e justificou a ausência da presidente Sra Monalisa Barros que se encontra de férias e ausente de Vit da Conquista, em seguida passou a palavra para a Conselheira **Ma.Lúcia R. Pina que justificou a ausência dos Conselheiros:** Monalisa N. S. Barros (férias) Lúcia Ma. S. Dória, em viagem, Paulo Gadas, férias e ausente de Vit da Conquista. Sra. Carine marques, Luiz Rogério C. S. Santos, Suzinete S. B. Almeida, Juliana O. Santos todos de férias e ausentes de Vitória da Conquista, e Giovânia Márcia V. Souto, Michaela França, em outra agenda e Ana Tibúrcio ausente de Vitória da Conquista por motivos particulares. **Informes.** Não houve nenhum informe. **Segundo Ponto de Pauta. Aprovação da Ata da 11ª Reunião Ordinária/2018;** A Conselheira Ma. Lúcia R.Pina colocou a **Ata da Décima Primeira Reunião Ordinária de 2018** em votação, a mesma foi apreciada, votada e **aprovada por unanimidade.** **Terceiro Ponto de Pauta. Devolutiva das Comissões de Saúde e Finanças Edital de**

Carlos Alberto de Moraes Andrade  
Diretor de Regulação,  
Controle e Avaliação do SUS  
Matrícula: 24303-3

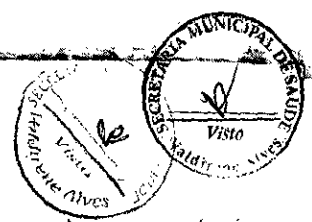




53  
54  
55  
56  
57  
58  
59  
60  
61  
62  
63  
64  
65  
66  
67  
68  
69  
70  
71  
72  
73  
74  
75  
76  
77  
78  
79  
80  
81  
82  
83  
84  
85  
86  
87  
88  
89  
90  
91  
92  
93  
94  
95  
96  
97  
98  
99  
00  
01  
02

**Chamada Pública Ambulatorial e Hospitalar; A Conselheira Lygia Matos, apresentou o relatório da ANÁLISE DO EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA PARA CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS AMBULATORIAIS.** As Comissões de Saúde e de Finanças do Conselho Municipal de Saúde do Município de Vitória da Conquista, Estado da Bahia, onde estiveram presentes os membros da Comissão de Saúde: Lygia Matos Barreto, Gilvan Fernandes Pereira, Rita de Cássia Dias Viana, Elio Sobrinho, Ma. Lúcia Ribeiro Pina, e os membros da Comissão de Finanças: Glícia Miranda da Silveira, Elio Sobrinho, Gilvan Fernandes e Augusto José Leal nos dias 27/12/2018 e 04/01 na sede da Secretaria Municipal de Saúde, situada à rua Rotary Clube, nº 69, Bairro Centro, para análise do Edital de Chamada Pública para credenciamento de empresas prestadoras de serviços Ambulatoriais e Hospitalares apresentados neste Conselho para apreciação, emite o parecer a seguir: As Comissões de Saúde e de Comissão de Finanças deste Conselho Municipal, após análise do presente Edital e paramentada pelos aspectos legais a este imbuídos: Considerando, que os profissionais estão sendo contratados por tempo determinado e por carga horária e sendo convertida em procedimentos, majorando os valores dos procedimentos chegando próximo ao teto máximo da LRF, impedindo contratos em outras áreas da SMS; Considerando que o credenciamento potencializará a ampliação do número de prestadores e facilitará o acesso da população ao maior número de serviços e procedimentos; Considerando que quanto maior o número de prestadores credenciados, menor será o risco de desassistência; Considerando que o número de consultas/procedimentos será ofertado para toda Região Saúde, recomenda:- A aprovação dos valores de complementação do Projeto Estratégico de Ampliação de Acesso aos Procedimentos Ambulatoriais e Hospitalares, advindos do tesouro Municipal; - Igualar o valor das Consultas Médicas Especializadas, exceto as consultas especializadas de Neurologia; Incluir o tratamento de Lesões de boca (diagnóstico e tratamento) nos procedimentos ambulatoriais Buco-maxilo; Aprovar o número de procedimentos /consultas reduzido (resguardando) do total de 15% do número de procedimentos da Policlínica. Que após questionamento da Conselheira Ma. de Lourdes em relação à necessidade de assegurar a adesão do Município à Policlínica passou a ter a seguinte redação: *Aprovar o número de procedimentos /consultas resguardando o total de 15% do número de procedimentos da Policlínica, em cumprimento a Lei nº 8.080/1990, artº 24, que garante a contratação em Serviço Público para em seguida do Filantrópico e em seguida o Particular.* Após os esclarecimentos a Sra. Mariza vice-presidente deste CMS submeteu o Parecer 01/2019/CMS: **ANÁLISE DO EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA PARA CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS AMBULATORIAIS** a votação, sendo o mesmo aprovado pelos Conselheiros presentes com 17 (dezessete) votos a favor e uma abstenção. Em seguida a Conselheira Lygia Matos deu sequência à apresentação do *Edital de Chamada Pública para credenciamento de empresas prestadoras de serviços hospitalares*, conforme descrito a seguir: As Comissões de Saúde e de Finanças do Conselho Municipal de Saúde do Município de Vitória da Conquista, Estado da Bahia, onde estiveram presentes os membros da Comissão de Saúde, Lygia Matos Barreto de Castro, Gilvan Fernandes Pereira, Rita de Cássia Dias Viana, Elio Santos Sobrinho, Ma. Lúcia Ribeiro Pina, e os membros da Comissão de Finanças: Glícia Miranda da Silveira, Elio Santos Sobrinho, Gilvan Fernandes, Augusto José Leal e Maria Tereza Magalhães Moraes nos dias 27/12/2018 e 08/01/2019, na sede da Secretaria Municipal de Saúde, situada à rua Rotary Clube, nº 69, bairro Centro, para análise do Edital de Chamada Pública para credenciamento de empresas prestadoras de serviços Ambulatoriais e Hospitalares apresentados neste Conselho para apreciação, emite o parecer a seguir: Considerando a importância deste Contrato que não deve suscitar dúvidas solicitamos as alterações abaixo relacionadas no modelo de Convênio nº 002: Modificar o ano de 2013 para 2019; No item 5.5.2 – substituir o termo conselhos de saúde por Conselho Municipal de Saúde, considerando letras maiúsculas; Item 7.7 – substituir a especificação nomes de servidores por “Através dos servidores lotados na

EH [Signature] [Signature] [Signature] [Signature] [Signature] [Signature] [Signature]  
Carlos Alberto Barraz de Andrade  
Diretor de Regulação,  
Controle e Avaliação de Serviços  
Matrícula: 24.330-3  
143 63

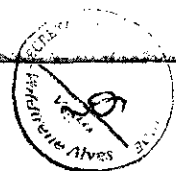


103 Auditoria Municipal. Comissão de acompanhamento de contratos, cujos nomes dos responsáveis  
104 serão publicados em Portaria Municipal específica; Item 8.2.2 - Onde estiver escrito o termo  
105 conveniada ou contratada substituir por conveniada/contratada, pois gera duplicidade de  
106 interpretação ao leitor. Justificando: Conveniada refere ao Hospital Público ou Filantrópico.  
107 Contratado ao Hospital Particular/privado; Item 13.4 - Acrescentar a Portaria do Ministério da  
108 Saúde que prevê os percentuais de 60% e 40%, respectivamente para metas físicas e qualitativas,  
109 que estão especificadas no POA Hospitalar (anexo); Item 13.1 - substituir a palavra  
110 PRODUÇÃO por REALIZAÇÃO DE CONSULTAS/PROCEDIMENTOS; Item 15.4 - Corrigir  
111 a palavra disponibilidade, cuja grafia está incorreta; Ao final do Contrato deverá constar a  
112 assinatura do Secretário Municipal de Saúde, conforme Lei 8.142/90 e qualificar o Prefeito na  
113 página 01; 2. Em relação ao Termo de Referência: Considerando que o Termo de referência é de  
114 extrema importância para esclarecer aos Prestadores os Serviços a serem pleiteados pelos  
115 mesmos, as Comissões de Saúde e Finanças requerem as modificações a seguir relacionadas:  
116 Item 9c - Fortalecer esse item no quadro de Indicadores de Qualidade; Item 10 - Incluir membro  
117 do CMS ou Comissão do CMS para fazer parte e/ou acompanhar a Comissão Técnica e elaborar  
118 um instrumento de fiscalização (BAREMA) semelhante ao PNASH; Item 23.3.7.1.5 - Fortalecer  
119 este item no que diz respeito aos Serviços de Urgência e Emergência; Quanto ao Incentivo  
120 Municipal para a área hospitalar sugerimos que seja feito um projeto com valores e anexo ao  
121 Edital que serão usados eventualmente para reduzir demandas reprimidas. Ficam aprovados os  
122 valores de incentivo que serão pagos com recursos do Tesouro Municipal aos prestadores da área  
123 hospitalar na Urgência e Emergência e eventualmente para reduzir demandas reprimidas em  
124 outras áreas. **CONCLUSÃO:** Ante o exposto, os membros das Comissões de Saúde e Finanças,  
125 citados acima recomendam à plenária do Conselho Municipal a aprovação do presente Edital de  
126 Chamada Pública para credenciamento de empresas prestadoras de serviços Hospitalares e dos  
127 seus anexos, bem como o projeto Estratégico de Aumento do acesso aos procedimentos  
128 ambulatoriais e hospitalares no âmbito do SUS, observadas as alterações sugeridas pelas  
129 Comissões. Em seguida o participante Sr José da Paz questiona sobre o impacto do Edital quanto  
130 aos recursos do Tesouro Municipal e sobre os valores a serem pagos aos profissionais Médicos,  
131 se já foram acordados. A conselheira Lygia Matos explica que trata de compra de Internação,  
132 não há valores diferenciados, é o valor do Ministério da Saúde e que o Incentivo Municipal é  
133 para assegurar os plantonistas 24 horas nas Especialidades. O conselheiro José Raimundo diz ser  
134 pertinente a preocupação em relação a Contrapartida e explica que o percentual obrigatório da  
135 contrapartida Municipal é 15%, mas que no exercício de 2018 que ainda está sendo fechado pela  
136 Contabilidade deverá ficar em torno de 25%. A Sra. Mariza vice-presidente deste CMS submeteu  
137 o Parecer 02/2019/CMS: **ANÁLISE DO EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA PARA**  
138 **CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS Hospitalares a**  
139 **votação, sendo o mesmo aprovado por unanimidade pelos Conselheiros presentes. Quarto**  
140 **ponto de Pauta: Devolutiva da Comissão de Mobilização: Eleição Conselho Municipal de**  
141 **Saúde.** A conselheira Maria Lúcia explica que em decorrência das reuniões para a análise dos  
142 Editais referidos acima, a comissão de Mobilização, teve o seu curso prejudicado e se reuniu  
143 nesta data e tomou algumas decisões: definiu a data para a eleição, dia 26 de fevereiro do  
144 corrente ano, que acontecerá na Escola de Formação/Pólo de Educação; o Edital deverá ser  
145 publicado ainda em janeiro; será encaminhado ofício às entidades cadastradas no Conselho  
146 Municipal. E que estarão em busca do máximo de divulgação. A conselheira Sra. Mariza  
147 questiona sobre a articulação para a eleição, como dará, pois não observou essa movimentação  
148 na eleição anterior. Foi explicado que houve sim e que a entidade dela faz a indicação dos  
149 membros e encaminha através de ofício para a secretaria do CMS e ainda que a escolha da Mesa  
150 Diretora é feita pela plenária do CMS eleito para o pleito. Questionou-se sobre a recondução da  
151 presidente Sra. Monalisa Barros como presidente, sendo esclarecido que há um instrumental  
152 legal que será pautado para assegurar a condução de todo o processo. O conselheiro senhor José

EH

Carlos Augusto Moraes  
Secretário de Regulação,  
Controle e Avaliação do SUS  
Matrícula: 243103

14464



153 Raimundo Secretário M. de Saúde esclarece que a Comissão de Mobilização deverá fazer a  
154 análise do Regimento e se for possível a recondução, não há problema e que os membros do  
155 CMS empossados são presumíveis candidatos a Mesa Diretora. A conselheira Mariza diz ser a  
156 favor da renovação e que a mesma não pretende ser reconduzida. **Quinto ponto de pauta. O que**  
157 **ocorrer.** O Conselheiro José Raimundo agradece a presença dos Conselheiros, ressalta o  
158 comprometimento de todos em permitir o quórum da reunião, aprovando pautas de suma  
159 importância para a Secretaria de Saúde, informa que procederão as alterações colocadas nos  
160 Pareceres para agilizar a publicação dos Editais, que é necessário iniciar, e dar celeridade para  
161 iniciar o ano de 2019 com a contratação de forma correta, já ordenada e normatizada, que dê  
162 tranquilidade para a SMS, e que o Conselho também possa acompanhar. Acreditamos que  
163 quando ouvimos mais, aprendemos mais e quanto mais participamos desse processo a tendência  
164 é errar menos. Em seguida o participante José da Paz fala sobre o surgimento e importância do  
165 SUS; A Conselheira Lígia Matos chama a atenção para a necessidade de articulação da  
166 Sociedade para não permitir prejuízos em relação à desvinculação dos recursos do SUS. A  
167 Conselheira Maria Lucia fala da necessidade de publicar a Ata da reunião no grupo do CMS e e-  
168 mails dos Conselheiros para apreciação e provável votação dado o tempo para o curso do  
169 processo de licitação, **o que foi acordado pelo pleno do Conselho;** O Conselheiro Sr. Deusdete  
170 ressalta o momento da Conferência, a importância de estarmos bem representados e preparados  
171 para não permitir perdas das conquistas tidas até o momento; Alex – Auditor SMS informa que a  
172 Auditoria está procedendo a uma Capacitação instrumental dos auditores, já que houve  
173 mudanças no quadro, interpelado sobre a participação do CMS, explica tratar de capacitação  
174 pontual para o quadro de pessoal da auditoria, entretanto deixa ao Conselho deliberar sobre a  
175 participação de algum conselheiro, já houve a primeira etapa em dezembro e a próxima será em  
176 fevereiro, data a definir; Chama a atenção para a Desvinculação da Receita da União, que  
177 acontece desde o governo de Fernando Henrique Cardoso, todo ano após a aprovação do  
178 Orçamento da União, o governo tem um limite de até 20%, não é algo excepcional. Acredita que  
179 é preciso estarmos atentos sim, a luta é de interesse da Sociedade. O que está na essência da  
180 disputa do SUS são os interesses dos grupos privados e o interesse público, isso talvez recupere  
181 um pouco a essência do Movimento Sanitário na luta pelo direito à saúde e não por projetos  
182 políticos. Ter acesso e qualidade é direito da população. Em seguida a conselheira Lygia Matos  
183 fez a leitura da matéria sobre a desvinculação das receitas da união do atual governo. A  
184 conselheira Mariza faz uso da palavra novamente mostrando o desejo de que o governo que aí  
185 está seja de acertos e tece crítica à forma como o governo do Estado procedeu em relação ao  
186 PLANSEV. A conselheira Glícia Miranda traz o informe da Associação de Transporte Coletivo  
187 de Vitória da Conquista (ATUV) e Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana – informa que as  
188 Pessoas com Deficiência tiveram o atendimento ampliado através do Bilhete Eletrônico  
189 Municipal Especial, cujo atendimento está em caráter experimental desde o dia 07 de janeiro, do  
190 corrente ano, no Centro Cultural Glauber Rocha, sito à Av. Brumado, no horário comercial, o  
191 que proporcionará um atendimento melhor qualificado às Pessoas com Deficiência, inicialmente  
192 o público alvo é a população alvo da zona Oeste e adjacências. A conselheira Lygia Matos traz  
193 informações sobre o PLANSEV para esclarecer a fala da conselheira Mariza, ressalta não ser  
194 esse o espaço para tratar do referido tema por ser um Plano Privado, restrito aos servidores  
195 públicos do Estado e de adesão não obrigatória. Nada mais havendo a tratar a Presidente em  
196 exercício Sra. Mariza agradeceu a presença de todos e em seguida encerrou a reunião. A presente  
197 ata foi lavrada por Maria Lúcia Ribeiro Pina, Assessora de Controle Social/ Conselheira M.  
198 Saúde, e será aprovada conforme acordado pelo pleno Conselho Municipal de Saúde e  
199 referendada na próxima reunião Ordinária do Conselho Municipal de Saúde.

200 Vitória da Conquista, 09 de janeiro de 2019.

201  
202  
203

*[Handwritten signatures and stamps]*

Carlos Alberto Fernandes Andrade  
Diretoria de Regulação,  
Controle e Avaliação do SUS  
Matrícula 24320-3

145 (65)



- 204 José Raimundo Costa Fernandes  
205 (Secretaria Municipal de Saúde - Titular)  
206 Ramona Cerqueira Pereira  
207 (Secretaria Municipal de Saúde - Suplente)  
208 Maria Lúcia Ribeiro Pina  
209 (Secretaria Municipal de Saúde - Titular)  
210 Lygia Matos Barreto de Castro  
211 (Núcleo Regional - Titular)  
212 Augusto Jorge José Leal  
213 (Secretaria de Desenvolvimento Social - Titular)  
214 Rita de Cássia Dias Viana Andrade  
215 (Entidade de Odontologia do Município - Titular)  
216 Maria Tereza Magalhães Morais  
217 (Profissionais de Farmácia e Bioquímicos do Município)  
218 Maria de Lourdes Ribeiro e Silva  
219 (Profissionais Médicos - Titular)  
220 Hélio Pereira dos Santos  
221 (Sindicato ACS/ACE - suplente)  
222 Glícia Miranda da Silveira  
223 (Trabalhadores em Saúde - Suplente)  
224 Vitória Alves dos Santos  
225 (Sindicato dos Trabalhadores Rurais - Titular)  
226 Talita Neves Silva  
227 (Áreas Especiais em Saúde - Suplente)  
228 Mariza Carvalho Silva  
229 (Clube de Serviços - Titular - Vice-Presidente)  
230 Cristiana Alves de Oliveira  
231 (Entidades Religiosas - Arquidiocese - Suplente)  
232 Orlando de Oliveira Santos Filho  
233 (Entidades Religiosas - Titular)  
234 Gilvan Fernandes Pereira  
235 (Conselheiros Usuários dos Conselhos Locais de Saúde - Titular)  
236 Élio Santos Sobrinho  
237 (Conselheiros Usuários dos Conselhos Locais de Saúde - Suplente)  
238 Lucilene Novais de Oliveira  
239 (Conselheiros Usuários dos Conselhos Locais de Saúde - Titular)  
240 Hélia Maria Soares  
241 (Pessoa Idosa - Titular)  
242 Deusdete de Jesus Oliveira  
243 (Movimento Negro - Titular)

[Voltar](#)[Imprimir](#)

### **Certificado de Regularidade do FGTS - CRF**

**Inscrição:** 63.110.431/0001-20

**Razão Social:** INSTITUTO DE PESQUISA SAUDE E EDUCACAO

**Endereço:** R DA GRECIA 145 / SAO JOAO / FEIRA DE SANTANA / BA / 44051-698

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 17/04/2022 a 16/05/2022

**Certificação Número:** 2022041700344825683320

Informação obtida em 28/04/2022 14:54:29

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:  
**[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)**



Dúvidas mais Frequentes | Início | V - 1

## Situação de Regularidade do Empregador

A EMPRESA abaixo identificada está REGULAR perante o FGTS:

**Inscrição:** 63.110.431/0001-20

**Razão social:** INSTITUTO DE PESQUISA SAUDE E EDUCACAO

Resultado da consulta em 28/04/2022 14:54:20

Obtenha o Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Consulte o Histórico do Empregador

Voltar

O uso destas informações para os fins previstos em lei deve ser precedido de verificação de autenticidade no site da Caixa: [www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)



Dúvidas mais Frequentes | Início | V -

## Histórico do Empregador

O Histórico do Empregador apresenta os registros dos CRF concedidos nos últimos 24 meses, conforme Manual de Orientações Regularidade do Empregador.

Inscrição: 63.110.431/0001-20

Razão social: INSTITUTO DE PESQUISA SAUDE E EDUCACAO

Data de Emissão/Leitura	Data de Validade	Número do CRF
17/04/2022	17/04/2022 a 16/05/2022	2022041700344825683320
29/03/2022	29/03/2022 a 27/04/2022	2022032900393729023876
10/03/2022	10/03/2022 a 08/04/2022	2022031000515261799198
19/02/2022	19/02/2022 a 20/03/2022	2022021900544425394530
31/01/2022	31/01/2022 a 01/03/2022	2022013101202383372369
12/01/2022	12/01/2022 a 10/02/2022	2022011201412531393774
24/12/2021	24/12/2021 a 22/01/2022	2021122400370116443767
05/12/2021	05/12/2021 a 03/01/2022	2021120500215689199007
16/11/2021	16/11/2021 a 15/12/2021	2021111600245889171803
28/10/2021	28/10/2021 a 26/11/2021	2021102809505606807601
23/09/2021	23/09/2021 a 22/10/2021	2021092301331320018470
04/09/2021	04/09/2021 a 03/10/2021	2021090401403437343303
16/08/2021	16/08/2021 a 14/09/2021	2021081601131474436225
28/07/2021	28/07/2021 a 26/08/2021	2021072801331783727640
28/06/2021	28/06/2021 a 27/07/2021	2021062822012383595795
29/05/2021	29/05/2021 a 27/06/2021	2021052923203818690835
29/04/2021	29/04/2021 a 28/05/2021	2021042901330689983558
10/04/2021	10/04/2021 a 07/08/2021	2021041001380765435545
22/03/2021	22/03/2021 a 20/04/2021	2021032201184169282236
03/03/2021	03/03/2021 a 01/04/2021	2021030301410255499276
10/02/2021	10/02/2021 a 11/03/2021	2021021002265096976814
22/01/2021	22/01/2021 a 20/02/2021	2021012203512859743310
03/01/2021	03/01/2021 a 01/02/2021	2021010303020021366147
15/12/2020	15/12/2020 a 13/01/2021	2020121504520523689287
26/11/2020	26/11/2020 a 25/12/2020	2020112603461183433966
07/11/2020	07/11/2020 a 06/12/2020	2020110701473138706615
19/10/2020	19/10/2020 a 17/11/2020	2020101901155420176084
30/09/2020	30/09/2020 a 29/10/2020	2020093001370260875920
11/09/2020	11/09/2020 a 10/10/2020	2020091101500319929010
23/08/2020	23/08/2020 a 21/09/2020	2020082302243722943571
04/08/2020	04/08/2020 a 03/09/2020	2020080401401027072050

Emissão/Leitura	Data de Validade	Numero do CRT
16/07/2020	16/07/2020 a 14/08/2020	2020071601542055429574
27/06/2020	27/06/2020 a 26/07/2020	2020062701172331824488
31/03/2001	31/03/2001 a 30/04/2001	
28/02/2001	28/02/2001 a 31/03/2001	
31/01/2001	31/01/2001 a 28/02/2001	



Resultado da consulta em 28/04/2022 14:54:42

Voltar





## TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO



### Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

**Consulta realizada em:** 28/04/2022 14:56:29

#### Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: **INSTITUTO DE PESQUISA SAUDE E EDUCACAO**  
CNPJ: **63.110.431/0001-20**

#### Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: **TCU**  
Cadastro: **Licitantes Inidôneos**  
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **CNJ**  
Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**  
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**  
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**  
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**  
Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**  
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e

racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.



**DECLARAÇÃO DE CONTA**

O Instituto de Pesquisa Saúde e Educação, CNPJ 63.110.431/0001-20, com sede a Rua da Grécia, nº 145, Bairro São João, Feira de Santana/BA, declara que é proprietário da conta Ag: 3886-5 C/c: 39195-6 CNPJ: 63.110.431/0001-20, Banco do Brasil.

FEIRA DE SANTANA 28 DE ABRIL DE 2022.

*Robson de Lima Ferreira*

**ROBSON DE LIMA FERREIRA**  
**PRESIDENTE**

**INSTITUTO DE PESQUISA SAÚDE E EDUCAÇÃO-**  
**IPSE**

**CNPJ: 63.110.431/0001-20**

**63.110.431/0001-20**  
INSTITUTO DE PESQUISA SAÚDE  
E EDUCAÇÃO  
RUA DA GRÉCIA, 145  
SAO JOÃO - CEP.: 44.051-898  
TEL.: (75) 3022-0048  
FEIRA DE SANTANA - BA

**CONFERE COM ORIGINAL**  
**28/04/22**  
*[Signature]*  
**Henrique Lima de Souza**  
Coord. Contratos e Convênios  
Mat: 24437-5

**75 3022.0048**  
Rua da grécia, 145  
Feira de Santana-BA  
CNPJ: 63.110.431/0001-20





PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA

Procuradoria-Geral  
www.pmvc.ba.gov.br



**PARECER 003/2022 – PGM**

ADMINISTRATIVO. RATIFICAÇÃO DE PARECER. CONTRATAÇÃO POR MEIO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO DE PESSOAS JURÍDICAS ESPECIALIZADAS OBJETIVANDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE. DISPENSA QUE SE IMPÕE COM BASE NOS TERMOS LEGAIS PREVISTOS NO ARTIGO 24, INCISÓ IV E 26 DA LEI 8.666/93.

**RELATÓRIO**

Trata-se de nova consulta formulada pela Diretoria Administrativa, para análise dos autos do processo nº 25026/2022, que versa sobre a possibilidade de contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços médicos.

Aduz órgão, após retificação no Termo de Referência, que a presente contratação se faz necessária tendo em vista que o poder público municipal não pode deixar de prestar assistência médica a população conquistense e aos municípios pactuados, devendo assim, realizar a manutenção do acesso às Consultas Especializadas e Serviço de Auditoria, Regulação e Autorização de procedimentos.

Com efeito, a necessidade de selecionar prestadores interessados em ofertar serviços dentro dos padrões de qualidade e parâmetros indispensáveis à boa assistência à população a Secretaria Municipal de Saúde está realizando estudos para realização de Chamamento Público, pois a dificuldade e morosidade no processo de contratação médica pelos parâmetros convencionais de concurso público através de vínculo direto com a Administração Pública, o que implicaria na falta de acesso em tempo oportuno aos serviços especializados

Rua João Pessoa, nº 253, Térreo – Centro, CEP 45.000-610  
Fone: (77) 3429-3166 - Vitória da Conquista - Bahia  
pgm@pmvc.ba.gov.br  
www.pmvc.ba.gov.br





PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA

Procuradoria-Geral  
www.pmvc.ba.gov.br



A necessidade da presente contratação emergencial se deu em decorrência do vencimento dos contratos dos Médicos contratados, e a prorrogação dos prazos de vigência afrontaria dispositivos da lei orgânica municipal e princípios constitucionais.

A falta desses serviços trará danos aos munícipes, danos estes que podem ser irreparáveis, considerando que quanto mais rápido for o diagnóstico, mais probabilidade de cura o paciente terá.

Destarte, a administração, no intuito de preservar o direito à saúde da população, Art. 6º CRFB/88, não pode correr o risco de adiar a contratação em questão.

Os autos, contendo 01 (um) volume e 146 páginas, foram regularmente formalizados e encontram-se instruídos com os seguintes documentos, no que importa a presente análise:

- a) Solicitação de Dispensa de Licitação, fls. 02;
- b) Termo de Referência, fls. 03-12;
- c) Termo de Referência retificado, fls. 132-141;
- d) Pedido de Cotação dos preços, fls. 72;**
- e) Documentação da empresa, fls. 13-36;
- f) Atestado de capacidade técnica, fls. 37-51;
- g) Documentação da empresa, fls. 52-58;
- h) Certidões, fls. 59-67;
- i) Cotações, fls. 68-78;
- j) Dotação orçamentária, fls. 80;
- k) Ata da Reunião Ordinária do CMS, fls. 144-146.**

Na sequência, o processo foi remetido a esta Procuradoria, protocolado no dia 05/05/2022, para a análise dos aspectos jurídicos e formais da presente solicitação de Dispensa de Licitação.



É o que convém relatar.

## **DA ANÁLISE JURÍDICA**

### **Considerações Preliminares**

Inicialmente, registre-se que os pronunciamentos desta Procuradoria, nos processos de Consulta, são confeccionados sempre em tese, razão pela qual não nos cabe analisar e opinar diante do caso concreto apresentado.

Impõe-se destacar ainda que a esta Procuradoria incube apenas a análise dos aspectos jurídicos dos questionamentos formulados nos termos do art. 100 da Lei Orgânica Municipal e Leis Municipais nº 421/87, 1.603/2009 e 1.760/2011, bem como legislação e doutrina pertinentes ao caso, abstraídas as questões de ordem técnica, financeira e vernacular, ou mesmo os aspectos de conveniência e oportunidade, alheios à missão deste Órgão.

Insta salientar também que, conforme o artigo supracitado cabe à Procuradoria as atividades de consultoria e assessoramento jurídico ao Poder Executivo. Dessa forma, este órgão responde diretamente ao Prefeito e aos Secretários, devendo qualquer solicitação ser direcionada aos mesmos, que, entendendo ser necessário, encaminharão à Procuradoria.

Ademais, ressalte-se que, na casuística, tendo em vista as peculiaridades de cada situação posta, esta Procuradoria Jurídica, mediante opinativos provenientes de Procuradores diversos, pode emitir pronunciamento dissonante sobre o assunto ora tratado.

### **Do Mérito**



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA

Procuradoria-Geral  
www.pmvc.ba.gov.br



É fato substancialmente notório, que cabe à administração pública responder pela pronta viabilização dos serviços a ela inerentes, cujo atendimento afigura-se essencial.

Pois bem, é fato que o procedimento licitatório é o meio pelo qual a Administração possibilita aos interessados a contratação do ente público estatal, utilizando-se do princípio da livre concorrência.

Recebidas as propostas, serão averiguadas quais empresas se adequam, sob critérios estritamente legais, à necessidade e conveniência estatal, em adquirir bens ou prestação de serviços. O selecionado, por consequência, deve proporcionar uma negociação mais vantajosa, menos onerosa para a administração pública, respeitando-se os princípios constitucionais da legalidade, isonomia, impessoalidade, eficiência, moralidade e publicidade.

Segundo o *Ministério Hely Lopes Meirelles*, a "Licitação é o procedimento administrativo mediante o qual a Administração seleciona a proposta mais vantajosa para o contrato de seu interesse".

Nesse passo, na esteira do disposto no artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal e o artigo 2º da Lei 8.666/93, respectivamente, que estabelece a obrigatoriedade das licitações, tem-se que:

Artigo 37:

(...)

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Rua João Pessoa, nº 253, Térreo – Centro, CEP 45.000-610  
Fone: (77) 3429-3166 - Vitória da Conquista - Bahia  
pgm@pmvc.ba.gov.br  
www.pmvc.ba.gov.br







## PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA

Procuradoria-Geral  
www.pmvc.ba.gov.br



Art. 2º As obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações, concessões, permissões e locações da Administração Pública, quando contratadas com terceiros, serão necessariamente precedidas de licitação, ressalvadas as hipóteses previstas nesta Lei.

Não obstante as exortações de cunho constitucional assim fixarem, existem hipóteses em que, legitimamente contratos podem ser celebrados diretamente com a Administração Pública, sem que a licitação seja realizada. Tais exceções são classificadas em licitação dispensada, dispensável e inexigível.

A exceção, entretanto, só será legitimada mediante motivação expressa e instrumentada, que deverá ser firmada pela autoridade administrativa competente. A exigência de motivação encontra-se expressa no artigo 26 da Lei 8.666/93, que assim dispõe:

Art. 26. As dispensas previstas nos §§ 2º e 4º do art. 17 e no inciso III e seguintes do art. 24, as situações de inexigibilidade referidas no art. 25, necessariamente justificadas, e o retardamento previsto no final do parágrafo único do art. 8º desta Lei deverão ser comunicados, dentro de 3 (três) dias, à autoridade superior, para ratificação e publicação na imprensa oficial, no prazo de 5 (cinco) dias, como condição para a eficácia dos atos.

Parágrafo único. O processo de dispensa, de inexigibilidade ou de retardamento, previsto neste artigo, será instruído, no que couber, com os seguintes elementos:

- I - caracterização da situação emergencial, calamitosa ou de grave e iminente risco à segurança pública que justifique a dispensa, quando for o caso; (Redação dada pela Lei nº 13.500, de 2017)
- II - razão da escolha do fornecedor ou executante;
- III - justificativa do preço.
- IV - documento de aprovação dos projetos de pesquisa aos quais os bens serão alocados. (Incluído pela Lei nº 9.648, de 1998)

559





PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA

Procuradoria-Geral  
www.pmvc.ba.gov.br



Considerando-se a legislação que regulamenta o assunto em tela, verifica-se que dispensa de licitação se traduz na possibilidade de o particular celebrar contrato direto com a Administração Pública, sem passar pelo crivo do processo licitatório. Em casos em que exista essa possibilidade, logicamente que o administrador tem a faculdade de licitar ou não, levando sempre em consideração o interesse público.

Vale salientar que na dispensa do processo licitatório, o intento de competição, de concorrência existe, como é da índole licitatória, por força legal e margem mínima discricionária, surge a possibilidade de autorização de contratação direta com o ente público.

É que a Lei nº 58.666/93 taxativamente em seu artigo 24, estabelece rol de hipóteses restritas, mediante o qual se permite a dispensa de licitação, observando-se nesse particular que as principais hipóteses são relacionadas às aquisições de baixo custo, às situações de emergências e calamidade pública, e à aquisição ou aluguel de imóvel, por exemplo.

As situações referidas, se enquadrarão no caso *sub examine* por meio do artigo 24, inciso IV, cujo teor é o seguinte, *in verbis*:

Art. 24 É dispensável a licitação:

(...)

IV- nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA

Procuradoria-Geral  
www.pmvc.ba.gov.br



ininterruptos, contados da ocorrência de emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos; (Grifo nosso)

Sobre o tema, dilucida o administrativista Lucas Rocha Furtado, Procurador-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União, *verbis*:

“A lei dispensa a licitação quando a demora na realização do procedimento licitatório for incompatível com a urgência na execução do contrato. Verificamos essas hipóteses em casos de emergência ou de calamidade pública (art. 24, IV). (...) Quanto á urgência de atendimento, o segundo pressuposto da aplicação do citado art. 24, IV, ~~que legitima a contratação sem licitação~~, é aquela urgência qualificada pelo risco da ocorrência de prejuízo ou comprometimento da segurança de pessoas ou bens públicos e particulares, caso as medidas requeridas não sejam adotadas de pronto”. (In Curso de Licitações e Contratos Administrativos, págs.74/75, 2ª Edição, Editora Fórum)

Vê-se, assim, ~~que alguns aspectos precisam ser avaliados pela Administração Pública quando da contratação emergencial~~. Urge restar demonstrada, concreta e efetivamente, a potencialidade de dano às pessoas, obras, serviços, equipamentos ou outros bens públicos ou particulares.

Dessa forma, verifica-se que o presente caso parece se adequar a previsão legal, diante da ausência de possibilidades de prorrogar os contratos dos médicos, cuja vigência já se esgotou, uma vez que a Lei Orgânica Municipal em seu artigo 89, Parágrafo único, veda a contratação durante 6 (seis) meses após findas as funções.

161



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA

Procuradoria-Geral  
www.pmvc.ba.gov.br



**Nesse sentido, cumpre ressaltar que a carência dos serviços médicos à população causaria graves prejuízos aos munícipes que utilizam os serviços, estes considerados essenciais para a população.** Reitera-se que no caso em comento, resta caracterizada a dispensabilidade do procedimento, em razão das circunstâncias antes alinhavadas que sobrelevam à toda evidência a presente contratação, pela razoabilidade do procedimento levado em consideração a preservar os princípios que norteiam a Administração Pública.

Colhe-se a justificativa da contratação prevista no Termo de Referência (pág. 03):

*"A necessidade da presente contratação emergencial se deu em decorrência do vencimento dos contratos dos Médicos contratados, e a prorrogação afronta dispositivos da lei orgânica municipal e princípios constitucionais."*

*Assim, o poder público municipal não pode deixar de prestar assistência médica à população conquistense e aos municípios pactuados."*

*A falta desses serviços trará danos aos munícipes, danos estes que podem ser irreparáveis."*

Ademais, seja em razão de critérios de legalidade, economicidade, razoabilidade, eficiência e coerência, seria, dentro do contexto, submeter à administração pública a um procedimento desnecessários, sobretudo quando a proposta em questão se afigura em conformidade aos parâmetros econômicos mercadológicos contemporaneamente ofertados.

Outrossim, existindo fundamentada justificativa acerca da contratação de serviço de fornecimento de razoável valor, como se afigura o presente caso, e sem qualquer indicio de pagamento em valor desproporcional ao

*JGA*

Rua João Pessoa, nº 253, Térreo – Centro, CEP 45.000-610  
Fone: (77) 3429-3166 - Vitória da Conquista - Bahia  
pgm@pmvc.ba.gov.br  
www.pmvc.ba.gov.br



PREFEITURA  
**VITÓRIA DA  
CONQUISTA**  
GOVERNO PARA PESSOAS



preço de mercado. Portanto, a conduta do agente público resta em sintonia ao que preceituam os princípios constitucionais informativos da administração pública.

Nessa linha, cabe trazer à lume o que diz o Termo de Referência sobre a justificativa de preço:

*"Os valores ora definidos no presente termos para as consultas médicas encontra-se aprovadas pelo Conselho Municipal de Saúde de Vitória da Conquista e em relação aos médicos auditores previamente definidos e amplamente difundidos e compatíveis com os praticados no âmbito da Administração municipal na remuneração dos servidores efetivos. Acrescido a taxa de administração conforme cotação."*

**Da designação de representante para fiscalizar a execução do contrato**

A fiscalização e o acompanhamento da execução dos contratos representam uma garantia à Administração Pública de que os bens e serviços serão executados na quantidade e qualidade contratados. Ou seja, sem a devida fiscalização, agravam as chances de ocorrerem falhas as quais podem ser prejudiciais a sociedade pois receberia a prestação de um serviço mal executado ou um bem de qualidade duvidosa.

A Administração Pública tem o poder-dever de fiscalizar e acompanhar a execução dos contratos. Sendo assim, a Administração tem o dever de designar um agente público (ou mais, ao depender da complexidade do objeto) para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos. É o que estabelece o artigo 67 da Lei nº 8.666/1993.

163



Nota-se que a atividade de fiscalização e acompanhamento dos contratos é privativa do ente estatal, realizada por meio de um representante formalmente designado, não podendo ser terceirizada.

Sendo assim, conclui-se que a nomeação de um fiscal competente se faz imprescindível para a execução dos contratos na Administração Pública, a fim de garantir que sejam relatados todos os acontecimentos e situações ocorridas na entrega do que foi acordado entre o ente público e o particular, além de assegurar a qualidade do produto e/ou serviço.

Nos autos do processo em análise, no primeiro momento, verificou-se a ausência da referida designação, o que poderia ter sido feita nos próprios autos no termo de referência. Dessa forma, considerando o disposto na legislação, bem como em orientações do Tribunal de Contas da União, acerca da fiscalização dos contratos administrativos, no que pese a normatização do ato administrativo de designação do representante para fiscalizar a execução do contrato, recomendamos a referida nomeação nos autos.

No retorno dos autos à essa Procuradoria, pode se observar que a referida nomeação já fora realizada (fls. 95), atendendo, portanto, a recomendação do Parecer nº 002/2022.

### CONCLUSÃO

Em sendo assim, com fulcro no art. 24, inciso IV e 26 da Lei nº 8.666/93, ratificando o Parecer nº 002/2022, concluímos pela possibilidade do pleito, ressalvando que deverá ser comprovado nos autos que a proposta ofertada é a mais vantajosa para a administração, além da demonstração de que o valor contratado é equivalente ao praticado no mercado.





PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA

Procuradoria-Geral  
www.pmvc.ba.gov.br



Ademais, recomenda-se que o setor requisitante deverá observar o que está disposto na Circular nº 002/2021 SMS, que dispõe sobre os critérios e documentações exigidas para o procedimento dos processos de dispensa de licitação.

Sem mais para o momento, subscrevo o presente.

Vitória da Conquista - BA, 03 de maio de 2022.

**Matheus Silva Souza**  
**Subprocurador-Geral**  
**OAB/BA 38.342 - Matrícula 24.694-7**





## Comissão Permanente de Licitação

**ATA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº DL 051/2022 SMS  
PROCESSO 25.026/2022**

Aos quatro dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e dois, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitação, composta pelos seguintes membros: **Zilmária Pereira dos Santos, Cláudio Correia Costa e Valdirene Alves Macedo**, para apreciar pedido de contratação de pessoa jurídica objetivando a prestação de serviços médicos especializados, junto à Secretaria Municipal de Saúde – SMS, solicitado através do Protocolo nº **25.026/2022** – Diretoria Administrativa - DA, tendo como ordenadora de despesa a **Sra. Ramona Cerqueira Pereira**, com a finalidade de contratação direta por Dispensa de Licitação da pessoa jurídica **INSTITUTO DE PESQUISA SAÚDE E EDUCAÇÃO**, com endereço à Rua da Grécia, nº 145, Bairro: São João, Feira de Santana - Bahia, CEP – **44.051-698**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº **63.110.431/0001-20**. A presente contratação da prestação de serviço supracitada será realizada pela Secretaria Municipal de Saúde de Vitória da Conquista/BA, em caráter emergencial para atendimento às demandas do município de Vitória da Conquista e municípios pactuados no tocante a necessidade de atendimento aos pacientes atendidos pelo SUS. A Constituição Federal de 1988 afirma que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos, ao acesso universal e igualitário às ações e serviços de saúde de promoção, proteção, tratamento e recuperação. A presente contratação se faz necessária tendo em vista que o poder público municipal não pode deixar de prestar assistência médica à população conquistense e aos municípios pactuados, devendo assim, realizar a manutenção do acesso às Consultas Especializadas e Serviço de Auditoria, Regulação e Autorização de procedimentos. Considerando a necessidade de selecionar prestadores interessados em ofertar serviços dentro dos padrões de qualidade e parâmetros indispensáveis à boa assistência à população a Secretaria Municipal de Saúde está realizando estudos para realização de Chamamento Público, por conta da dificuldade e morosidade no processo de contratação médica pelos parâmetros convencionais de concurso público através de vínculo direto com a Administração Pública, o que implicaria na falta de acesso em tempo oportuno aos serviços especializados. A necessidade da presente contratação emergencial se deu em decorrência do vencimento dos contratos dos Médicos e a prorrogação dos prazos de vigência afrontaria dispositivos da lei orgânica municipal e princípios constitucionais. Ademais, a falta desses serviços trará danos aos munícipes, danos estes que podem ser irreparáveis, considerando que quanto mais rápido for o diagnóstico, mais probabilidade de cura o paciente terá. Por fim, a administração, no intuito de preservar o direito à saúde da população, Art. 6º CRFB/88, não pode correr o risco de adiar a contratação em questão. Assim, torna-se imperiosa a realização de Contratação do **INSTITUTO DE PESQUISA SAÚDE E EDUCAÇÃO** em caráter emergencial na modalidade dispensa de licitação, para atendimento às demandas no município de Vitória da Conquista no tocante à prestação de serviços médicos especializados. Em face do exposto e com base no arcabouço jurídico-legal que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública há prerrogativa relacionada à contratação para suprir de imediato uma demanda/necessidade de natureza urgente, que permita continuidade dos serviços públicos essenciais, inadiáveis e de responsabilidade do Município. Em relação às situações em que é dispensável o processo de licitação, encontra-se a situação emergencial, inciso IV do Artigo 24, da Lei nº.8.666/93: Art. 24. É dispensável a licitação: [...] IV – nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas [...]. Também, sobre o tema, dilucida o administrativista Lucas Rocha Furtado, Procurador Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União, in verbis: “*A lei dispensa a licitação quando a demora na realização do procedimento licitatório for incompatível com a urgência na execução do contrato. Verificamos essas hipóteses em casos de emergência ou de calamidade pública (art. 24, IV). (...) Quanto à urgência de atendimento, o segundo pressuposto da aplicação do citado art. 24, IV, que legitima a contratação sem licitação, é aquela urgência qualificada pelo risco da ocorrência de prejuízo ou comprometimento da segurança de pessoas ou bens públicos e particulares, caso as medidas requeridas não sejam adotadas de pronto*”. (In *Curso de Licitações e Contratos Administrativos*, págs.74/75, 2ª Edição, Editora Fórum). Desta forma, o presente caso se adequa a previsão legal, diante da ausência de possibilidade

Rua Rotary Club, 69, Centro

Fone: (77) 3429-7410 / 7412

CEP 45040-150 – Vitória da Conquista – Bahia

licitacaosaudevc2017@gmail.com

www.pmvc.ba.gov.br





## Comissão Permanente de Licitação



de prorrogar os contratos dos médicos, cuja vigência já se esgotou, uma vez que a Lei Orgânica Municipal em seu artigo 89, parágrafo único, veda a contratação durante 6 (seis) meses após findadas as funções. Deste modo, faz-se necessária a realização de contrato emergencial com do **INSTITUTO DE PESQUISA SAÚDE E EDUCAÇÃO**, no intuito de evitar a desassistência à população de Vitória da Conquista e municípios pactuados, permitindo assim um atendimento universal, integral e equânime aos usuários do SUS. Desta forma, a referida contratação atende ao interesse público e respeita as normas impostas pelo artigo 24, IV, da Lei nº. 8.666/93, uma vez que já não há tempo suficiente para realizar concurso público, bem como Chamamento Público, com os prazos e as formalidades que a lei exige sob a iminência de ocasionar maiores danos aos usuários do SUS e demais atendimentos essenciais à população. A confirmação deste entendimento está no fato de que na correspondência que solicita o presente processo, há manifestação de concordância com a escolha do fornecedor executante, bem como, com a compatibilidade do valor apresentado pela pretensa contratada, informação confirmada através da aposição da **Sra. Ramona Cerqueira Pereira**, Secretária Municipal de Saúde e responsável pela contratação analisada. Em relação ao valor estimado para as consultas médicas encontra-se aprovadas pelo Conselho Municipal de Saúde de Vitória da Conquista e em relação aos médicos auditores previamente definidos e amplamente difundidos e compatíveis com os praticados no âmbito da Administração municipal na remuneração dos servidores efetivos. Acrescido a taxa de administração conforme cotação anexa ao processo. O objeto a ser avençado terá por **Órgão: 2600, Fonte de Recurso: Tesouro Municipal e/ou Federal, Projetos Atividades: 1.201; 2.201; 2.205; 1.207; 1.208; 2.206; 1.210; 1.211; 1.212; 1.213; 2.210; 2.213; 2.214, Elemento de Despesa: 33.90.39.00, Sub-elementos: 99041; 99065; 99067 – Valor de R\$ R\$ 5.830.114,03 (cinco milhões oitocentos e trinta mil cento e quatorze reais e três centavos)**. Vigência 180 dias a contar da assinatura do contrato. Portanto, tendo a Administração verificado o atendimento da demanda solicitada e constatado que o valor apresentado pelo pretenso contratado, corresponde àquele praticado no mercado, resolve, a Comissão de Licitação julgar **DISPENSÁVEL** o processo administrativo em tela com base nos artigos 24 IV c/c 26 da Lei Federal nº 8.666/93 e nos **Pareceres Jurídicos nº 002/2022 (PGM) e nº 003/2022 (PGM)** emitidos pela Procuradoria Jurídica em 22 de abril de 2022 e 03 de maio de 2022, respectivamente, assinados pelo Sub Procurador Geral, o Sr. **Matheus Silva Souza**. Ressaltamos ainda, que a Comissão Permanente de Licitação se restringe apenas à análise das documentações enviadas em consonância com as exigências do Termo de Referência, excluindo, portanto, àqueles de natureza técnica, presumindo que todas as especificações técnicas contidas no processo, incluindo objeto, avaliações e valores tenham sido regularmente determinados pelo órgão/setor competente. Salientamos que a consulta acerca da regularidade fiscal no tocante ao presente processo foi realizada pela comissão, encontrando-se no presente momento, regular conforme certidões emitidas na ocasião acostadas aos autos. Nada mais havendo a tratar eu, **Cláudio Correia Costa**, lavrei a presente ata, que dato e assino juntamente com os demais membros da Comissão.

Vitória da Conquista, 04 de maio de 2022.

  
Zilmária Pereira dos Santos  
Cláudio Correia Costa  
Valdirne Alves Macedo

167



Comissão Permanente de Licitação

TERMO DE RATIFICAÇÃO

**PROCESSO Nº 25.026/2022**

**DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 051/2022- SMS**

OBJETO: prestação de serviços médicos especializados, junto à Secretaria Municipal de Saúde – SMS, solicitado através do Protocolo nº **25.026/2022** – Diretoria Administrativa - DA, conforme condições descritas no processo e seus anexos, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência.

A Diretoria Administrativa - DA encaminha o processo em epígrafe com a decisão da Comissão de Licitação, nomeada pelo Decreto nº 21.626/2022, composta pelos membros: **Zilmária Pereira dos Santos, Cláudio Correia Costa e Valdirene Alves Macedo**, adjudicando o objeto desta DISPENSA DE LICITAÇÃO, à pessoa jurídica **INSTITUTO DE PESQUISA SAÚDE E EDUCAÇÃO**, inscrita no CNPJ sob o nº **63.110.431/0001-20**. Atuou, nesse processo, o Sub Procurador Geral, o Sr. Matheus Silva Souza, OAB/BA 38.342, que analisou a legalidade do mesmo, onde se encontra o elucidativo parecer jurídico.

No presente ato de ratificação, registro:

- a) que o pleno atendimento à legalidade é atributo do processo que compartilho com o eminente Sr. Matheus Silva Souza.
- b) que os valores ora definidos no presente termos para as consultas médicas encontram-se aprovadas pelo Conselho Municipal de Saúde de Vitória da Conquista e em relação aos médicos auditores previamente definidos e amplamente difundidos e compatíveis com os praticados no âmbito da Administração municipal na remuneração dos servidores efetivos. Acrescido a taxa de administração conforme cotação.

Tais registros levam-me a decidir:

- a) por ratificar a presente contratação por DISPENSA de Licitação nº 051/2022 – SMS para que surta os seus efeitos jurídicos.

Vitória da Conquista - BA,  
04 de maio de 2022.

  
**Ramona Cerqueira Pereira**  
Secretária Municipal de Saúde

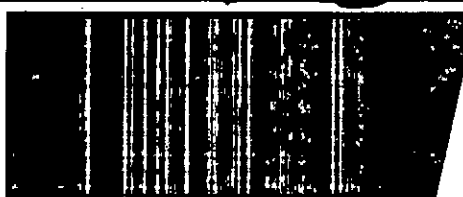
168



**EXTRATO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 051/2022-SMS**

**Processo nº 25.026/2022**

**OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA OBJETIVANDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS ESPECIALIZADOS**, com intuito de atender as demandas da Secretaria Municipal de Saúde - SMS, segundo as condições e especificações previstas no Termo de Referência. **CONTRATADO: INSTITUTO DE PESQUISA SAÚDE E EDUCAÇÃO**, CNPJ 63.110.431/0001-20. **VALOR TOTAL: R\$ 5.830.114,03 (cinco milhões oitocentos e trinta mil cento e quatorze reais e três centavos)**. **FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:** art. 24, inciso IV c/c art. 26 da Lei Federal nº 8.666/93. **VIGÊNCIA:** 180 dias a contar da assinatura. **RATIFICAÇÃO EM:** 04 de MAIO de 2022. **AUTORIDADE COMPETENTE:** Ramona Cerqueira Pereira - Secretária Municipal de Saúde.



**Objeto:** Contratação de pessoa jurídica, na modalidade Registro de Preços – SRP, para prestação de serviço de manutenção e recarga de tonner de impressoras; impressões coloridas; confecção de crachás, carimbos, certificados e cartões de visita, para atender as demandas da Coordenação de Serviços Básicos, Iluminação Pública e Gerência de Posturas; da Coordenação de Limpeza Pública e Gabinete do Secretário e da Secretaria Municipal de Serviços Públicos da Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista, - BA.  
**Vigência da Ata:** 18 de março de 2021 a 18 de março de 2022.

**Publicação:** 22 de março de 2021  
**1ª Publicação trimestral:** 21/06/2021  
**2ª Publicação trimestral:** 21/09/2021  
**3ª Publicação trimestral:** 25/01/2022  
**4ª Publicação trimestral:** 23/03/2022

**Valor Registrado:** R\$ 7.144,80  
**Valor Contratado:** R\$ 5.376,90

## DISPENSA

### EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 012/2022 - SMED

Processo nº 10.540/2022 - OBJETO: Contratação através de Dispensa de Licitação, da empresa IDCAP INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO E CAPACITAÇÃO – CNPJ 28.534.872/0001-59, especializada na prestação de serviços técnico-especializados na organização e realização de processos seletivos para preenchimento de vagas e formação de cadastro de reserva para cargos de nível fundamental, médio e superior. CONTRATADA: IDCAP INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO E CAPACITAÇÃO – CNPJ 28.534.872/0001-59. REMUNERAÇÃO DA CONTRATADA: 85% das inscrições efetivadas. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: art. 24, XIII da Lei Federal nº 8.666/93. VIGÊNCIA: Adstrito à vigência dos respectivos créditos orçamentários, nos termos do caput do art.57 da Lei nº 8.666/93, ou até findada a homologação. RATIFICAÇÃO EM: 03 de maio de 2022. AUTORIDADE COMPETENTE: Edgard Larry Andrade Soares - Secretário Municipal de Educação

### EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 051/2022 - SMS

Processo nº 25.026/2022

**OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA OBJETIVANDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS ESPECIALIZADOS**, com intuito de atender as demandas da Secretaria Municipal de Saúde - SMS, segundo as condições e especificações previstas no Termo de Referência. CONTRATADO: INSTITUTO DE PESQUISA SAÚDE E EDUCAÇÃO, CNPJ 63.110.431/0001-20. VALOR TOTAL: R\$ 5.830.114,03 (cinco milhões oitocentos e trinta mil cento e quatorze reais e três centavos). FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: art. 24, inciso IV c/c art. 26 da Lei Federal nº 8.666/93. VIGÊNCIA: 180 dias a contar da assinatura. RATIFICAÇÃO EM: 04 de MAIO de 2022. AUTORIDADE COMPETENTE: Ramona Cerqueira Pereira - Secretária Municipal de Saúde.

## PREGÃO ELETRÔNICO

### AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 026/2022

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 026/2022 - Nº Proc: 3673/2022. Objeto: Contratação de empresa especializada no fornecimento de Gás Liquefeito de Petróleo – GLP (acondicionado em botijão de gás) e botijão de 13kg. Conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital, o qual encontra-se disponível em [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br), sob nº 936362, ou <https://www.pmvc.ba.gov.br> no link "Processos Licitatórios". Abertura das propostas: 18/05/2022 às 10h00min., início da sessão: 18/05/2022 às 14h30min, horário oficial de Brasília/ DF. Informações gerais: Gerência de Compras, (77) 3424-8515. Pregoeiro responsável: Manoel Messias Bispo da Silva. Secretário Municipal de Gestão e Inovação: Edivaldo Santos Ferreira Júnior.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA**

**Secretaria Municipal de Saúde  
Diretoria Administrativa  
Coordenação de Apoio Técnico Administrativo**



**RETIFICAÇÃO DE EXTRATO  
DL 051/2022  
PROCESSO Nº 25.026/2022**

Publicada no Diário Oficial do Município, Ano 15, Edição 3.169 página 14, quinta 05 de maio de 2022. Retificação: **ONDE SE LÊ: N.º R\$ 5.830.114,03 (cinco milhões oitocentos e trinta mil cento e quatorze reais e três centavos), LEIA-SE AGORA: R\$ 5.830.109,79 (cinco milhões oitocentos e trinta mil cento e nove reais e setenta e nove centavos).** AUTORIDADE COMPETENTE: **Ramona Cerqueira Pereira** - Secretária Municipal de Saúde.



## **AVISO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO EDITAL Nº 010/2022 – COMPRA DIRETA**

PROCESSO Nº 30.799/2022.

**OBJETO:** Chamamento Público para dispensa de licitação, fornecimento de botijões GLP de 45kg (apenas o gás), botijões GLP de 13kg (apenas o gás), necessários ao atendimento dos diversos setores da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social – SEMDES. Mais informações, vide Edital disponível em: [www.pmvc.ba.gov.br](http://www.pmvc.ba.gov.br) no link “Processos Licitatórios” e “Compra Direta”. Prazo limite para envio de Propostas: 07/06/2022. Informações: (77) 3424-8515/8516. Meg de Sousa Marques - Pregoeira.

## **RETIFICAÇÃO DE EXTRATO DL 051/2022 PROCESSO Nº 25.026/2022**

PROCESSO Nº 25.026/2022

Publicada no Diário Oficial do Município, Ano 15, Edição 3.169 página 14, quinta 05 de maio de 2022. Retificação: **ONDE SE LÊ:** N.º R\$ 5.830.114,03 (cinco milhões oitocentos e trinta mil cento e quatorze reais e três centavos), **LEIA-SE AGORA:** R\$ 5.830.109,79 (cinco milhões oitocentos e trinta mil cento e nove reais e setenta e nove centavos). **AUTORIDADE COMPETENTE:** Ramona Cerqueira Pereira - Secretária Municipal de Saúde.

## **PREGÃO ELETRÔNICO**

## **AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO SRP N.º 025/2022 - REPUBLICAÇÃO**

**PREGÃO ELETRÔNICO SRP N.º 025/2022 - REPUBLICAÇÃO Nº Proc: 04.432/2022. Objeto:** fornecimento de cascalho. O qual encontra-se disponível em [www.licitações-e.com.br](http://www.licitações-e.com.br), sob nº “942303”, ou <http://www.pmvc.ba.gov.br/> no link “Processos Licitatórios”. Início da sessão: 15/06/2022, às 14h30min, horário oficial de Brasília/ DF. Informações gerais: Gerência de Compras, (77) 3424-8515. Pregoeiro responsável: Neuton Pereira da Rocha. Secretário Municipal de Gestão e Inovação: Edivaldo Santos Ferreira Júnior.

## **EXTRATO RESPOSTA AO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO AO EDITAL DO PREGAO ELETRONICO SRP Nº 036/2022**

**Objeto:** Elaboração de registro de preços para futura contratação de empresa(s) especializada(s) na **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE GERENCIAMENTO DO ABASTECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS DOS VEÍCULOS, POR MEIO DE IMPLANTAÇÃO E OPERAÇÃO DE UM SISTEMA INFORMATIZADO E INTEGRADO COM UTILIZAÇÃO DE CARTÃO MAGNÉTICO OU MICROPROCESSADO** e disponibilização de Rede Credenciada de Postos de Combustíveis no Estado da Bahia, de forma a garantir a operacionalização da frota veicular (própria e alugada) da Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista.

O MUNICÍPIO DE VITÓRIA DA CONQUISTA, através da Pregoeira, torna público aos interessados, que a resposta ao pedido de esclarecimento da pessoa jurídica Trivale Instituição de Pagamento Ltda, inscrita sob CNPJ 00.604.122/0001-97, fora protocolado “tempestivamente”, analisado e respondido pela Secretaria Municipal de Infraestrutura/Coordenação da Central de Equipamentos. A íntegra da resposta foi disponibilizada aos interessados no site da Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista, [www.pmvc.ba.gov.br](http://www.pmvc.ba.gov.br), no link “Processo Licitatório”, e encontra-se inserida nos autos do processo em pauta para consulta. Pregoeira: Meg de Sousa Marques.

## **AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO PE SRP 015/2022 -SMED**

[dom.pmvc.ba.gov.br](http://dom.pmvc.ba.gov.br)